



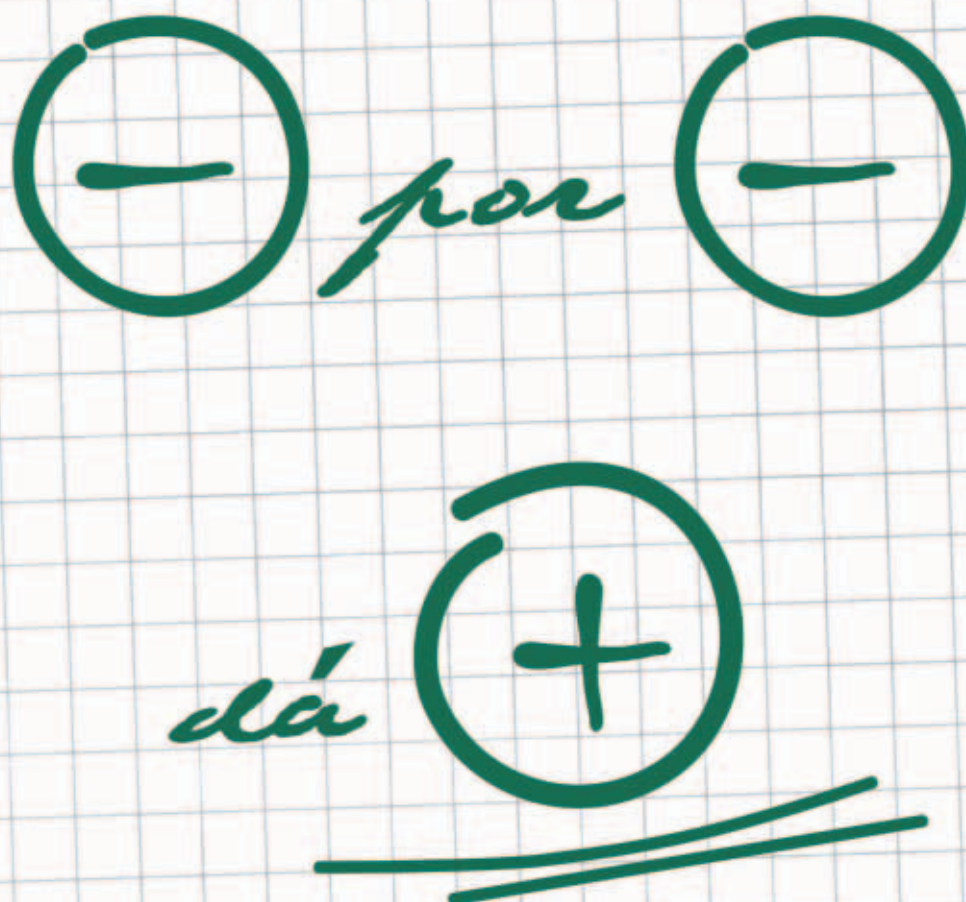
Boletim Nº 9 | 2007

CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

VII ENCONTRO NACIONAL
DE DESPACHANTES OFICIAIS

ESTATUTOS

Conta BES Negócios Tesouraria



O sucesso da sua empresa depende muito de uma boa gestão. O BES sabe disso e por isso criou as Contas BES Negócios Tesouraria e BES Negócios Tesouraria Premium. Uma solução para a Gestão da Tesouraria da sua empresa que reúne, numa única conta, uma Conta Crédito, uma Conta à Ordem e uma Conta Poupança. Um serviço que lhe dá menos preocupações, para que possa dedicar-se ao que realmente interessa, o seu negócio. E sobretudo, um serviço de gestão automática que lhe dá mais liquidez e maior rentabilidade para o seu negócio. Feitas as contas, a única fórmula em que - por - dá +. Menos contas, menos preocupações, mais rentabilidade.



**BANCO
ESPIRITO
SANTO**

ÍNDICE

04

FICHA TÉCNICA

05

EDITORIAL

06

RECORDANDO...

08

NOTÍCIAS NACIONAIS

10

PARA ALÉM DA PROFISSÃO

12

FORMAÇÃO

14

ESTATUTOS

22

VII ENCONTRO NACIONAL
DE DESPACHANTES OFICIAIS

42

HOMENAGEM

43

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

44

LISTAGEM DOS DESPACHANTES

46

REFLECTINDO...

DEDIQUE-SE AO SEU NEGÓCIO **O RISCO** **ASSUMIMOS NÓS**



www.cosec.pt

Líder nacional de Seguros de Créditos e Caução

número azul 808 201 269

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EMISSÃO

CDO-CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

Rua D. Luís I, 5, 5º Lisboa – Tel 213 931 320 – Fax 213 931 329 – mail@cdo.pt

DIRECTOR

DR FERNANDO CARMO

COORDENAÇÃO E REDACÇÃO

AVELINO ROCHA RIBEIRO

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

GRÁFICA MAIADOURO SA

DEPÓSITO LEGAL

237 225/06

TIRAGEM

1000 EXEMPLARES

EDITORIAL

OS ESTATUTOS DA CDO



Como várias vezes vimos referindo, não chega o trabalho diário se, eventualmente, ele se mostrar desenquadrado dos meios físicos e humanos em que é executado.

A nível da CDO, de há um ano a esta parte, vimos desenvolvendo um programa de reorganização interna que, procurando não pôr em causa a actividade e os serviços que prestamos a todos os Colegas, nos permita uma nova ocupação de meios, essencialmente os humanos.

Naturalmente muito importante em todo este processo, é a publicação e a muito próxima entrada em prática total, dos novos Estatutos da CDO.

Com um texto aprovado pelo Governo e cujo projecto mereceu a concordância dos Colegas, os novos Estatutos pretendem no essencial agilizar o funcionamento dos vários Órgãos, tornando-os mais aptos e especialmente mais prontos, para responder às solicitações que a breve prazo se advinham, serem cada vez mais exigentes.

A CDO, no fundo, não fez mais do que, olhando para os sinais dos tempos e perspectivando-os, percebendo que a evolução diária e constante do todo global, não deixaria de lhe impor novas tarefas e exigências, procurar no dimensionamento adequado, a facilitação das respostas que não deixarão de lhe ser pedidas.

Aqui e ali talvez se venham a justificar alguns ajustes, mas o fundamental está conseguido.

Gostaria profundamente que este conceito de redimensionamento, fosse apreendido por todos os Colegas, considerando até que os vários diplomas legais comunitários já publicados e outros em vias de conclusão, com as consequências daí resultantes, não deixarão de exigir uma dimensão capaz a um exercício Profissional que tem de ser caracterizado fundamentalmente pela competência e rapidez de execução.

Um abraço do vosso amigo,

A handwritten signature in black ink, which appears to be "Francisco Sá Carneiro".

RECORDANDO...



Nos idos de 60 eu era ajudante do despachante oficial, de saudosa memória, senhor Francisco Pinto Matos Silva e exercia as minhas funções na “casa de despacho” (era assim que então se chamava) junto às encomendas postais de Lisboa, ali à velhinha rua da Palma. Levava uma rica vidinha, pois que o serviço, embora em quantidade, se fazia, para quem como eu (passe a imodéstia) dominava com desenvoltura a pauta e tinha uma excelente relação com os funcionários, com tão grande facilidade que eu conseguia ter quase todas as tardes livres para passear ou mesmo para ir ao cinema. É claro que não tínhamos este actual demoníaco meio de controlo que se chama telemóvel! O patrão se nos quisesse contactar tinha inevitavelmente que esperar pelo dia seguinte quando, manhã cedo, íamos ao escritório para entregar o expediente já feito e receber o novo.

No aeroporto de Lisboa estava o meu colega “Manel Saloio”, cuja alcunha lhe vinha dos seus modos desajeitados e bruscos de falar e de uma certa pronúncia beirã dos ésses. Era, no entanto, uma personagem típica e muito conhecida nos meios aduaneiros de então e, além disso, estava muito rotinado no expediente da delegação do aeroporto onde pontificava o todo poderoso chefe Dr. José Violante, o “Zé Cavalo” como era conhecido pelo seu trato rude e pela feroz disciplina que impunha, tanto aos funcionários como aos ajudantes.

Por essa altura o Benfica tinha-se apurado, pela 1.ª vez na história do futebol português, para disputar a final da taça dos clubes campeões europeus, contra o Barcelona, na cidade Suíça de Berna, em 31 de Maio de 1961.

Uns dias antes, andava eu calmamente na minha tranquila rotina das encomendas pos-

tais, quando cheguei ao escritório de manhã e tinha uma indicação para ir ao gabinete do patrão, Sr. Matos Silva. Lá chegado verifiquei que já lá estava o “Manel Saloio”. Então o patrão colocou-me a seguinte situação:

– o “Manel Saloio”, um indefectível benfiquista, perante aquela final histórica, tinha-lhe solicitado uma semana de licença para ir numa das muitas excursões que se haviam organizado, a Berna para ver o seu Benfica. Mas ele, Matos Silva, concedia-lhe a dita semana desde que o Veiga Pires aceitasse substituí-lo no aeroporto de Lisboa onde havia sempre muito e urgente serviço. Perante esta situação que havia eu de fazer? Por uma questão de solidariedade e camaradagem, e como se tratava apenas de uma semana, lá aceitei ir oito dias para o aeroporto aturar o intratável “Zé Cavalo”.

No dia aprazado o “Manel” foi para a Suíça e eu lá me apresentei no aeroporto para o substituir. O “Zé Cavalo” assim que me espreitou por cima dos óculos pensou para com os seus botões. – “cá está um puto dos novos a quem vou fazer a cabeça em água”.

E se bem o pensou melhor o fez. Começou a partir dali o meu tormento. Escondia-me os despachos, perdia-me as cartas de porte, fazia-me esperar longos minutos para me receber e outras judiarias em que ele era mestre. Passei uma semana terrível suspirando pelas minhas tranquilas encomendas postais e aturando o gozo sádico daquele chefe.

A final teve lugar e o Benfica, como alguns recordarão, foi campeão europeu e trouxe, para além da taça, várias outras ofertas, entre as quais um urso bebé que mais tarde foi oferecido ao jardim zoológico de Lisboa.

No último dia da minha estadia forçada no aeroporto eu andava, como compreenderão, eufórico. Dizia bem alto (e o “Zé Cavalo” também ouvia) que: “o Manel vem amanhã! Hoje é o último dia que aturo este gajo. Finalmente vou-me ver livre dele”. Lá para o meio da tarde, quando se aproximava o momento de me livrar daquele sádico, eis que sou chamado à sua secretária (naquele

tempo os chefes não tinham gabinete) e, depois de esperar meia hora para ser recebido, o “Zé Cavalo” espreitando por cima dos óculos, como era seu timbre, diz-me na sua voz cava: “Oíça lá. Chamei-o cá para lhe dizer que estive a falar com o seu patrão Chico (ele tratava-o assim) e ele disse-me que você já não volta para as encomendas. Fica cá no aeroporto porque o “Manel Saloio” ficou na Suíça. Fiquei lívido e apenas consegui balbuciar: - “não me diga? Então vou ter que continuar a aturá-lo. Deus me valha”.

– “É verdade. o Manel ficou lá e você vai ficar aqui”. Claro que andei o resto da tarde completamente atordoado e a pensar para com os meus botões que o “Manel” não me devia ter feito aquilo. Comecei mesmo a pensar se não seria melhor arranjar outro despachante (naquele tempo era fácil) para não ter que aturar o Violante. Estava triste e fui desabafando a minha mágoa com os outros colegas e até com alguns funcionários.

Quando já só faltavam alguns minutos para fechar a Delegação ouvi de novo a voz grave do “Zé Cavalo” a chamar: – “Matos Silva”. E lá fui eu a pensar: – “O que será desta vez?”: – “Diga, chefe”

– “Chamei-o cá outra vez, porque você parece preocupado, para lhe explicar porque é que o Manel ficou na Suíça. É que o Benfica trocou-o pelo urso!!”

Só então percebi que, uma vez mais, tinha sido gozado, e de que maneira por aquele imperturbável mas também inesquecível chefe. O curioso é que, a partir deste episódio, ficámos amigos e eu passei a responder-lhe sempre na mesma moeda o que ele aceitava porque além de “gozão” tinha muito “fair play”.

Outros tempos! Outra gente! Que saudades!!!

Veiga Pires



F. REGO CORRETORES DE SEGUROS
INSURANCE BROKERS



FREGO - CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Apt. 439 - Av da República, 740 - 2º s. 23-25 - 4431-967 V. Nova Gaia - Portugal

Tel. +351 22 374 57 60 - Fax +351 22 374 57 69 - geral@frego.pt - www.frego.pt

ESPECIALISTAS NA ÁREA ADUANEIRA E TRÂNSITÁRIOS



SODORA, LDA

Despachantes Oficiais/CUSTOMS BROKERS

Rua do Ramalho, 79-N 9500-180 Ponta Delgada

Apartado 006 9501-901 Ponta Delgada

Telefones: 296 30 71 20 / 28

Fax: 296 30 71 29

Email: sodora@mail.telepac.pt

ARMAZEM Nº. 14 – DTP00000190080PT

Rua Direita do ramalho, 79-N

Fax: 296 28 50 09

S. MIGUEL – AÇORES

NOTÍCIAS NACIONAIS

SISTEMA DE TRATAMENTO INFORMÁTICO DA DECLARAÇÃO ADUANEIRA DA IMPORTAÇÃO

Por iniciativa da DGAIEC, com a colaboração da DGITA e em que a CDO esteve representada, realizaram-se em 14 e 16 de Março do corrente ano, em Lisboa e no Porto respectivamente, duas Sessões de Informação, sobre o preenchimento dos DAU's de Importação, considerando a entrada em vigor do seu tratamento informático, a partir de 1 de Julho seguinte.

Em 20 e 21 do mesmo mês, em Lisboa e no Porto, também respectivamente, a CDO procedeu à apresentação das suas aplicações informáticas e de facturação.

REUNIÃO DE CLASSE

Sobre os temas

- O alargamento de deferimento do pagamento do IVA
- A questão dos recibos de pagamento das dívidas aduaneiras
- Caução global. A questão dos garantidos, promoveu a CDO duas reuniões de Classe, a primeira na Secção do Porto em 11 de Julho e a outra na Secção de Lisboa, no dia seguinte, de forma a debater as consequências das alterações dos prazos de deferimento do pagamento do IVA na Importação, e a sua correlação com a Caução Global.

A CDO NA COMUNIDADE PORTUÁRIA DE SETÚBAL

De conformidade com a orientação que vem seguindo, a CDO constitui-se como Membro Fundador da Comunidade Portuária de Setúbal, assim procurando acompanhar de perto, tudo quanto respeita ao funcionamento de tão importante porto nacional.

O NOVO QUADRO DO IVA NA IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS


Com a participação da CDO, através do seu Presidente do Conselho Directivo, e por iniciativa da Associação Comercial de Lisboa em 25 de Setembro de 2007 e da Associação Comercial do Porto em 6 de Novembro seguinte, tiveram lugar duas Sessões de Formação sobre o tema em epígrafe, no qual se procuraram analisar não só, as alterações constantes do Orçamento de Estado para 2007, no que respeita ao diferimento do pagamento do IVA, mas ainda as consequências delas resultantes para os Operadores Económicos e para os Despachantes Oficiais, ao mesmo tempo que foram sugeridas novas medidas, capazes de minimizar os aspectos menos positivos das alterações legislativas referidas.

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

Como habitualmente, realizou-se este ano, mais um Encontro Nacional de Despachantes Oficiais, de 1 a 4 de Novembro, em Ponta Delgada, S. Miguel, Açores.

O Encontro decorreu com o nível a que todos estamos habituados, tendo uma componente social mais abrangente, que foi do inteiro agrado de todos os participantes.





**Em qualquer
circunstância ...**

**... tratamos da
Saúde
aos Despachantes
Oficiais !**



O Seu Parceiro de Logística Global

- Logística
- Transporte aéreo, marítimo e terrestre internacional
- Distribuição Nacional
- courier expresso/FedEx
- Actividade Aduaneira
- Feiras e Exposições



Soluções Logísticas Globais

808 300 500 | info@rangel.com | www.rangel.com

**Rangel**

PARA ALÉM DA PROFISSÃO

QUANDO EU FOR GRANDE QUERO SER PILOTO DE AVIÕES!



Esta foi a manifestação de querer por mim preferida, há longos anos, ainda menino, quando pela mão de alguém também cioso pela causa aeronáutica, no século passado, mais precisamente em 1952, me levou de visita ao extinto Aeródromo Base n.º 1 de Espinho.

Aí fui içado para o interior de um avião caça Hurricane (Hawker Hurricane). No interior daquele "monte de ferro" como me parecia, sentado no lugar do piloto, uma catedral envidraçada, fiquei desde logo "apaixonado" pelos aviões.

Desde aí foi só admirar tudo o que voava, o que fazia sempre de pescoço no ar.

Naquele tempo as missões de treino eram desenroladas sobre os céus de Espinho e Aveiro e as minhas horas eram passadas a observar todas as acrobacias inerentes que me deixavam completamente siderado.

A partir de então, foi só esperar pela idade para poder ser o tão ambicionado piloto de Aviões.

Em 1962, depois de instrução nos velhíssimos "tiger moth" e nos moderníssimos, na altura "auster D5", contra algumas vontades familiares, seria "brevetado".

Na época a formação era relativamente célere, pois como se sabe decorria a guerra colonial e eram precisos recursos humanos a toda a pressa e força.

Força Aérea cumprida e vida civil a começar.

Preferir seguir carreira aeronáutica ou profissão calma e pacífica em terra?

Surge a oportunidade de colocação como Ajudante de Despachante e aí as influências familiares funcionaram uma vez mais.

Então seria o desdobrar entre Alfândega cumprindo dever profissional e o treino mais ao menos regular na actividade aeronáutica. O Estado subsidiava as despesas dos voos para manter os pilotos sempre activos.

Surge entretanto convite para integrar uma Companhia Aérea, todavia com um concurso de Despachante Oficial a decorrer uma vez mais a aviação profissional foi preterida.

A partir daí, várias missões aeronáuticas foram por mim efectuadas.

Entre elas, destaco uma, aquando das primeiras eleições democráticas, que consistiu em transportar uma equipa da RTP a uma aldeia no nordeste transmontano que é a mais pequena, menos povoada e mais isolada do País. Era ela o Vale da Coelha.

Depois seguiram-se transporte de medicamentos e documentos urgentes. Algumas seriam aduaneiras, como foi o caso de fazer chegar à Delegação de Vilar Formoso e a Valença, guias duplicado de despachos de exportação para possibilitar a saída dos camiões ali retidos por falta desses documentos. Era uma espécie de bombardeio documental, pois os ditos eram lançados para terra e recolhidos por funcionário aduaneiro, com assistência da GF e não só, pois teria que haver muito cuidado para não sobrevoar território espanhol, acautelando assim um possível "conflito diplomático" que complicaria muito o processo e provocaria um nada apetecível questionário no dia

seguinte ou até logo à aterragem, por certa autoridade vigente à época.

Missões de carácter altruísta, como vigilância florestal de detecção de incêndios, foram e são as mais efectuadas e decorrem todos os anos de Julho a Setembro.

Aí foram observadas as mais diversas situações trágicas que se passaram neste País. Recordo um incêndio na serra do Caramulo donde desapareceram espécies botânicas raríssimas que foram definitivamente perdidas.

A frustração sentida por observar e nada poder fazer para debelar tais tragédias, por vezes com sacrifício de vidas humanas, permanece inesquecível.

O tempo foi correndo célere e actualmente é o dealbar de uma "carreira" ainda com "missões turístico-gastronómicas" e outras de circunstância. Enfim, foi um percurso agradável.



Miguel Cardoso
Despachante Oficial



**& J. Fernando Domingues
& J. Luís Freitas**
Despachantes Oficiais, Lda.

E-mai: fernandodomingues@mail.telepac.pt | joséfdomingues@mail.telepac.pt | joselfreitas@mail.telepac.pt

Quinta do Simão (á Est. Nac. 109) - Variante
Telefs.: 234 33 020 / 234 300 800 - Fax.: 234 300 881
Apartado 747 - Esgueira - 3801-801 Aveiro

VIAGENS



MICAELENSE

Agência de Viagens e Turismo, Lda.

**VIAJANDO CONNOSCO
FICARÃO AMIGOS
PARA SEMPRE...**

**AGÊNCIA OFICIAL
DO VII ENCONTRO
DE DESPACHANTES
OFICIAIS**

SEDE: Travessa de S. Pedro, 3 - 9500-329 Ponta Delgada - S. Miguel - Açores - Tel. 296 206 600/1/2/3/4/5/6/7/8 - Fax: 296 206 609
E-mail: micaelense@micaelense.net

FILIAL: Rua M. 2 - 9580-525 Vilado Porto - S. Maria - Açores - Tel.: 296 882 040 - Fax: 296 883 303 - E-mail: micaelense.sma@sapo.pt

FORMAÇÃO

A CDO, confirmou já na prática, a sua vocação de Entidade Formadora, quer para os seus Associados, quer para os Empregados destes.

Mais que por força de um imperativo legal, procura a CDO formar uns e outros, não só naquelas áreas que são indispensáveis ao trabalho quotidiano, mas mais que isso, no âmbito dos conhecimentos que constituem um valor acrescentado ao desempenho individual das respectivas actividades profissionais.

Formação Profissional dos Empregados dos Despachantes Oficiais.

De 23 de Outubro a 4 de Dezembro do corrente ano, decorreram nas Secções de Lisboa e do Porto, várias sessões, integradas no Curso de Formação para Empregados de Despachantes Oficiais.

Com uma duração total de 35 horas, o Curso abrangeu as seguintes matérias:

- Administrativa (Secretariado e Protocolo)
- Laboral (Relações Individuais de Trabalho)

- Informática (Internet / Extranet / Correio Electrónico)
- Comércio Internacional (Incoterms 2000)
- Comportamental (Relacionamento Interpessoal e Desempenho)



Especial

ELEIÇÕES

Realiza-se no próximo dia 16 de Dezembro, a eleição dos Membros Dos Órgãos da CDO para o triénio 2008/2010.

Apresentou-se unicamente a sufrágio, a Lista que a seguir se indica:

Eleição para os Órgãos Sociais da Câmara dos Despachantes Oficiais

Lista Candidata

Triénio 2008 - 2010

* MESA DA ASSEMBLEIA GERAL *

Presidente:	REINALDO LUCAS DE CARVALHO (48)
Vice-Presidente:	VASCO DE ALMEIDA (487)
Secretária:	PAULA COSTA LOPES (492)
Suplente:	HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA (504)
Suplente:	PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA (566)

* Presidente da CDO *

FERNANDO CARMO (306)

* CONSELHO DIRECTIVO *

Presidente da CDO (por inerência)	
Vice-Presidente:	MÁRIO DE MATOS OLIVEIRA (530)
Vice-Presidente:	ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS (501)
Vogal:	LUIS FERNANDO DA VEIGA PIRES (47)
Vogal:	JOÃO AUGUSTO LOPES PALA (562)
Suplente:	RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO (490)
Suplente:	MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO (73)

* CONSELHO DEONTOLÓGICO E FISCALIZADOR NACIONAL *

Presidente:	NORBERTO DIAS DOS SANTOS (351)
Vice-Presidente:	MANUEL FERNANDO LOPES (234)
Vice-Presidente:	MANUEL JOAO REISINHO BELEZA DE ANDRADE (132)
Vogal:	JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE (456)
Vogal:	JOSÉ MANUEL XAVIER RIJO (565)
Suplente:	ANTÓNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO (507)
Suplente:	LUIS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA (346)

ESTATUTOS

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Decreto-Lei n.º 228/2007 de 11 de Junho

A Câmara dos Despachantes Oficiais (CDO), associação pública representativa dos profissionais que procedem, por conta de outrem, ao cumprimento dos actos e formalidades necessários ao desembaraço aduaneiro e fiscal de mercadorias, instituída desde 1941, regia-se pelo Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 173/98, de 26 de Junho, com alterações pontuais introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2001, de 26 de Fevereiro. Tal Estatuto foi especialmente inspirado pela necessidade de, naquela data, adequar o exercício da profissão a imperativos comunitários, tendo ainda visado o reforço da descentralização organizativa, a separação entre órgãos executivos e disciplinares, a definição de um núcleo essencial de regras de deontologia profissional, a previsão de regras sobre processo disciplinar e a consagração do referendo interno como instrumento de aprovação de decisões particularmente relevantes.

A experiência colhida ao longo de oito anos veio, no entanto, revelar o peso da estrutura organizativa criada, à qual estão associados custos de funcionamento significativos e constrangimentos sérios à tomada de decisões céleres, designadamente em contexto internacional, pelo que urge agilizar as regras de funcionamento da CDO e redireccionar os recursos financeiros de que dispõe para áreas prioritárias, como seja a formação dos seus associados, viabilizando a adaptação desta associação pública profissional aos novos desafios do comércio internacional.

Importa, designadamente, fomentar a representação e protagonismo que a CDO tem vindo a assumir a nível comunitário e internacional, revelado pela sua participação na International Federation of Customs Brokers Association, associação representativa dos despachantes oficiais a nível mundial, na Associação dos Despachantes Oficiais da América do Sul, de Espanha e de Portugal, na associação representativa dos despachantes oficiais do Sul e Leste Europeu e na associação representativa dos operadores de logística da União Europeia.

É neste contexto que se justificam as alterações ora introduzidas ao Estatuto da CDO, norteadas por dois objectivos fundamentais: aumentar a funcionalidade da DO, sem prejuízo da permanente participação dos seus órgãos, agilizando a tomada de decisões a nível interno; disponibilizar recursos que permitam maior investimento na vertente internacional dos trabalhos que a CDO tem vindo a desenvolver,

bem como na formação profissional dos seus associados.

Assim, e destacando as alterações mais relevantes, eliminam-se os órgãos regionais, acautelando-se, contudo, a representação regional, mediante a participação de despachantes oficiais com domicílio profissional no Porto e em Lisboa de entre os membros eleitos para os órgãos da CDO que passam a integrar as listas candidatas aos vários órgãos. No mesmo respeito pela representação regional, reforça-se a maioria exigida em caso de referendo relativo à extinção de secções da CDO.

Por razões de melhor representatividade, cria-se o órgão de presidente da CDO, a quem caberá exercer as competências até agora conferidas ao presidente do conselho directivo, reformulam-se as competências da assembleia geral e do conselho directivo, por forma a dar o adequado ênfase à vertente internacional da actuação da CDO e à sua profissionalização enquanto estrutura administrativa, e procede-se aos ajustamentos decorrentes da eliminação dos órgãos regionais.

Alarga-se o mandato dos titulares de órgãos da CDO de dois para três anos, de modo a permitir um melhor desenvolvimento e execução das acções e projectos em que se envolvam. Com o mesmo objectivo, insere-se norma especial relativa à eleição de membro de órgão da CDO para órgãos sociais de outras organizações nacionais e internacionais de âmbito profissional, prevendo que até ao termo dos mandatos para os quais nestas tenham sido eleitos prestem informação à CDO e dela recebam apoio logístico. Alteram-se também as actuais regras de formação de listas candidatas a órgãos da CDO, prevendo a indicação obrigatória dos candidatos a todos os órgãos, por forma a conferir mais eficácia à actuação da CDO no seu conjunto e, simultaneamente, garantir uma maior legitimidade aos titulares eleitos, mediante a inibição de os proponentes das listas serem nelas candidatos.

No já assinalado sentido da reestruturação profissional dos serviços da CDO, prevê-se a contratação de um director executivo que, a tempo inteiro, ponha em prática as orientações dimanadas do conselho directivo, assegure a execução das decisões e o trabalho administrativo e contabilístico da organização.

Foi ouvida a Câmara dos Despachantes Oficiais.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 105.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, e nos termos da alínea b)

do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

ESTATUTO DA CÂMARA DOS DESPACHANTES OFICIAIS

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Natureza e sede

1 – A Câmara dos Despachantes Oficiais, abreviadamente designada por CDO, é a associação pública representativa dos despachantes oficiais.

2 – A CDO tem sede em Lisboa.

Artigo 2.º

Secções e delegações

1 – A CDO compreende as secções de Lisboa e do Porto que exercem as funções previstas no presente Estatuto.

2 – A secção de Lisboa integra os despachantes oficiais com domicílio profissional nas áreas correspondentes aos distritos de Faro, Beja, Évora, Portalegre, Setúbal, Lisboa, Santarém e Leiria e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

3 – A secção do Porto integra os despachantes oficiais com domicílio profissional nas áreas correspondentes aos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Viseu, Aveiro, Castelo Branco, Guarda e Coimbra.

4 – Por deliberação do conselho directivo podem ser criadas delegações locais que exercem as funções que por este órgão sejam fixadas.

Artigo 3.º

Atribuições

A CDO tem as seguintes atribuições:

- a) Verificar os requisitos legais de acesso à profissão de despachante oficial e organizar os exames e provas previstos na lei e no presente Estatuto;
- b) Atribuir o título profissional, de acordo com a legislação aplicável;
- c) Elaborar e manter actualizado o registo oficial dos membros da profissão;
- d) Participar na elaboração da legislação relativa à Câmara e ao Estatuto dos Despachantes Oficiais;
- e) Fiscalizar o exercício da profissão, verificando e assegurando, relativamente aos seus membros, o respeito pelos condicionamentos, incompatibilidades e impedimentos, bem como a observância das regras de deontologia profissional;

- f) Defender os direitos e interesses legítimos dos seus membros no que respeite ao exercício da profissão;
- g) Promover o aperfeiçoamento profissional e o apoio aos seus membros;
- h) Zelar pela dignidade e prestígio da profissão;
- i) Reforçar a solidariedade entre os seus membros.

CAPÍTULO II

Órgãos

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 4.º

Órgãos

1 – São órgãos da CDO:

- a) A assembleia geral;
- b) O presidente da CDO;
- c) O conselho directivo;
- d) O conselho deontológico e fiscalizador.

2 – (Revogado.)

3 – (Revogado.)

4 – (Revogado.)

Artigo 5.º

Responsabilidade dos órgãos

O presidente da CDO, o conselho directivo e o conselho deontológico e fiscalizador respondem perante a assembleia geral.

Artigo 6.º

Eleição e duração dos mandatos

1 – O presidente da CDO e todos os membros dos restantes órgãos são eleitos em assembleia geral.

2 – O mandato dos membros dos órgãos da CDO tem a duração de três anos.

3 – Os membros da CDO ou os titulares dos seus órgãos que tenham sido eleitos membros de órgãos sociais de quaisquer organizações ou associações nacionais, internacionais ou comunitárias transmitem ao conselho directivo o conteúdo da sua actividade, devendo a CDO conferir-lhes meios logísticos para o exercício dos seus cargos até ao fim dos respectivos mandatos.

Artigo 7.º

Elegibilidade dos presidentes

Só podem ser eleitos presidente da CDO e presidentes dos restantes órgãos os despachantes oficiais com mais de cinco anos de profissão.

SECÇÃO II

Assembleia geral

Artigo 8.º

Composição

1 – A assembleia geral é o órgão superior da CDO e nela têm assento todos os despachantes oficiais que se encontrem no pleno exercício dos seus direitos.

2 – Não podem participar na assembleia geral os despachantes oficiais cujas contribuições à CDO estejam em dívida há mais de seis meses.

Artigo 9.º

Mesa

1 – A mesa da assembleia geral é composta por um presidente, por um vice-presidente e por um secretário.

2 – Pelo menos um dos lugares de membro da mesa da assembleia geral referidos no número anterior é preenchido por um despachante oficial inscrito na secção de Lisboa e outro por despachante oficial inscrito na secção do Porto, sendo, nos seus impedimentos e ausências, substituídos por despachantes oficiais designados pelo presidente ou eleitos pela assembleia geral.

Artigo 10.º

Convocatória

1 – A assembleia geral é convocada pelo presidente, com a antecedência mínima de 10 dias, devendo a ordem de trabalhos constar de aviso convocatório publicado em, pelo menos, dois jornais diários de âmbito nacional, um de Lisboa e outro do Porto, e de circular a enviar a todos os despachantes, contendo o dia, hora e local da reunião.

2 – As assembleias eleitorais devem ser convocadas com a antecedência mínima de 60 dias.

Artigo 11.º

Local das reuniões

1 – A assembleia geral reúne em local a designar pelo presidente, alternadamente nas áreas das secções de Lisboa e do Porto.

2 – O presidente pode alterar a regra da alternância por motivos devidamente justificados, os quais devem constar do respectivo aviso convocatório.

Artigo 12.º

Funcionamento

1 – A assembleia geral considera-se constituída desde que à hora marcada no aviso convocatório esteja presente metade e mais um dos seus membros.

2 – Não existindo o quórum referido no número anterior, a assembleia geral considera-se constituída uma hora depois da primeira convocação com os despachantes oficiais presentes e com a mesma ordem de trabalhos.

3 – Exceptua-se do disposto no número anterior a assembleia geral convocada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º, a qual só se considera constituída validamente com a presença mínima de dois terços dos subscritores daquele pedido.

4 – Cada despachante oficial não pode representar mais de três membros, devendo para o efeito apresentar as respectivas procurações.

Artigo 13.º

Deliberações

1 – A assembleia geral só pode deliberar sobre os assuntos constantes do aviso convocatório.

2 – A assembleia geral não pode aprovar deliberações que envolvam, no ano económico em curso, aumento das despesas da CDO não previstas no orçamento.

Artigo 14.º

Competências

São competências da assembleia geral:

- a) Votar o orçamento, as contas com os respectivos anexos, o parecer do conselho deontológico e fiscalizador e o orçamento suplementar;
- b) Eleger os titulares dos órgãos da CDO;
- c) Destituir os titulares dos órgãos da CDO;
- d) Votar propostas de alteração do Estatuto;
- e) Votar os regulamentos internos necessários ao bom funcionamento dos órgãos da CDO;
- f) Fixar o montante da taxa de inscrição na CDO e das quotas a pagar pelos seus membros;
- g) Fixar o valor dos selos de garantia;
- h) Aprovar as normas para a substituição do despachante oficial nos seus impedimentos e o regime de suspensão voluntária do exercício da actividade;
- i) Deliberar sobre qualquer assunto que se enquadre no âmbito das atribuições da CDO, com excepção dos assuntos da competência de outros órgãos;
- j) Aprovar o código deontológico da profissão, sob proposta do conselho deontológico e fiscalizador.

Artigo 15.º

Reuniões ordinárias

1 – A assembleia geral reúne ordinariamente em Março e Dezembro de cada ano.

2 – Na reunião de Março são submetidos a aprovação o relatório e as contas do ano económico anterior.

3 – Na reunião de Dezembro é submetido a aprovação o orçamento para o ano económico seguinte e, de três em três anos, tem igualmente lugar a assembleia geral para eleição dos membros dos órgãos sociais e do presidente da CDO.

Artigo 16.º

Reuniões extraordinárias

1 – As reuniões extraordinárias são convocadas por iniciativa do presidente da assembleia geral, por quem o substitua ou a solicitação:

- a) De qualquer outro órgão da CDO que nesse sentido expressamente tenha deliberado por maioria simples;
- b) (Revogada.)

c) De, pelo menos, 10% do número total de despachantes oficiais no pleno uso dos seus direitos.

2 - O pedido de convocação da assembleia geral extraordinária deve ser formulado por escrito e indicar a respectiva ordem de trabalhos e o local onde a reunião terá lugar.

Artigo 17.º

Moções de louvor e de censura

1 - É permitida a apresentação de moções de louvor e de censura aos órgãos da CDO ou aos seus titulares, que só podem ser aceites se forem subscritas por, pelo menos, 30 despachantes oficiais presentes na assembleia, caso em que são obrigatoriamente submetidas a votação.

2 - Se um órgão ou algum dos seus titulares for objecto de duas moções de censura durante o mesmo mandato, votadas favoravelmente em assembleias diferentes, todos os titulares desse órgão ou o referido titular, consoante o caso, são imediatamente destituídos com a aprovação da segunda moção.

Artigo 18.º

Eleições intercalares

1 - Caso se verifique a destituição ou demissão de todos os titulares de qualquer órgão da CDO, estes continuarão em funções com meros poderes de gestão até à tomada de posse dos novos titulares, que serão eleitos de acordo com os procedimentos eleitorais previstos no presente Estatuto, para o efeito imediatamente desencadeados.

2 - O mandato dos titulares dos órgãos eleitos nos termos do número anterior termina no final do mandato que se encontre em curso para os restantes órgãos.

Artigo 19.º

Maiorias

1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as deliberações da assembleia geral são tomadas à pluralidade de votos dos membros presentes e representados.

2 - As deliberações relativas às matérias enunciadas nas alíneas d), e), f), g), h) e j) do artigo 14.º são aprovadas por dois terços dos votos validamente expressos pelos membros presentes, com excepção da extinção de secções, que observa o disposto no artigo 47.º

Artigo 20.º

Apoio administrativo

1 - O conselho directivo assegura as condições materiais para o bom funcionamento das reuniões da assembleia geral.

2 - O presidente da assembleia geral ordena a publicação em circular dos documentos que julgue necessário divulgar a todos os despachantes oficiais antes da realização da assembleia geral.

SECÇÃO III

Presidente da CDO e conselho directivo

Artigo 20.º-A

Presidente da CDO

1 - Ao presidente da CDO eleito em assembleia geral compete:

- Convocar e presidir ao conselho directivo;
- Representar a CDO a nível nacional e internacional;
- Chefiar as representações da CDO em reuniões nacionais e internacionais e definir a respectiva composição;
- Representar a CDO em juízo e fora dele e obrigá-la em todos os actos e contratos.

2 - O presidente da CDO pode delegar os seus poderes em qualquer membro do conselho directivo e é substituído, nas suas ausências ou impedimentos, pelo vice-presidente para o efeito designado por si ou pelo conselho directivo.

Artigo 21.º

Composição do conselho directivo

1 - O conselho directivo é composto por:

- Presidente da CDO;
- Um vice-presidente da área da secção de Lisboa;
- Um vice-presidente da área da secção do Porto;
- Um vogal da área da secção de Lisboa;
- Um vogal da área da secção do Porto.

2 - Na sua primeira reunião, o conselho directivo elege, de entre os vogais, um tesoureiro.

3 - Pode ainda participar nas reuniões do conselho directivo, sem direito a voto e quando para o efeito for convocado, o último presidente do conselho directivo ou da CDO.

4 - (Revogado.)

5 - (Revogado.)

Artigo 22.º

Sede

1 - O conselho directivo reúne na sede da CDO ou onde for entendido mais conveniente.

2 - (Revogado.)

Artigo 23.º

Competências do conselho directivo

1 - Ao conselho directivo compete:

- Coordenar e zelar pelos direitos e interesses legítimos dos despachantes oficiais em tudo o que respeite ao exercício da sua profissão;
- Elaborar o seu regulamento interno e emitir as directivas necessárias ao bom cumprimento do presente Estatuto;
- Submeter à assembleia geral a aprovação dos orçamentos ordinário e suplementares, do relatório e contas do exercício anterior;

bem como do respectivo parecer do conselho deontológico e fiscalizador;

d) Nomear comissões para a execução de trabalhos excepcionais;

e) Propor à assembleia geral a fixação do valor dos selos de garantia;

f) Nomear despachantes oficiais para integrar comissões ou exercer actividades de interesse para a profissão, bem como nomear despachantes oficiais por escala, para actividades que considere necessárias;

g) Editar o boletim da CDO, que sairá, pelo menos, uma vez por ano e conterá obrigatoriamente a lista actualizada dos despachantes oficiais;

h) Gerir o orçamento da CDO e administrar o seu património;

i) Ocupar-se de tudo o que respeite à negociação e contratação global de benefícios sociais para os despachantes oficiais;

j) (Revogada.)

l) Organizar os referendos internos;

m) (Revogada.)

n) Organizar os exames e provas previstos na lei e no presente Estatuto para acesso à profissão de despachante oficial;

o) Atribuir o título profissional;

p) Elaborar e manter actualizado o registo oficial dos membros da CDO e das sociedades de despachantes oficiais validamente constituídas;

q) Participar na elaboração legislativa relativa à CDO e ao Estatuto dos Despachantes Oficiais;

r) Regular os requisitos da conta modelo aprovada como equivalente a factura, de acordo com a legislação vigente;

s) Promover a solidariedade entre os despachantes oficiais e entre os titulares dos órgãos sociais;

t) Estabelecer e desenvolver as relações internacionais e com os órgãos da administração central, regional e local;

u) Executar as deliberações do conselho deontológico e fiscalizador;

v) Fixar o valor das taxas pelos serviços prestados;

x) Propor a criação de secções;

z) Contratar o director executivo;

aa) Promover a formação profissional dos despachantes oficiais;

ab) Aprovar o pacto social das sociedades de despachantes oficiais ou a sua alteração, de acordo com critérios de mera legalidade e de verificação do cumprimento das regras sociais e deontológicas da actividade de despachante oficial.

2 - Decorridos 30 dias sobre a data de apresentação do projecto a que se refere a alínea

ab) do número anterior, considera-se para todos os efeitos como aprovado o pacto social ou a sua alteração.

Artigo 24.º
Reuniões e deliberações

1 – O conselho directivo reúne por iniciativa do presidente da CDO ou de dois membros deste conselho.

2 – O conselho directivo só se considera validamente constituído com a presença do presidente da CDO, ou de quem o substituir, e da maioria simples dos seus membros.

3 – O conselho directivo delibera validamente com os votos favoráveis da maioria simples dos seus membros presentes.

SECÇÃO IV
Conselho deontológico e fiscalizador

Artigo 25.º
Composição

1 – O conselho deontológico e fiscalizador funciona na sede da CDO e é composto por:

- Presidente;
- Vice-presidente da área da secção de Lisboa;
- Vice-presidente da área da secção do Porto;
- Um vogal da área da secção de Lisboa;
- Um vogal da área da secção do Porto.

2 – No caso de ausência ou impedimento do presidente, este é substituído pelo vice-presidente que aquele ou o conselho designar.

3 – O presidente tem voto de qualidade.

Artigo 26.º
Competências

1 – Ao conselho deontológico e fiscalizador compete:

- Orientar, fiscalizar e disciplinar, no âmbito deontológico, a actividade profissional dos despachantes oficiais;
- Fiscalizar e dar parecer sobre as contas do conselho directivo, em especial, e as contas da CDO, em geral;
- Publicar todos os documentos respeitantes à deontologia profissional;
- Promover e difundir o respeito pelas normas éticas da profissão;
- Analisar os problemas deontológicos decorrentes da actividade profissional;
- Fiscalizar o comportamento deontológico dos órgãos da CDO e dos respectivos titulares;
- Exercer o poder disciplinar sobre os titulares dos órgãos da CDO;
- (Revogada.)
- (Revogada.)
- Mandar proceder aos inquéritos que entenda por convenientes;
- Fiscalizar a utilização das contas modelo;
- Elaborar o seu regulamento interno.

2 – O conselho deontológico e fiscalizador pode contratar profissionais para o auxiliarem no exercício das suas funções, não podendo os

contratos exceder o prazo restante do mandato dos respectivos membros.

3 – O conselho deontológico e fiscalizador pode fazer-se representar por um dos seus membros nas reuniões do conselho directivo, sem direito a voto.

Artigo 27.º
Reuniões e deliberações

1 – No exercício das suas competências deontológicas, o conselho deontológico e fiscalizador reúne com a periodicidade que julgar necessária, devendo reunir, para o exercício das suas competências de fiscalização, pelo menos, uma vez em cada trimestre.

2 – O conselho pode delegar, caso a caso, em qualquer dos seus membros as suas competências, com excepção da prevista na alínea g) do no. 1 do artigo anterior.

SECÇÃO V
Assembleias de secção

(Revogada.)

Artigo 28.º
Composição

(Revogado.)

Artigo 29.º
Regras supletivas

(Revogado.)

Artigo 30.º
Local das reuniões

(Revogado.)

Artigo 31.º
Competências

(Revogado.)

Artigo 32.º
Moções de louvor e de censura

(Revogado.)

SECÇÃO VI
Direcções de secção

(Revogada.)

Artigo 33.º
Composição

(Revogado.)

Artigo 34.º
Sede

(Revogado.)

Artigo 35.º
Competências

(Revogado.)

Artigo 36.º
Reuniões e deliberações

(Revogado.)

SECÇÃO VII
Conselhos deontológicos e fiscalizadores das secções

(Revogada.)

Artigo 37.º
Composição

(Revogado.)

Artigo 38.º
Competências

(Revogado.)

Artigo 39.º
Reuniões e deliberações

(Revogado.)

CAPÍTULO III
Secções e estruturas de apoio

Artigo 39.º-A
Gestão das secções

As secções são geridas pelo conselho directivo através dos seus membros pertencentes às respectivas áreas geográficas.

Artigo 39.º-B
Instalações

A secção de Lisboa funciona na sede da CDO e a secção do Porto funciona no Edifício Freixeiro, Perafita, em fracção pertencente à CDO.

Artigo 39.º-C
Funções

1 – Os membros do conselho directivo pertencentes a cada secção actuam em todas as matérias que lhes sejam delegadas pelo conselho directivo, considerando-se desde já delegadas as questões de âmbito meramente regional.

2 – Em caso de dúvida sobre o âmbito das matérias referidas no número anterior, cabe ao conselho directivo a sua definição.

Artigo 39.º-D
Director executivo

Ao director executivo, sob a direcção do conselho directivo, incumbe:

- Gerir os recursos humanos da CDO e propor as suas requalificações e retribuições;
- Superintender os serviços administrativos;
- Supervisionar as operações administrativas de controlo dos selos de garantia, apurando as diferenças e notificando o interessado para proceder ao respectivo pagamento, em prazo não superior a oito dias;
- Comunicar ao conselho directivo os montantes em dívida e a identificação dos devedores;
- Enviar ao conselho deontológico e fiscalizador a identificação dos despachantes oficiais que não tenham pago voluntariamente as dívidas para com a CDO, após decurso do prazo de pagamento fixado;

- f) Gerir a tesouraria e apresentar ao tesoureiro as propostas de pagamento e de aplicação de fundos;
- g) Promover a apresentação mensal dos balancetes e a elaboração trimestral do relatório de análise dos desvios orçamentais;
- h) Promover a elaboração dos orçamentos da CDO, com a colaboração do tesoureiro e segundo as orientações do conselho directivo, e a apresentação das contas anuais;
- i) Secretariar as reuniões do conselho directivo;
- j) Prestar ao conselho deontológico e fiscalizador as informações por este solicitadas, na área da sua competência;
- l) Executar as tarefas que lhe sejam confiadas pelo conselho directivo.

CAPÍTULO IV

Eleições

Artigo 40.º

Eleições

(Revogado.)

Artigo 41.º

Escrutínio

- 1 – As eleições fazem-se por escrutínio secreto.
- 2 – O presidente da mesa da assembleia geral deve convidar um representante de cada lista para acompanhar e fiscalizar os trabalhos da assembleia eleitoral.

Artigo 42.º

Listas

- 1 – Só são admitidas a sufrágio as listas apresentadas até 30 dias antes da data das eleições e desde que subscritas por um mínimo de 30 despachantes oficiais.
- 2 – As listas admitidas a sufrágio são referenciadas pelas primeiras letras do alfabeto segundo a ordem de apresentação e todas devem ser impressas no mesmo papel com o mesmo formato.
- 3 – As listas a apresentar incluem obrigatoriamente o nome dos candidatos a todos os órgãos da CDO, com a indicação dos respectivos lugares.
- 4 – As listas admitidas a sufrágio devem apresentar, para cada órgão, dois suplentes, sendo um da área da secção de Lisboa e outro da área da secção do Porto, os quais podem ser chamados a exercer funções em caso de ausência ou impedimento do membro efectivo.
- 5 – Os proponentes das listas não podem ser candidatos nas listas que subscrevem.

Artigo 43.º

Funções de gestão

Os titulares dos órgãos sociais da CDO mantêm-se em funções de gestão após o termo dos respectivos mandatos e até à posse dos novos titulares, a qual se deve dar no prazo

máximo de 30 dias após o apuramento dos resultados eleitorais.

Artigo 44.º

Votação

- 1 – O voto pode ser exercido presencialmente, por correspondência ou por via electrónica.
- 2 – O voto presencial é feito na sede da CDO e nas instalações das secções a que o despachante oficial pertencer.
- 3 – (Revogado.)
- 4 – O acto de votação presencial na secção do Porto é fiscalizado pelo membro da mesa da assembleia geral e pelos dois membros do conselho deontológico e fiscalizador da área daquela secção.
- 5 – Para efeito do voto por correspondência, o voto é encerrado num sobrescrito em branco e incluído noutro dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral e enviado para o local onde a mesma decorrer através de correio registado ou por intermédio de outro despachante oficial que vá participar na assembleia.
- 6 – Apenas são considerados os votos por correspondência que chegaram ao presidente, nas condições atrás referidas e até ao início dos trabalhos de apuramento da votação.
- 7 – O voto pode ainda ser exercido por via electrónica nas condições que a assembleia geral definir.

CAPÍTULO V

Referendos internos

Artigo 45.º

Objecto

- 1 – A CDO pode realizar, a nível nacional, referendos internos com carácter vinculativo aos seus membros, destinados a submeter a votação as questões que o conselho directivo considere suficientemente relevantes.
- 2 – As questões devem ser formuladas com clareza e para respostas de sim ou não.
- 3 – (Revogado.)

Artigo 46.º

Organização

- 1 – Compete ao conselho directivo fixar a data do referendo interno e organizar o respectivo processo.
- 2 – O teor das questões a submeter a referendo interno é divulgado junto de todos os membros da CDO e deve ser objecto de reuniões de esclarecimento e debate.
- 3 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as propostas de alteração às questões a submeter a referendo interno devem ser dirigidas por escrito ao conselho directivo, durante o período de esclarecimento e debate, por membros da CDO devidamente identificados.
- 4 – As propostas de referendo interno subscritas por um mínimo de 20% dos membros da CDO no pleno gozo dos seus direitos não podem ser objecto de alteração.

Artigo 47.º

Efeitos

- 1 – O efeito vinculativo do referendo interno depende de o número de votantes ser superior a metade dos membros efectivos inscritos nos cadernos eleitorais.
- 2 – Quando se trate de propostas de dissolução da CDO, a aprovação carece do voto expresso de dois terços dos membros inscritos nos cadernos eleitorais.
- 3 – A extinção de secção da CDO é sempre objecto de referendo interno, caso em que a aprovação carece ainda do voto expresso favorável de dois terços dos associados pertencentes à respectiva secção.
- 4 – Os resultados dos referendos internos são divulgados pelo conselho directivo após a recepção dos apuramentos parciais.

CAPÍTULO VI

Regime financeiro

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 48.º

Património

- 1 – O património da CDO é administrado pelo conselho directivo.
- 2 – A alienação, aquisição ou oneração de bens imobiliários da CDO carece de autorização da assembleia geral.

Artigo 49.º

Receitas e despesas

- 1 – (Revogado.)
- 2 – (Revogado.)
- 3 – Constituem despesas da responsabilidade do conselho directivo as imputáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços da CDO e ainda todas aquelas que resultem de actividades que afectem a classe no seu conjunto.
- 4 – (Revogado.)
- 5 – Não é permitida a consignação de receitas no orçamento da CDO.
- 6 – (Revogado.)

Artigo 50.º

Enumeração das receitas

São receitas da CDO:

- a) O produto da taxa de inscrição na CDO;
- b) O produto das quotas dos associados;
- c) O produto da venda de impressos de conta fornecidos pela CDO;
- d) O produto da venda dos selos de garantia, das taxas correspondentes a serviços prestados, de outros impressos e ainda da emissão de cédulas profissionais;
- e) O produto das penas disciplinares de natureza pecuniária;
- f) (Revogada.)
- g) O produto das inscrições para os cursos de formação e acesso à profissão ou para a prova de equivalência;

- h) O custo da transmissão electrónica de dados e outros similares;
- i) Os donativos, heranças, doações e legados que venham a ser instituídos a seu favor;
- j) Quaisquer outras receitas eventuais.

Artigo 51.º

Movimentação das despesas

Nenhuma despesa ou movimentação de conta pode ser efectuada sem a assinatura do presidente da CDO e do tesoureiro do conselho directivo.

Artigo 52.º

Despesas efectuadas pelos titulares dos órgãos

As despesas de viagem, respectivos seguros, estadas e ajudas de custo atribuídas para refeições e deslocações, efectuadas pelos titulares dos órgãos sociais no desempenho das suas funções, são suportadas pelo orçamento da CDO.

SECÇÃO II

Orçamento e contas

Artigo 53.º

Anualidade

1 – O orçamento e as contas da CDO são elaborados em correspondência com o ano civil e em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade.

2 – (Revogado.)

Artigo 54.º

Orçamento

1 – (Revogado.)

2 – A configuração do orçamento da CDO permite verificar, em cada rubrica e em cada total ou subtotal das receitas e das despesas, a divisão orçamental onde são geradas as receitas e aplicadas as despesas.

3 – (Revogado.)

4 – O conselho deontológico e fiscalizador deve juntar o seu parecer ao projecto de orçamento da CDO.

5 – O conselho directivo pode apresentar à assembleia geral os orçamentos suplementares que julgue convenientes.

6 – O conselho directivo elabora anualmente o regulamento de execução financeira.

Artigo 55.º

Tramitação orçamental

1 – O conselho directivo elabora até 15 de Novembro de cada ano o respectivo projecto de orçamento contendo a previsão de receitas e despesas para o ano seguinte.

2 – (Revogado.)

3 – (Revogado.)

Artigo 56.º

Documentos anexos ao orçamento

O projecto de orçamento deve conter em anexo os seguintes documentos:

- a) Justificação da previsão das despesas e receitas, seus montantes e respectivas variações em relação a anos anteriores;
- b) Regulamento anual de execução financeira;
- c) Parecer do conselho deontológico e fiscalizador.

Artigo 57.º

Contas

1 – As contas devem ser apresentadas em cumprimento pelas regras estabelecidas no presente Estatuto para o orçamento.

2 – As contas devem conter os montantes orçamentados e os montantes efectivamente realizados, bem como os respectivos desvios.

3 – Os desvios negativos devem ser justificados pelo conselho directivo e apreciados no parecer do conselho deontológico e fiscalizador.

4 – As contas devem conter em anexo:

- a) Os documentos justificativos da execução orçamental e das suas variações;
- b) O relatório do conselho deontológico e fiscalizador.

Artigo 58.º

Divulgação

1 – A proposta de orçamento, as contas e os respectivos anexos serão enviados a todos os despachantes oficiais com a antecedência mínima de 10 dias sobre a data de realização da respectiva assembleia geral.

2 – Os documentos justificativos das contas estarão disponíveis para consulta por qualquer despachante oficial na sede nacional da CDO e nas instalações das secções de Lisboa e do Porto.

3 – Os despachantes oficiais poderão consultar os documentos originais desde que o solicitem por escrito.

CAPÍTULO VII

Direitos, deveres e incompatibilidades dos despachantes oficiais

SECÇÃO I

Direitos e deveres

Artigo 59.º

Direitos

Os despachantes oficiais gozam dos seguintes direitos:

- a) Eleger e ser eleito, nos termos do presente Estatuto;
- b) Apresentar propostas, sugestões ou reclamações sobre assuntos que julguem de interesse da classe ou de seu interesse profissional;
- c) Frequentar as instalações da CDO;
- d) Examinar o orçamento e as contas dos vários órgãos da CDO nos oito dias anteriores à assembleia geral em que aqueles devem ser apresentados;
- e) Participar ao conselho deontológico e fiscalizador os actos lesivos dos direitos estatutários;

- f) Recorrer das decisões disciplinares;
- g) Beneficiar da assistência técnica e jurídica prestada pela CDO;
- h) Beneficiar de isenção de quotas em caso de incapacidade para o exercício da profissão, reforma sem exercício da respectiva actividade ou suspensão voluntária e temporária;
- i) Reclamar e recorrer dos actos e deliberações dos órgãos da CDO contrários à lei, aos estatutos e aos regulamentos;
- j) Ser informado regularmente de toda a actividade da CDO.

Artigo 60.º

Inscrição obrigatória

1 – Só podem usar o título de despachante oficial as pessoas como tal inscritas na CDO.

2 – A inscrição na CDO só pode ser admitida quando requerida por pessoa que reúna os requisitos previstos na lei para o exercício da profissão, não podendo em tal caso ser recusada.

Artigo 61.º

Deveres sociais e deontológicos

1 – Constituem deveres sociais e deontológicos do despachante oficial:

- a) Desempenhar os cargos para que seja designado pelos órgãos da CDO, salvo escusa justificada;
- b) Pagar a taxa de inscrição na CDO, as quotas, os selos de garantia e outras taxas e multas previstas nos presentes estatutos;
- c) Cumprir as disposições destes estatutos, os regulamentos emanados dos órgãos da CDO e as deliberações e directivas dos mesmos;
- d) Solicitar ao conselho directivo autorização para constituição ou alteração de sociedade de despachantes oficiais;
- e) Depositar no conselho directivo, no prazo de 30 dias a contar da data da constituição da sociedade, um exemplar do pacto social, para efeitos de registo interno;
- f) Utilizar em todas as suas contas o modelo previamente aprovado de acordo com a legislação em vigor;
- g) Não recusar sem motivo justificado a integração em comissões ou o exercício de actividades para que seja nomeado nos termos do disposto nas alíneas d) e f) do artigo 23.º;
- h) Colaborar em todas as iniciativas que concorram para o prestígio da CDO e para a defesa dos direitos e interesses legítimos dos despachantes oficiais;
- i) Agir com lealdade e correcção nas relações com os seus colegas;
- j) Apor na conta, e por cada serviço prestado, o selo de garantia;
- l) Comunicar à CDO, no prazo de 30 dias, qualquer mudança do domicílio profissional, bem como qualquer outra ocorrência relevante no seu estatuto profissional;

m) Comunicar à CDO, para efeitos de participação ao Ministério Público, quaisquer factos detectados no exercício das suas funções que constituam crime público.

2 – Todas as quantias devidas à CDO, designadamente por quotas, selos de garantia, taxas ou por quaisquer serviços, são pagas nos prazos concedidos para o efeito, cabendo ao tesoureiro, na falta de pagamento atempado, notificar o despachante oficial, por carta registada, para proceder ao seu pagamento no prazo de 15 dias.

3 – Na falta de pagamento voluntário, será suspensa a inscrição do despachante oficial pelo período que durar o incumprimento, comunicando-se-lhe esta decisão, devendo o tesoureiro extrair a respectiva certidão de dívida, a qual constitui título executivo.

4 – O incumprimento do dever previsto na alínea b) do n.º 1 considera-se verificado no termo do prazo de pagamento previsto no n.º 2.

SECÇÃO II

Incompatibilidades e impedimentos

Artigo 62.º

Incompatibilidade para o exercício de cargos em órgãos sociais

Não podem exercer cargos em órgãos da CDO os despachantes oficiais eleitos ou nomeados para cargos públicos.

Artigo 63.º

Impedimentos de elegibilidade

Não são elegíveis para os órgãos da CDO os despachantes oficiais que:

- Não se encontrem no pleno uso dos seus direitos;
- Tenham sofrido pena disciplinar igual ou superior a multa nos dois anos anteriores à data da eleição.

CAPÍTULO VIII

Requisitos para inscrição na CDO

Artigo 64.º

Inscrição na CDO

Só podem requerer a inscrição na CDO as pessoas aprovadas:

- No curso de acesso à profissão de despachante oficial;
- Nas provas de equivalência ao curso de acesso à profissão de despachante oficial.

CAPÍTULO IX

Ação disciplinar

Artigo 65.º

Responsabilidade disciplinar

1 – Os despachantes oficiais estão sujeitos à jurisdição disciplinar dos órgãos da CDO, nos termos previstos no presente Estatuto.

2 – Comete infracção disciplinar o despachante oficial que, por acção ou omissão, violar dolosa ou negligentemente algum dos deveres fixados no presente Estatuto, no estatuto da profissão ou infrinja, revelando falta de idoneidade ético-profissional, a legislação em vigor.

3 – A acção disciplinar é independente de eventual responsabilidade civil ou criminal.

Artigo 66.º

Instauração do processo disciplinar

1 – O processo disciplinar é instaurado pelo conselho deontológico e fiscalizador, por sua iniciativa ou mediante participação de outro órgão da CDO, da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) ou de qualquer interessado.

2 – Os tribunais e demais autoridades públicas devem dar conhecimento à CDO da prática por despachantes oficiais de actos susceptíveis de constituírem infracção disciplinar.

3 – O Ministério Público e as demais entidades com poderes de investigação criminal devem dar conhecimento à CDO das participações apresentadas contra despachantes oficiais por actos relacionados com o exercício da profissão.

Artigo 67.º

Prescrição do procedimento disciplinar

1 – O procedimento disciplinar prescreve no prazo de três anos sobre a prática da infracção, salvo o disposto no número seguinte.

2 – O procedimento disciplinar de titulares de órgãos da CDO prescreve no prazo de três anos sobre a cessação das respectivas funções.

3 – As infracções disciplinares que constituam simultaneamente ilícito penal prescrevem no mesmo prazo que o procedimento criminal, quando este for superior.

4 – A responsabilidade disciplinar permanece durante o período de suspensão da CDO, e não cessa pela demissão da CDO, relativamente a factos anteriormente praticados.

Artigo 68.º

Penas

1 – As penas disciplinares são as seguintes:

- Advertência;
- Censura;
- Multa de € 50 a € 1000;
- Suspensão até 6 meses;
- Suspensão de 6 meses a 2 anos;
- Suspensão de 2 a 10 anos.

2 – A pena prevista na alínea d) só pode ser aplicada por infracção disciplinar que configure negligência grave ou acentuado desinteresse pelo cumprimento dos deveres e obrigações profissionais.

3 – A pena prevista na alínea e) só pode ser aplicada por infracção disciplinar que afecte

gravemente a dignidade e o prestígio profissional de despachante oficial.

4 – A pena prevista na alínea f) é aplicável quando tenha sido cometida infracção disciplinar que constitua também crime punível com pena de prisão superior a 2 anos.

5 – Existe acumulação quando são praticados diversos tipos de infracções ou a mesma infracção é cometida várias vezes.

6 – Existe reincidência quando seja cometida uma infracção dentro do prazo de cinco anos após o cometimento de infracção do mesmo tipo.

7 – As penas de suspensão só podem ser aplicadas por deliberação unânime do conselho deontológico e fiscalizador.

8 – As penas previstas nas alíneas d), e) e f) devem ser comunicadas à DGAIEC e publicadas no boletim da CDO, sendo as restantes objecto de circular nacional.

Artigo 69.º

Escolha e medida da pena

A escolha e a medida da pena são feitas em função da culpa do arguido, tendo em conta a gravidade e as consequências da infracção, os antecedentes profissionais e disciplinares e as demais circunstâncias da infracção.

Artigo 70.º

Instrução

1 – A instrução do processo disciplinar compreende as diligências necessárias ao apuramento da verdade material, devendo o relator remover os obstáculos ao seu regular e rápido andamento e, sem prejuízo do direito de defesa, recusar o que for inútil ou dilatatório.

2 – Até ao despacho de acusação o processo é secreto.

Artigo 71.º

Termo da instrução

1 – Finda a instrução, o relator profere despacho de acusação ou emite parecer fundamentado em que conclua no sentido do arquivamento do processo.

2 – Não sendo proferido despacho de acusação, o relator apresenta o parecer na primeira reunião do conselho deontológico e fiscalizador, a fim de ser deliberado o arquivamento do processo ou determinado que este prossiga com a realização de diligências suplementares ou com o despacho de acusação, podendo neste último caso ser designado novo relator.

Artigo 72.º

Despacho de acusação

1 – O despacho de acusação deve indicar a identidade do arguido, os factos imputados e as circunstâncias em que foram praticados, as normas legais e regulamentares infringidas, a prova e o prazo para a apresentação de defesa.

2 – O arguido é notificado da acusação pessoalmente ou por carta registada com aviso de recepção, com a entrega da respectiva cópia.

Artigo 73.º

Defesa Execução das decisões

1 – O prazo para apresentação de defesa é de 20 dias.

2 – O arguido pode nomear para a sua defesa um representante especialmente mandatado para esse efeito.

3 – A defesa deve expor clara e concisamente os factos e as razões que a fundamentam.

4 – Com a defesa deve o arguido apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer as diligências necessárias para o apuramento dos factos relevantes.

5 – Não podem ser apresentadas mais de 5 testemunhas por cada facto, não podendo o total delas exceder 20.

Artigo 74.º

Alegações

Realizadas as diligências a que se refere o artigo anterior e outras que sejam determinadas pelo relator, o interessado e o arguido são notificados para alegarem por escrito no prazo de 20 dias.

Artigo 75.º

Julgamento

1 – Finda a instrução, o processo é presente ao conselho deontológico e fiscalizador para julgamento, sendo lavrado e assinado o respectivo acórdão.

2 – (Revogado.)

3 – (Revogado.)

Artigo 76.º

Notificação do acórdão

1 – Os acórdãos finais são imediatamente notificados ao arguido e aos interessados por carta registada com aviso de recepção, bem como à DGAIEC e às entidades que tenham participado a infracção.

2 – (Revogado.)

Artigo 77.º

Processo de inquérito

Pode ser ordenada a abertura de processo de inquérito sempre que não esteja concretizada a infracção ou não seja conhecido o seu autor, e quando seja necessário proceder a averiguações destinadas ao esclarecimento dos factos.

Artigo 78.º

Termo de instrução em processo de inquérito

1 – Finda a instrução, o relator emite um parecer fundamentado em que propõe o prosseguimento do processo como disciplinar ou o seu arquivamento, consoante considere existirem ou não indícios suficientes da prática de infracção disciplinar.

2 – O relator apresenta o seu parecer em reunião do conselho deontológico e fiscalizador, que delibera no sentido de o processo prosseguir como disciplinar, ser arquivado ou de serem realizadas diligências complementares.

3 – Caso o parecer não seja aprovado, pode ser designado novo relator de entre os membros do conselho que façam vencimento.

Artigo 79.º

Execução das decisões

1 – Compete ao conselho directivo executar as decisões disciplinares.

2 – O cumprimento da pena de suspensão tem início a partir do dia da respectiva notificação.

3 – Se à data do início da suspensão estiver suspensa ou cancelada a inscrição do arguido, o cumprimento da pena de suspensão tem início a partir do dia imediato àquele em que tiver lugar o levantamento da suspensão da inscrição, ou a reinscrição, ou a partir do termo da execução da data em que termina a execução da anterior pena de suspensão.

4 – Quando, na pendência de processo disciplinar ou de cumprimento de pena de suspensão, o despachante oficial pedir o cancelamento da cédula ou a suspensão da inscrição na CDO, só poderá exercer a actividade de representação perante a alfândega, sob qualquer forma, após a conclusão do processo ou o cumprimento da pena de suspensão aplicada.

Artigo 80.º

Revisão

1 – As decisões disciplinares definitivas podem ser revistas a pedido do interessado, com fundamento em novos factos ou novas provas, susceptíveis de alterar o sentido daquelas, ou quando outra decisão definitiva considerar falsos elementos de prova determinantes da decisão a rever.

2 – A concessão da revisão depende de deliberação pela maioria absoluta dos membros do conselho deontológico e fiscalizador.

Artigo 81.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver previsto no presente Estatuto aplica-se subsidiariamente o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.



VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

“ALFÂNDEGAS E SEGURANÇA – UM BINÓMIO PARA O SÉCULO XXI”

PONTA DELGADA, 2-NOV-2007

AGENDA DE TRABALHOS

09.45 – REGISTO DE PARTICIPANTES E ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO

10.00 – SESSÃO DE ABERTURA

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO C.DIRECTIVO

INTERVENÇÃO DOS CONVIDADOS

- Exm.º Sr. Eng.º José Medeiros -Vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada
- Exm.º Sr. Dr. Adalberto Silva -Membro do Conselho de Administração dos Portos de S. Miguel e St.ª Maria
- Exm.º Sr. Dr. Américo Filipe -Director da Alfandega de Ponta Delgada
- Exm.º Sr. Dr. Duarte Ponte -Secretário Regional de Economia

11.00 – COFFEE BREAK

11.30 – “ALGUNS ASPECTOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL NO MUNDO”

- Prof. Dr. Eduardo Raposo de Medeiros

12.30 – ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DA MANHÃ

13.00 – ALMOÇO

15.00 – “O OPERADOR ECONÓMICO AUTORIZADO” VISÃO E NOTAS SOBRE O MODELO

- Mário de Matos Oliveira – Conselho Directivo da CDO

15.45 – “O REPRESENTANTE ADUANEIRO” – DESENVOLVIMENTOS SOBRE O NOVO MODELO EUROPEU

- Luis da Veiga Pires – Conselho Directivo da CDO

16.30 – COFFEE BREAK

17.00 – “RECENTES DESENVOLVIMENTOS NO SECTOR ADUANEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL”

- Dr. Fernando Carmo – Presidente do Conselho Directivo da CDO

17.20 – DEBATE E QUESTÕES GERAIS

- CONCLUSÕES

18.00 – ENCERRAMENTO



ABERTURA DOS TRABALHOS

**Minhas Senhoras e meus Senhores,
Ilustres Convidados que me acompanham aqui na Mesa,
Caros Colegas,**

Vamos dar início aos trabalhos do VII Encontro Nacional de Despachantes Oficiais.

Mesmo correndo o risco de protocolarmente não ser o procedimento mais adequado, não resisto e penso que todos os colegas que aqui estão presentes me acompanharão, à tentação de fazer justiça a um primeiro acto que me parece importante e que justifica a nossa presença aqui, que é a extraordinária colaboração e o trabalho desenvolvido pelos nossos Colegas dos Açores que tomaram a seu ombro a organização deste evento, que tal alegria nos deu. O primeiro dia foi suficiente para que ficássemos todos deslumbrados com o que se passa aqui, com a vida nos Açores, com o ambiente e ainda por cima, ontem tivemos a extraordinária notícia de saber que os Açores tinham ficado classificados em 2º. Lugar a nível mundial como estância de turismo, sem ser turismo industrial como se costuma dizer e, portanto, neste sentido e para começar os trabalhos, fazendo um acto de justiça que me parece da maior relevância, pedia-lhes uma salva de palmas para os Colegas dos Açores que tanto nos ajudaram...

Depois gostaria de lhes apresentar as pessoas que connosco temos e que com muita honra nos dão neste início de trabalhos deste VII Encontro Nacional.

Começando pela minha direita, temos o Sr. Dr. Duarte Ponte, Secretário regional da Economia dos Açores, que com muito gosto e desde a primeira hora se prontificou a estar connosco e a dar-nos o prestígio e prestigiar esta iniciativa de trabalho nos Açores. Para o Sr. Dr. Um muito obrigado pela sua presença.

Temos também o Sr. Eng.º. José Medeiros, em representação da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que também não deixou de estar connosco neste primeiro dia de trabalhos deste Encontro.

Passando à minha esquerda, temos aqui o Sr. Dr. Américo Filipe, Director da Alfândega de Ponta Delgada, muito próximo de nós como é natural dada a afinidade da actividade e da profissão, e depois o Sr. Dr. Adalberto Silva que é membro do Conselho de Administração dos Portos do Porto de S. Miguel e também Presidente do Conselho de Administração dos Portos dos Açores, que nos vai dar uma panorâmica mais alargada do que é a vida e a importância dos portos dos Açores, neste arquipélago, não só em relação a Ponta Delgada, mas também em relação a tudo o resto.

Aos Srs. presentes convidados que nos deram o prazer de estar connosco, muito obrigado mais uma vez pela vossa presença.

Gostaria de, muito sucintamente, lhes dizer que a Câmara dos Despachantes Oficiais é uma instituição, de direito público, criada em 1945, nos termos e com a figuração mais ou menos que hoje está em vigor, representa os profissionais, portanto, todos os Despachantes Oficiais nacionais, como condição do exercício da sua profissão. Tem, portanto, responsabilidades de carácter técnico importante, tem o dever de ser um fiel na balança entre os interesses públicos e os interesses privados.

Estão inscritos na CDO, a nível nacional, cerca de 515 profissionais e portanto, desenvolvem uma actividade maioritária, representando cerca de 95% dos operadores económicos do país. Têm neste contexto um papel importante, no sentido da facilitação e da rapidez das operações, dada a crescente complexidade que, por força mesmo da nossa adesão à União Europeia acarreta, e que portanto, seria extremamente difícil, quer à Administração pública, por um lado, quer aos próprios operadores, por outro, terem a capacidade suficiente de uma forma célere procederem ao desalfandegamento das mercadorias.

Esta é uma apresentação muito sucinta, mas apenas para darmos uma imagem do que é que está em causa. Poderia dizer que, hoje, cerca de 250 empresas, porque os Despachantes Oficiais também trabalham em sociedades, criaram cerca de 4.000 postos de trabalho, mesmo depois de termos passado um momento difícil que foi a adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

Também de uma forma sucinta, gostava de introduzir o tema da nossa sessão de hoje, dizendo-lhes, como aliás consta dos documentos, que o tema é

“Alfândega e Segurança – Um Binómio para o século XXI”. E o que vamos discutir é uma realidade que passa exactamente pelo conhecimento que todos temos, do que se passou em 11 de Setembro e que modificou por completo tudo o que se passou no Mundo.

Significa, por isso, que após esse dramático momento, tornaram-se evidentes demasiadas vulnerabilidades em diversos e relevantes sectores da segurança dos povos, sendo certo que o terrorismo internacional era já uma realidade com a qual nos vamos habituando a viver.

Os Estados Unidos, vítimas directos do trágico atentado, de imediato reagiram percebendo que o comércio internacional, ou melhor dito, os movimentos de mercadorias entre os diversos continentes, poderiam ser o veículo para massificar atentados, promoveram iniciativas tendentes a minimizar tal possibilidade.

Para a ribalta saltou a Instituição Aduaneira Americana, que passou a depender directamente do Presidente dos Estados Unidos. Logo foram lançadas diversas iniciativas e parcerias, entre as quais o CSI (Container Security Initiative) e o C-TPAT (Customers and Trade Partnership Against Terrorism).

A primeira teve em vista afastar a fronteira americana para o país de origem das mercadorias, as quais, face a prévio acordo, eram verificadas por funcionários aduaneiros americanos, deslocados especialmente para o efeito e com auxílio de scanners.

À iniciativa CSI aderiram rapidamente os maiores portos do mundo numa demonstração de solidariedade e eficácia no combate ao terrorismo.

À parceria C-TPAT aderiram milhares de empresas o que permitiu que seguramente fossem evitados outros atentados. Teve esta parceria por objecto criar uma aliança entre as alfândegas americanas e os operadores económicos, permitindo um contrato mais apertado sobre os movimentos comerciais, sem que isso afectasse a rapidez das transacções ou criasse custos extra.

Abordada desta forma superficialmente a reacção americana, que na realidade impôs ao mundo a assumpção de uma posição que doutro modo tardaria a ser adoptada universalmente, passemos ao nosso mundo: a Europa.

Estamos agora no limiar de 2008 e finalmente desenham-se algumas medidas capazes de assegurar um futuro mais seguro e simultaneamente mais moderno e eficiente.

Também na União Europeia se compreendeu o importante papel que desempenha a alfândega, neste mundo global, quer se fale de segurança, de combate ao tráfico de droga ou armas, de protecção dos direitos de propriedade intelectual, da defesa do ambiente ou mais tradicionalmente, da regulação das relações comerciais internacionais, defendendo e promovendo economias e mercados.

Responde agora a União Europeia com a figura do Operador Económico Autorizado, com o Representante Aduaneiro e com novos conceitos de desembaraço aduaneiro, como o “Centralized Clearance”, a “Local Clearance”, o “Single Window”, a “Single European Authorization”, and so on.

A entrada em vigor do Novo Código Aduaneiro Modernizado promoverá indubitavelmente uma vertente electrónica relevante que afectará positivamente a segurança, a eficiência e rapidez dos movimentos das mercadorias e dos restantes transportes.

“Alfândega e Segurança – Um Binómio para o Século XXI” é o tema deste nosso VII Encontro Nacional e será inevitavelmente o alvo da nossa atenção e discussão.

A este interessantíssimo tema acresce a relevância de o podermos debater nesta lindíssima cidade de Ponta Delgada, da região autónoma dos Açores, o que acontece graças à disponibilidade demonstrada pelos nossos caros Colegas aqui residentes.

Ponta Delgada é o lugar certo para com distanciamento e afastados dos problemas profissionais do quotidiano, nos dediquemos em exclusivo ao debate dos problemas que de uma forma ou doutra afectarão o exercício da nossa profissão.

Muito obrigada pela vossa atenção.

Fernando Carmo

Presidente do Conselho Directivo

PORTOS

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

HOTEL ROYAL GARDEN

PONTA DELGADA

Portos da Região Autónoma dos Açores

2 de Novembro de 2007

ADMINISTRAÇÕES PORTUÁRIAS

Em 2003 as ex-Juntas Autônomas deram lugar à criação de três Administrações Portuárias (A.P.) encabeçadas pela holding Portos dos Açores, SGPS, S.A.

O actual modelo pretende:

- Melhor articulação com a actividade económica regional;
- Facilitar a articulação com a comunidade portuária;
- Harmonizar procedimentos;
- Prestar serviços numa óptica mais comercial;
- Reordenar e aproveitar as infra-estruturas portuárias, na procura de gerir de forma produtiva.



Modelo dos Portos

1. "Total Port"

- Instalações Portuárias pertencem ao Domínio Público Regional
- Actividades Portuárias exploradas, desenvolvidas e mantidas sob a forma de empresas públicas
- Prestação de serviços ao nível nacional, internacional e europeu
- Movimentação de mercadorias e passageiros
- Navegação de linha regular (Porto Continental) - cada serviço
- Operador Portuário - Terminal Portuário

Recursos Humanos

NÚMERO DE ACTIVOS

2006

PA

APSM

APTC

APTO

ATLANTICOLINE

TOTAL

Nível Médio - entre os 35 e os 54 anos - 70 %

Analfabetos - 10 % ou mais acima - 75 %

Nível de qual. Superior - inferior ao 1º ciclo básico 70 a 80 %

Afiliados - 75 %

"Operadores Portuários"

Principais Portos:

- "Operador Portuário"
- Equipamentos alugados à Administração Portuária
- Mão-de-obra portuária
- Alugueiros de uma concessionária

Portos mais pequenos:

- Serviço de serviço partilhado entre as A.P. e os armadores

Tarifas aprovadas pela Tutela

Sistema Tarifário

- Seleção na opção das tarifas - sobre custos do serviço directo e gerar receitas adicionais para manutenção de equipamentos e instalações.

- Investimento Portuário Regional depende do financiamento público (Fundos Comunitários e Governo Regional).

- Tarifas das A.P. elaboradas com base no Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos da Região Autónoma dos Açores, aludido à realidade socio-económica da Região, numa óptica de transparência e considerando que o regular abastecimento das diferentes frotas é uma obrigação de serviço público.

Sistema Tarifário (Cont.)

As condições ulteriores e insulares dos Açores obrigam a um enfoque de investimento em infra-estruturas portuárias desproporcionais para a economia regional, em termos relativos, com os investimentos que são necessários realizar para o mesmo Estado-Membro da U.E. no âmbito das suas políticas de transporte.

Transporte de Passageiros - o Sítio sazonal nos portos da Região é de cerca de 440.000 passageiros, pelo que é necessário recorrer ao fortalecimento do serviço público de transporte marítimo.



Movimento por Tipo de Navios



MÓVIMENTO DE MERCADORIAS



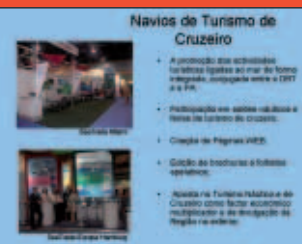
Transporte Marítimo de Passageiros Inter-ilhas



Navios de Turismo de Cruzeiro



Empreendimento "PORTAS DO MAR"



Marinas e Núcleos de Recreio Náutico



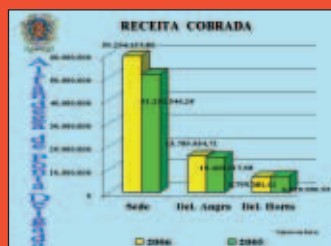
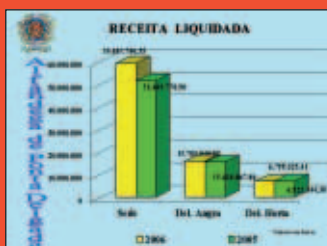
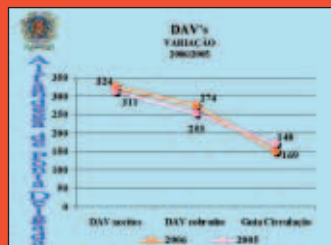
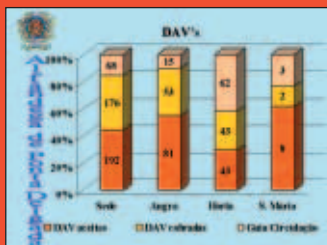
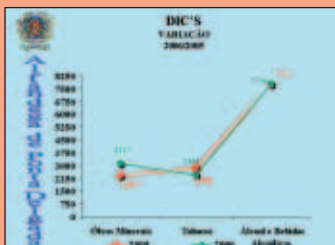
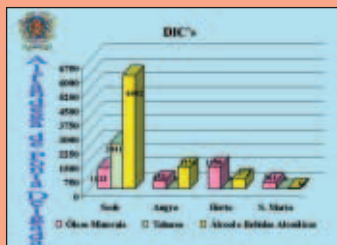
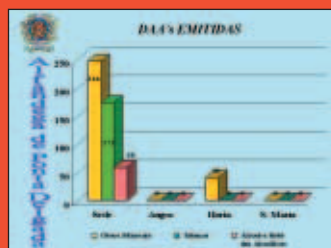
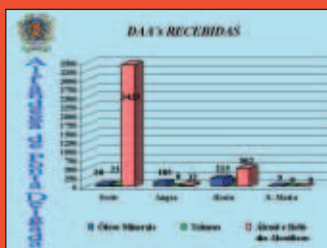
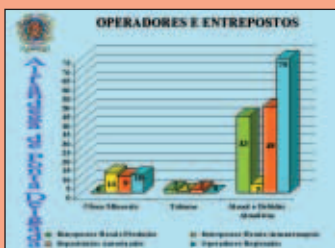
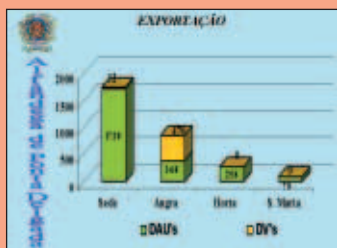
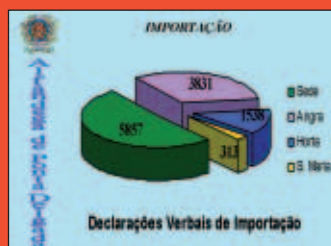
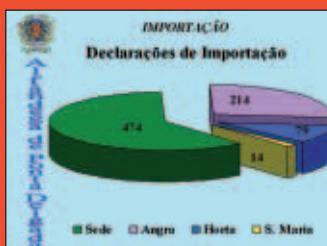
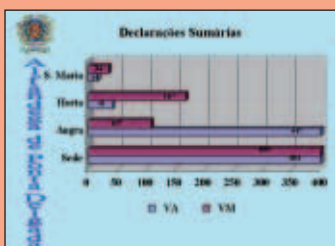
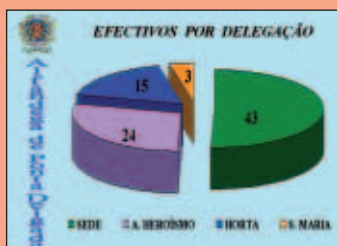
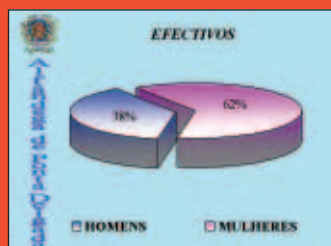
Segurança Marítima - Projecto MACAIS



Segurança Marítima - Projecto REDAIS



DR. ADALBERTO SILVA
(Membro do Conselho de Administração dos Portos de S. Miguel e Sta. Maria)

[illegible]

DR. AMÉRICO FILIPE
Director da Alfândega de Ponta Delgada

PONTA DELGADA



Exm.º Sr. Dr. Duarte Ponte, Secretário Regional da Economia,

Exm.º Sr. Dr. Fernando Carmo, Presidente do Conselho Directivo da Câmara dos Despachantes Oficiais,

Exm.º Sr. Dr. Américo Filipe, Director da Alfândega de Ponta Delgada,

Exm.º Sr. Dr. Adalberto Silva, do Conselho de Administração dos Portos,

Exm.º Sr. José Manuel Peixoto Pais, Presidente do Conselho Deontológico e Fiscalizador Nacional,

Meus Senhores,

Na abertura do VII Encontro Nacional de Despachantes Oficiais, devo, em primeiro lugar uma palavra de agradecimento a todos quanto deram o seu contributo e aos que trabalharam para a realização deste encontro em Ponta Delgada.

Mais do que a abrangência social legal económica da actividade, que não me atrevo a desenvolver perante tão ilustre auditório de técnicos altamente qualificados e gente tão experimentada, gostaria de sublinhar aqui a especial vocação de Ponta Delgada para acolher a realização de encontros como este, de dimensão nacional e internacional. A nossa cidade está cada vez melhor preparada para ser o palco privilegiado do turismo de congressos que interessa de sobremaneira à região autónoma dos Açores, até como complemento à época baixa que por tradição é uma altura com menos procura. A oferta turística que tem vindo a crescer quantitativa e qualitativamente, na hotelaria, na restauração, nos serviços e mesmo na animação, mercê de incentivos públicos e investimentos privados, que tornam Ponta Delgada uma opção tão atraente, já dotada de todas as condições logísticas indispensáveis para organização de grandes fóruns de reflexão e debate.

Estrategicamente posicionada entre o velho e o novo continente, a mais representativa cidade do extremo ocidental da Europa, acolhe de braços abertos todos quantos quiseram descobrir em pleno Atlântico, o patri-

mónio cultural e uma riqueza ambiental de características únicas.

Para quem nos visita pela primeira vez, destaco aqui alguns aspectos importantes, sem querer fazer desta intervenção uma espécie de roteiro turístico de Ponta Delgada.

O seu território municipal de 232 Km², equivalente a 31% de S. Miguel, a maior ilha açoriana, congrega 24 freguesias, 40% das autarquias micaelenses, incluindo a mais populosa, S. Pedro, e a mais extensa, Arrifes, ao arquipélago.

A sua actual população ascende a cerca de 70000 habitantes, 22000 nas 4 freguesias da cidade, correspondendo a mais de metade de S. Miguel e a quase um terço de todas as nove ilhas açorianas. Ocupa a trigésima posição na dimensão populacional entre as 3 centenas de municípios portugueses com 20000 agregados familiares, cerca de 28% das famílias açorianas, e resiste uma densidade de 282 habitantes por Km², quando a média regional é de 104 e a nacional de 112. Acresce ainda diariamente uma população flutuante de largos milhares de pessoas oriundas dos 5 restantes municípios micaelenses em virtude da concentração de serviços, que assegura também.

No plano económico, o concelho registava há dois anos, cerca de 1650 empresas, mais de 30% do sector empresarial dos Açores, com quase 2300 estabelecimentos e um número superior a 18000 trabalhadores, maioritariamente associados ao comércio, agricultura, alojamento e restauração, actividades imobiliárias e indústrias transformadoras.

Ponta Delgada já concentra 60% das 100 maiores empresas dos Açores e consolida ainda mais a sua posição grande em áreas como a hotelaria e imobiliária, num esforço global de iniciativa privada, que ronda actualmente os 50 milhões de euros.

A sua especial vocação para o turismo, em pleno Atlântico, entre a Europa e a América, concilia com a beleza natural e a riqueza cultural, a maior oferta regional de infra-estruturas e serviços e alojamento, ocupação e animação. As praias de S. Roque, Livramento e Mosteiros, a Marina e o Complexo de Piscinas, as zonas balneares naturais, as Lagoas das sete Cidades, os miradores e os percursos pedestres, o campo de golfe da Batalha, o campo de ténis de Fajã de Cima, os desportos náuticos do Clube Naval de Ponta Delgada, a pesca desportiva e o "whale watching", os bares, esplanadas, discotecas e restaurantes e o próprio património edificado, são cerca de 67% dos edifícios classificados da ilha de S. Miguel, sobretudo



no centro histórico, traduzindo cinco séculos de vivência comunitária em imóveis de prestígio, nomeadamente os solares e os símbolos religiosos das nossas Igrejas.

Sede do Governo regional e da Universidade dos Açores, a capital social e económica das ilhas açorianas, é hoje um convite irrecusável para o turista que procura ao mesmo tempo a natureza, a cultura, a modernidade, em qualquer época do ano.

Feita esta apresentação sumária, resta-me uma palavra a todos os participantes neste VII Encontro anual de Despachantes Oficiais. O que vos trás cá é de facto um dos assuntos importantes e que tocam em especial os Açores, dado o volume, sobretudo das importações que fazemos. As mais recentes evoluções da actividade de representação aduaneira, quer no contexto nacional, quer no contexto comunitário, exige um esforço de debate e aprofundamento dos novos desafios que se colocam a todos os profissionais. A informatização da exportação e importação, no âmbito do novo ambiente informático da União Europeia, as novas regras legais de regulação da actividade e a excelência dos profissionais nesta área económica, constituem importantes temas de reflexão, que devem ser encarados como desafios permanentes.

Sabemos que por regra as mudanças geram alguma intranquilidade, mas também sabemos que em regra, as mudanças constituem momentos e oportunidades para se avançar rumo ao desenvolvimento.

Não tenho dúvidas que as conclusões a que irão chegar, serão já um contributo para este debate e aprofundamento da vossa actividade.

Sejam bem vindos e que Ponta Delgada vos inspire para um trabalho profícuo.

Muito Obrigado.

Eng.º José Medeiros

Vereador em representação da Câmara Municipal de Ponta Delgada

ECONOMIA



Sr. Presidente da Câmara dos Despachantes Oficiais,
Sr. Presidente dos Portos dos Açores,
Sr. Vereador da Câmara Municipal de Ponta Delgada,
Sr. Director da Alfândega de Ponta Delgada,
Sr. Presidente do Conselho Deontológico e Fiscalizador Nacional,
Caros Empresários,
Caros Despachantes
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É com muito gosto que em nome do Presidente dos Açores vos dou as boas vindas e vos desejo um excelente Encontro, espero que os vossos trabalhos sejam produtivos.

Para os que vieram do exterior, estimo que estes dias passados na ilha de S. Miguel sejam agradáveis.

Como é do vosso conhecimento, aqui foi dito, os Açores foram classificados como sendo as segundas melhores ilhas para se visitar pela National Geographic Travels Magazine em 111 destinos turísticos por um painel de 510 especialistas nesta área e é uma honra ter esse galardão de sermos as segundas melhores ilhas, só ultrapassadas pelas ilhas dinamarquesas. Aqui o tempo é melhor, acreditem que passam bem os dias. Sejam pois, bem vindos às nossas ilhas bonitas para visitar.



Como é do vosso conhecimento, dada a nossa pequena dimensão, as principais trocas comerciais que temos são com o continente português. Como somos ilhas, tudo o que nos chega vem por barco

ou de avião. É evidente que algumas importações e exportações se fazem directamente com o exterior, mas são os portos de Lisboa e de Leixões os principais pontos de entrada das nossas mercadorias e portos de saída das nossas mercadorias. Nós exportamos para o continente, por vezes algumas dessas exportações vão para o exterior. Nós importamos do continente mercadorias que vêm por vezes do exterior.

Também se passa o mesmo ao nível dos aeroportos. O aeroporto de Lisboa é a nossa porta de entrada e de saída da maior parte das nossas mercadorias. Temos 5 gateways mas apenas 3 recebem aviões do estrangeiro.

No que diz respeito aos portos, para além dos navios de cereais por vezes, como de facto nós somos uma região agropecuária, nós temos mais vacas que pessoas, somos uma região verde, onde o nosso gado pasta durante todo o ano e produz leite. Somos muito competitivos nesta área, mas também por isso, precisamos de importar cereais e isso é a nossa importação de grande quantidade e por isso há outros portos para além de Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta, que recebem vários graneleiros de cereais.

Com a implementação da janela única, nos portos, julgo que o tempo de demora e despacho será progressivamente menor. As administrações portuárias estão disponíveis a trabalhar convosco no sentido de facilitar as vossas funções e de vos ligar em rede aos outros portos do país.

Os avanços nas áreas da informação e comunicação devem ser os vossos principais aliados neste processo de desburocratização. Os Açores de facto como são a zona mais ocidental da Europa, podem ser o porto de entrada e porto de saída para a própria Europa.

Temos neste momento também cerca de 1000 lugares de amarração espalhados por S. Miguel, Terceira e Faial, pelo que o número de iates que nos chegam vai aumentando todos os anos. É evidente que esta actividade que pretendemos incrementar pode ser objecto de alguma atenção em termos alfandegários que urge acautelar.

Por outro lado, com o incremento dos navios de cruzeiros, também aí pode haver problemas específicos que é preciso ponderar.

A Alfândega e a segurança é pois um tema actual. Presente e com muitas implicações nas acessibilidades.

O Governo dos Açores ficará atento às vossas conclusões e tudo fará para que no que depender da Administração Regional, continuar a propiciar a todos vós as melhores condições de trabalho.

Agradeço o convite para estar presente neste encontro. Voltem sempre e sejam bem vindos.

Muito obrigado.

Dr. Duarte Ponte
Secretário Regional de Economia



A UNIÃO EUROPEIA

O SEU COMÉRCIO INTERNACIONAL

PALESTRA NO VII ENCONTRO ANUAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PONTA DELGADA, 2 DE NOVEMBRO DE 2007

(PROF. DOUTOR EDUARDO RAPOSO DE MEDEIROS)

A UNIÃO EUROPEIA

1. Considerações de Enquadramento

O Tratado de Roma, assinado em 25 de Março de 1957, repousou sob duas ideias essenciais:

- A vontade política de construção de um mercado comum, como forma de integração económica;
- A conotação liberal à volta do mercado, com a consagração das liberdades de circulação de mercadorias, capitais, pessoas e direito de estabelecimento.

O andamento do processo de integração foi sempre não linear, com recuos e avanços, mas contributivo para a paz no mundo nos últimos sessenta anos. Ao longo desse período, houve uma multiplicação de políticas comuns e sucessivos alargamentos. O próprio avanço das liberdades foram desniveladas desde o princípio. O acento tónico da liberdade de circulação de mercadorias foi uma constante desde o início, com a implementação da União Europeia, envolvendo a política comercial comum, mas a liberdade de circulação de pessoas sofreu atrasos consideráveis e a liberdade de circulação de capitais atingiu a sua verdadeira fluidez somente a partir de 1990. Quanto aos sucessivos alargamentos, têm vindo a contribuir para a modificação da natureza da Europa. O Acto Único Europeu de 1985-86 procurou colmatar fragilidades do mercado comum e do seu aparelho produtivo, com nítidos objectivos de ganhar economias de escala e crescer a concorrência, numa visão espacial unificada, para fazer face aos outros dois parceiros internacionais da Triade. Das medidas então inventariadas, desembocou-se no Mercado Interno de 1993, altura em que foram suprimidas as fronteiras físicas, as fronteiras técnicas e as fronteiras fiscais. Só naquele ano se pôde dizer que o mercado comum começou a funcionar em pleno, acentuando-se a integração europeia do lado da oferta.

O Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1 de Novembro de 1991, representou a etapa que tinha por objectivo a constituição de uma União Económica e Monetária (UEM), comportando a prazo uma moeda única. Para além disso, e redefinindo as Comunidades Europeias como União Europeia, o Tratado apontou três pilares essenciais:

- O reconhecimento da plataforma do mercado único e das políticas comuns;
- A consciencialização para a execução de acções comuns em matéria de política estrangeira e de segurança comum;
- A implementação da segurança interna, através da cooperação dos serviços de justiça e de forças de segurança.

Quanto à livre circulação de capitais pode dizer-se que apresentou uma evolução até à fase actual da Europa Financeira. Através do Tratado de Roma, os movimentos de capitais entrosaram-se nas outras liberdades fundamentais, estatuidando-se que qualquer entrave aos pagamentos não podiam impedir a criação de um mercado comum. No fundo preconizara-se uma liberdade de circulação de capitais adentro das diversas operações constitutivas da balança corrente dos Estados membros, salvaguardando-se o equilíbrio da balança de pagamentos. Este entendimento é ampliado no Tratado de Maastricht, ao estabelecer a ligação da liberdade de circulação de capitais e a convergência da política macroeconómica.

Mercê da influência da globalização do sistema financeiro, com a desregulamentação e desintermediação, a Europa financeira reforça a livre circulação de capitais com o princípio da livre prestação de serviços financeiros, que se operou a partir de 1 de Janeiro de 1993, e que representou um salto qualitativo na integração financeira.

O Tratado de Amesterdão, que alterou o Tratado da União, os Tratados que instituíram as Comunidades Europeias, foi assinado na cidade holandesa em 2 de Outubro de 1997. Foram quatro, os seus grandes objectivos, a saber:

- Eleger o emprego e os direitos do cidadão, a área fulcral da União: o tratado reconheceu que a responsabilidade primeira no domínio do emprego cabe aos Estados membros, havendo, no entanto, a necessidade de uma acção conjunta, a fim de preservar o nível de vida dos cidadãos europeus;
- Suprimir os últimos entraves à livre circulação e reforçar a segurança: teve-se em mente ultrapassar a liberdade de circulação dos trabalhadores, aliás generalizada a partir do Mercado Interno, para passar à circulação da Europa dos cidadãos, acautelando os meios de segurança a fim de não abrir portas aos criminosos e às organizações de tráfico de droga;
- Adopção de uma política externa e de segurança;
- Uma nova arquitectura institucional, por forma a modernizar as regras de funcionamento concebidas há 40 anos para a Europa dos Seis.

Decorrente do Conselho de Amesterdão, surge a Resolução do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Esta decisão foi consequência do projecto da criação da moeda única europeia e está na linha directa do Tratado da União Europeia de Maastricht de 1991. O Pacto entretanto foi revisto.

Com o novo Tratado de Lisboa (13 de Dezembro de 2007) procura-se completar a reforma das instituições comunitárias, não conseguida em Amesterdão, com vista a encontrar um novo equilíbrio (face aos alargamentos) entre os princípios da igualdade entre os Estados e a representação democrática.

2. O posicionamento da UE no Comércio Mundial

À escala planetária, a União Europeia representa a integração regional mais antiga e poderosa, detendo 40% das exportações mundiais e 39% das importações. De entre os primeiros dez exportadores mundiais, a UE detém 6 lugares, fenómeno significativo na estruturação das trocas comerciais.

Ao nível dos principais acordos de integração regional, pode apresentar-se a seguinte ordem hierárquica (em % das exportações mundiais):

UE (25)	40%
NAFTA	14,6%
ASEAN	6,5%
MERCOSUL	1,6%
ANZCERTA	1,3%
Comunidade Andina	0,5%

Na configuração comercial da UE (25), as trocas intra-comunitárias atingem 67% do espaço económico, representando um quarto do comércio mundial de mercadorias.

A seguir apresentam-se uma série de quadros estatísticos, que têm por objectivo a análise do comércio de mercadorias.

Quadro I – Exportações de mercadorias da UE por destinos (Exportações Totais)

(Percentagem)													
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total													
(Bilhões USD)	1443,3	1649,1	2058,3	2152,5	2139,1	2233,6	2235,9	2344,3	2318,8	2466,3	2900,7	3728,7	4001,7
América do Norte	8	8,3	7,1	7,2	8,1	18,7	9,4	10,0	9,4	10,1	9,4	8,4	8,9
EUA	7,3	7,3	6,4	6,5	7,3	8,0	8,6	9,1	9,1	9,1	8,5	7,7	7,7
América Latina	2,5	2,5	2,2	2,2	2,5	2,6	2,3	2,3	2,3	2,0	1,8	1,2	1,4
México	0,5	0,5	0,3	0,3	0,3	0,4	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5		
Europa Ocidental	68,6	68,5	69,7	69,3	68,0	69,4	69,8	68,5	67,6	67,0	67,8	74,0	73,3
UE (15) ⁽¹⁾	62,0	62,3	63,5	63,0	61,7	63,2	63,7	62,4	61,9	61,7	61,8	67,6	66,8

continua

continuação

	(Porcentagem)												
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Europa c/ Est. Bálticos, CEI	3,9	4,1	4,3	4,8	5,5	5,6	5,0	5,3	5,9	6,3	6,9	2,1 ⁽²⁾	- ⁽²⁾
Europa C. e Oriental	2,5	2,6	2,8	3,1	3,4	3,8	3,8	1,4	1,7	1,9	2,1	- ⁽²⁾	- ⁽²⁾
Rússia	1,0	1,0	1,0	1,1	1,3	1,0	0,6	0,7	1,0	1,1	1,2	1,5	1,7
África	3,3	2,9	2,8	2,7	2,7	2,8	2,6	2,5	2,5	2,5	2,6	2,5	2,6
Médio Oriente	3,1	2,7	2,4	2,3	2,6	2,4	2,3	2,2	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6
Ásia	8,9	9,3	9,3	9,2	9,1	7,2	7,2	7,8	7,8	7,7	7,8	7,6	7,6
China	1,0	1,0	0,9	0,8	0,8	0,8	0,9	1,0	1,1	1,3	1,5	1,5	1,6
Japão	1,9	2,0	2,0	2,0	1,8	1,5	1,6	1,7	1,7	1,6	1,5	1,4	1,3
Outros Países da Ásia	6,0	6,3	6,3	6,3	6,4	4,8	4,7	5,0	4,9	4,8	4,7	4,6	4,6

Fonte: Cálculo do Autor, a partir dos dados da OMC

(1) A partir de 2004 passa para UE (25)

(2) Somente CEI

(3) Incluído no alargamento

Obs:

1. As exportações da UE para os EUA mantiveram-se ao longo do tempo ascendentes. Em valor absoluto passou e 105 bilhões de dólares em 1993, para 308 bilhões em 2005;
2. O comércio intra-UE manteve-se estável, com uma subida a partir de 2004 devido ao alargamento da União;
3. O comércio de exportação para o Continente Asiático assume uma enorme importância.

Quadro II – Importações de mercadorias da UE, por Principais Regiões Fornecedoras

	(Porcentagem)												
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total (Bilhões USD)	1402,1	1591,2	1961,8	2035,0	2021,9	2149,9	2185,6	2409,9	2361,1	2463,1	2919,6	3807,0	4135,4
América do Norte	8,5	8,4		7,5	8,3	8,7	8,4	8,2	8,0	7,3	6,4	5,9	5,7
EUA	7,8	7,7	6,7	6,8	7,6	8,0	7,7	7,5	7,3	6,6	5,8	5,7	4,8
América Latina	2,2	2,3	2,1	2,0	2,1	2,6	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0	1,7	1,8
México	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2		
Europa Ocidental	65,8	66,9	69,3	69,3	67,8	68,2	67,2	65,5	66,2	67,3	67,0	71,8	70,4
UE (15) ⁽¹⁾	60,3	60,9	63,6	63,7	62,2	62,9	61,9	60,3	60,9	62,0	61,6	66,2 ⁽¹⁾	64, 6 ⁽¹⁾
Europa c/Est. Bálticos, CEI	3,7	4,2	4,1	4,1	4,4	4,5	4,8	5,3	5,8	6,2	6,8	2,9 ⁽²⁾	3,6 ⁽²⁾
Europa C. e Oriental	1,9	2,2	2,4	2,4	2,7	3,8	3,2	2,0	2,1	2,2	2,4		
Rússia	1,5	1,5	1,2	1,2	1,2	1,0	1,0	1,4	1,4	1,5	1,6	2,3	2,9
África	3,4	3,3	3,0	3,1	3,0	2,8	2,6	3,0	3,0	2,8	2,9	2,7	3,1
Médio Oriente	2,0	1,6	1,5	1,6	1,6	1,2	1,5	1,9	1,6	1,5	1,5	1,5	1,9
Ásia	12,7	12,2	10,9	10,8	11,4	11,9	12,1	12,1	11,4	11,4	11,9	12,1	12,3
China	1,6	1,7	1,7	1,8	2,0	2,1	2,4	2,6	2,8	3,1	3,7	4,1	4,7
Japão	4,7	4,3	3,6	3,3	3,3	3,4	3,5	3,3	2,8	2,6	2,5	2,4	2,2
Outros Países da Ásia	6,3	6,2	5,5	5,6	5,9	6,2	6,2	6,1	5,7	5,7	5,7	6,2	4,9

Fonte: Cálculo do Autor, a partir dos dados da OMC

(1) A partir de 2004, UE (25)

(2) Somente CEI

Obs:

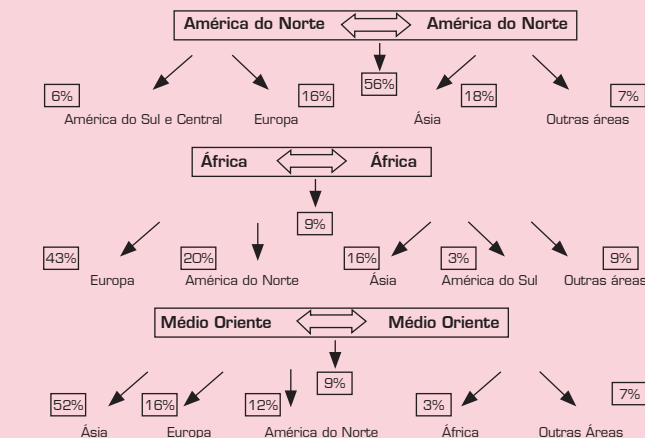
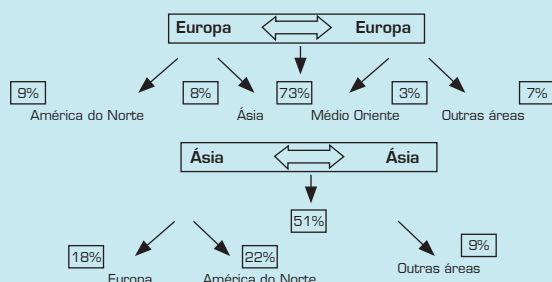
1. Em 13 anos, o valor das importações quase que triplicou;
2. O comércio importador intra-bloco manteve-se estável, subindo em 2004 com o alargamento;
3. A partir de 2002, as importações da China excederam as do Japão, situando-se em 2005 próximas dos 200 bilhões de dólares, que é mais do dobro do que as importações oriundas do Japão.

Quadro III – Comparação do Comércio Intra-Blocos de Integração Económica (Valor e em % do total de cada Bloco – 2005)

	(Bilhões USD e %)									
	UE (25)		NAFTA		ASEAN		MERCOSUL		C. ANDINA	
Fluxos	% de Valor	% de Comércio Intra	% de Valor	% de Comércio Intra	% de Valor	% de Comércio Intra	% de Valor	% de Comércio Intra	% de Valor	% de Comércio Intra
Exportações Intra-Bloco	2673	66,8	824	55,7	162	24,8	21	12,8	4	7,8

Fonte: OMC, 2006

Quadro IV – Fluxos de exportação de mercadorias da Europa e outras regiões do Mundo (em % do total exportado de cada região)



A análise dos quadros anteriores, relativos à distribuição dos fluxos de exportação e dos fluxos de importações por regiões fornecedoras, levam a concluir o seguinte:

- 1.º Está-se em presença de um bloco de integração que ocupa a primeira posição no comércio mundial⁽¹⁾;
- 2.º O comércio intra-bloco, com uma taxa superior a 65% do total, representa êxito da integração comercial. Comparativamente com os outros blocos de integração ocupa a posição cimeira⁽²⁾;
- 3.º Em termos extra-bloco, as parcerias comerciais têm a sequência seguinte:

Clientes da UE		Fornecedores da UE	
(Valores em bilhões USD – 2005)			
a) EUA	309	a) EUA	202
b) Suíça	103	b) China	196
c) Rússia	70	c) Rússia	120
d) China	64	d) Japão	91
e) Japão	54	e) Noruega	84
f) Turquia	52	f) Suíça	84
g) Noruega	42	g) Turquia	42
h) E. Árabes Unidos	38	h) Coreia	41
i) Canadá	30	i) Taiwan	30
j) Índia	26	j) Brasil	29

- 4.º A penetração geográfica das exportações da UE, nas várias áreas do mundo, é menos intensa do que em relação aos EUA, com excepção do comércio com África (o dobro da dos EUA) e a CEI. Nas outras regiões do mundo os EUA têm a seguinte quota (em relação às exportações totais do país): Ásia – 18,3% (a UE tem 7,6%); América do Sul – 6% (a UE tem 1,5%).

Quadro V – Rácios das Exportações e Importações de Bens em Relação ao PIB

Fluxos	1960	1993	2002	2004
Fluxos Intra-UE				
Exportações = Importações	6	13,5	20,7	19,7
Fluxos Extra-UE				
Exportações	8,7	8,5	10,9	9,4
Importações	9,9	9,5	10,8	2,2

Da análise do presente quadro sobressai:

- As trocas intra-UE intensificaram-se de uma maneira notável, tendo como ponto de referência o Tratado de Roma;
- A existência de um rácio das exportações extra-UE a subir até 2002, o que significou alguns ganhos de quotas de mercado, para depois baixar, facto que revela perda de competitividade;
- O rácio das importações extra-UE no ano de 2004 revela o marasmo da procura de bens comunitários, acumulada e distorcida pelos 10 países do alargamento.

Quadro VI – Rácios da Abertura das Economias – UE (25) – Referente a 2005 (em %)

Países	Exportações (X) PIB	Importações (M) PIB	X+M PIB
Alemanha	34,3	27,4	61,7
Bélgica	92,8	88,5	181,3
França	22,1	23,9	46,0

continua

(1) De entre os dez primeiros exportadores mundiais, estão incluídos seis países membros.

(2) Os produtos manufacturados representam 81% do total das exportações comunitárias.

continuação

(Porcentagem)												
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Itália				21,3				22,0				43,3
Holanda				67,7				60,4				128,1
Luxemburgo				56,0				66,1				122,1
Reino Unido				17,5				23,3				40,8
Dinamarca				34,1				30,5				64,6
Irlanda				59,0				36,5				95,5
Grécia				8,0				25,6				33,6
Espanha				17,5				26,0				43,5
Portugal				22,5				36,1				58,6
Áustria				41,2				41,9				83,1
Suécia				36,5				31,2				67,7
Finlândia				35,3				32,0				67,3
Chipre				9,3				39,3				48,6
Eslovénia				56,3				60,6				116,9
Eslováquia				67,2				42,3				109,5
Estónia				66,3				86,2				152,5
Hungria				60,3				64,0				124,3
Letónia				36,4				62,1				98,5
Lituânia				51,3				66,9				118,2
Malta				41,8				65,4				107,2
Polónia				36,0				40,7				76,7
República Checa				70,4				69,0				139,4

Obs: Os Países estão por ordem dos sucessivos alargamentos

Fonte: Cálculos do Autor; a partir de dados globais do FMI e PNUD

À volta dos cálculos de abertura das economias europeias é necessário fazer-se algumas considerações:

- 1.º A abertura da UE apresenta um rácio de 89%, como média. Os países da UE apresentam um nível de abertura extremamente elevado, explicável pelo comércio intra-sectorial, com fortes procuras cruzadas dentro do espaço económico. A parte das trocas intra-comunitárias foi sucessivamente crescendo desde 1958, partindo de 35% até ao nível dos 65% (praticamente o rácio duplicou). Daqui resulta a tendência para baixar o rácio das exportações e das importações em relação a países terceiros, ou seja, o resto do mundo;
- 2.º O rácio das exportações relativamente ao PIB mostra o direccionamento do aparelho produtivo de cada país para a conquista de mercados externos. O quadro acima construído evidencia a variabilidade os rácios, muito diferentes de país para país. O rácio médio da UE é de 2%, sobrevalorizado graças ao comércio intra-bloco. Em contraponto os rácios dos EUA e do Japão apresentam um nível de 7,4% e 12,6%, respectivamente;
- 3.º O rácio das importações relativamente ao PIB evidencia a facilidade dos mercados nacionais receberem mercadorias estrangeiras.

É de notar que os 10 países do último alargamento possuíam à partida altos coeficientes de importação, demonstrando ausência de barreiras ao comércio. O rácio médio da UE é de 45%. Os rácios dos EUA e do Japão situam-se em 14,4% e 10,9%, respectivamente.

Quadro VII – Comércio Internacional de produtos Agrícolas Referente a 2005 – Principais Economias

A análise do quadro relativo ao comércio de produtos agrícolas exige os seguintes comentários:

- 1.º O comércio de produtos agrícolas inclui produtos alimentares e matérias primas agrícolas, representando mais de 8% das transacções internacionais de mercadorias;
- 2.º A UE (25) apresenta um movimento comercial de produtos agrícolas que se situa na primeira posição a nível mundial. Todavia na análise efectuada só foram consideradas as exportações e as importações extra-comunitárias, expurgando assim a preferência comunitária adveniente da política agrícola comum (PAC)⁽³⁾;
- 3.º As estatísticas comerciais de produtos agrícolas dão a conhecer as principais economias que sobressaem na agricultura mundial, mostrando os exportadores e os importadores líquidos.

Principais Economias	Exportações		Importações		Saldo da Balança Agrícola (Bilhões USD)
	Valor	% das Exportações do País	Valor	% das importações do País	
Arábia Saudita	-	-	9	15,3	- 9
Argentina	19	47,9	1,2	4,3	17,8
Austrália	21	20,0	6,5	5,5	14,5
Canadá	41	11,5	21	6,8	20,0

continua

(3) A especialização agro-alimentar, no comércio intra-bloco, pode ver-se através do rácio Exportação de Produtos Alimentares Intra x 100. Exportações Totais de Mercadorias % do total de cada País)

continuação

Principais Economias	Exportações		Importações		Saldo da Balança Agrícola (Bilhões USD)
	Valor	% das Exportações do País	Valor	% das importações do País	
Coreia do Sul	5	1,9	17	6,4	- 12,0
EUA	83	9,1	95	5,5	-12,0
Emiratos Árabes	-	-	7	9,0	-7
Índia	10	10,1	8	5,1	2
Indonésia	14	16,7	7	12,5	7
Japão	-	-	66	12,8	-66
Malásia	14	9,5	7	6,3	7
México	13	6,0	17	7,4	-4
Nova Zelândia	13	59,9	2	8,4	11
Rússia	15	6,1	19	15,4	-4
Suíça	4	3,1	8	6,5	-4
Tailândia	18	16,2	7	6,0	11
Taiwan	4	2,4	9	5,2	-5
UE (25)	84	2,1	113	2,7	-29

Fonte: OMC, 2006

Entre 1995-2005, o rácio variou entre 5,2% e 6%, respectivamente. A manutenção do rácio, patenteia o resultado da preferência comunitária, derivada da PAC. Isto mostra a eficácia da integração europeia dentro da fileira agro-pecuária, apesar da OMC, que é porta-voz da contestação da política agrícola comum, em nome do excessivo desequilíbrio incidente sobre os mercados mundiais.

Quadro VIII – Comércio Internacional de Combustíveis (Situação em 2005)

Regiões	Importação de Combustíveis		Fornecedores principais das regiões	
	Valor	% das importações totais		
Europa	488	11,4	22%	OEI
			13%	África
			43%	Europa
			10%	Médio Oriente
EUA	298	17,2	32%	América do Norte
			20%	América do Sul e Central
			19%	África
			15%	Médio Oriente
			10%	Europa
Japão	133	25,8	64%	Médio Oriente
			30%	Ásia
			2,4%	África
China	64	9,7	40%	Médio Oriente
			23%	África
			23%	Ásia
			11%	OEI

Fonte: OMC, 2006

O quadro acima, mostra, para quatro áreas do mundo, o peso da dependência dos combustíveis fósseis face às zonas fornecedoras. Pode ainda apresentar-se a questão através das facturas energéticas pagas pelas regiões, em função das receitas de exportação de cada região. Assim tem-se: Europa-12,2%; Japão-22,0%; EUA-33,0%; China-8,4%.

Estes cálculos de dependência energética foram obtidos em relação a 2005. Deve dizer-se que de então para cá a situação piorou drasticamente. Em princípios de Outubro de 2007, o barril do crude ascendeu a 82 dólares, para depois situar-se em 96 dólares, em meados de Novembro do mesmo ano. Nesse mesmo mês, assistiu-se à maior depreciação do dólar americano face ao euro (1,48 dólar contra 1 euro) e verificou-se com apreensão a "bolha imobiliária" dos EUA (crise sub-Prime).

A Europa comunitária, através da valorização do euro, teve uma atenuação da factura petrolífera, que é paga em dólares norte-americanos, mas ao mesmo tempo começou a sentir pressão negativa sobre a taxa de exportação para a zona dólar (que inclui o continente americano e asiático), pressionando a indústria europeia concorrencialmente pela via da importação.

Por outro lado, a alta persistente do preço do crude nos últimos anos, fez induzir uma revolução tecnológica, liderada pelos EUA como grande mercado de consumo, no sentido de fontes alternativas nas áreas do bioetanol e biodiesel. Daí, a intensificação das culturas vegetais energéticas, a par da desflorestação, problemas de gestão de água e subida de preços de bens alimentares.

A cotação dos produtos alimentares, em variação percentual anual, apresenta-se do seguinte modo:

Quadro IX – Cotação dos Produtos Alimentares no Mercado

Anos	Variação (%)
2002	3,4
2003	5,2
2004	14,3
2005	-0,3
2006	10,0

Fonte: FMI, 2007

A subida dos preços de bens alimentares prejudica centenas de milhões de pobres no mundo. Eis uma nova situação que vai ter consequências muito graves, e da mesma grandeza da que lhe deu origem.

Quadro X – Exportações por grupos de produtos manufacturados – UE (25) – em % das exportações totais (Situação em 2005)

Grupos de Produtos	Intra – UE (%)	Total sectorial em % das Exportações Totais	Diferença entre Exportações e Importações totais (Bilhões USD)
Ferro e Aço	2,5	3,4	+ 9,52
Produtos Químicos	10,0	15,2	+ 87,0
Produtos Farmacêuticos	2,9	4,8	+ 35,0
Máq. e Eqto. de Transporte	26,0	40,9	+ 126,0
Têxteis	1,1	1,7	+ 2,2
Confecções	1,4	2,0	- 48

Fonte: Construído a partir da OMC, 2006

Este quadro sugere uma análise mais aprofundada da actividade industrial e seu posicionamento nas exportações, a saber:

1.º A União Europeia, dentro das relações intra e extra UE, ocupa a primeira posição do comércio mundial. As exportações de manufacturas ascenderam em 2005 ao montante de 3.240 mil milhões de dólares.

A balança comercial na área das manufacturas apresenta-se sempre superavitária (em 2005 apresentou um saldo de cerca de 180 biliões de dólares), com um comércio intra-UE (25) superior a 65% do total.

Comparando as exportações e as importações extra-UE, é-se levado à utilização do rácio de cobertura das importações pelas exportações, o que permite avaliar a evolução da competitividade do espaço comunitário rácio (Exportações Extra-UE (25) x 100) Importações Extra UE (25). Para os Produtos Manufacturados tem-se:

Quadro XI – Taxa de cobertura dos Produtos Manufacturados

Anos	Rácio (%)
1990	123,7
2000	108,4
2002	120,8
2003	119,8
2004	120,4
2005	121,4

Obs.: As taxas de cobertura dos EUA e do Japão (2005) são de 58,3% e 197,7%, respectivamente.

É de notar que em 15 anos passou-se da UE (12), para a UE (15) em 1995 e para a UE (25) em 2004. A situação não evoluiu favoravelmente, pois em 2005 o rácio era inferior ao de 1990. Não se deu o reforço da penetração em mercados de países terceiros e houve uma regressão da competitividade externa da UE, isto apesar da implementação do Mercado Interno Europeu de 1993 que deveria ter reforçado as economias de escala das empresas.

2.º O sector do ferro e do aço sempre apresentou, ao longo dos tempos, saldos positivos no comércio extra-UE. Aplicando o rácio de cobertura das importações pelas exportações extra comunitárias, tem-se:

Quadro XII – Taxa de cobertura do Ferro e Aço

Anos	Rácio (%)
1996	207,3
1998	142,8
2002	155,6
2003	145,5
2004	119,9
2005	134,0

O sector siderúrgico apresenta-se a nível mundial com uma alta concorrência. Os principais exportadores líquidos são o Japão⁽⁴⁾, a

(4) A taxa de cobertura das importações pelas exportações é de 380%. O Japão exporta para países asiáticos. Saldo de 20 biliões de dólares (2005)

Rússia, seguida da UE (25). Os EUA apresentam um saldo negativo, onde o valor das importações representa o dobro do valor das exportações. A competitividade da siderurgia europeia tem vindo a degradar-se, ainda que não revele uma situação preocupante de curto prazo;

3.º No sector dos produtos químicos, a UE (25) tem uma área industrial importante, e onde o comércio exportador é orientado em 34% para dentro da área integrada, com o restante para países terceiros.

Em 2005, as exportações mundiais de produtos químicos situaram-se em 1104 biliões de dólares, cabendo à UE (25) a factura de exportação de 607 biliões de dólares. Daí que esta ocupe a 1.ª posição do comércio planetário⁽⁵⁾.

A penetração dos produtos químicos produzidos na UE, pode ver-se Através do acima referido rácio de cobertura das importações pelas Exportações extra-UE. Tem-se:

Quadro XIII – Taxa de cobertura dos Produtos Químicos

Anos	Rácio (%)
1996	169,7
1998	166,9
2001	183,7
2002	190,5
2003	191,7
2004	174,6
2005	173,1

A 2.ª posição exportadora do comércio mundial pertence aos EUA (metade das exportações extra-comunitárias), seguida do Japão e da Suíça, que ocupam a 3.ª e 4.ª posições, respectivamente.

As importações extra-UE (25) estão situadas na 2.ª posição mundial, a seguir aos EUA. Se se considerar o critério de exportador líquido, o Japão ocupa o 2.º lugar, a seguir à UE (25), com uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 139%.

Como sub-rúbrica dos produtos químicos, têm-se a área de produção e comercialização de produtos farmacêuticos. As exportações extra-UE (25) do subsector da indústria farmacêutica confere-lhe uma quota mundial de 27%. A cobertura das importações pelas exportações extra-comunitária determina um rácio de cerca de 190% nos últimos anos⁽⁶⁾. O segundo exportador líquido mundial é a Suíça. Os EUA são importadores líquidos, e o Japão⁽⁷⁾ tem uma posição deficitária, com um valor de exportação muito modesto.

4.º O sector de máquinas e equipamentos de transporte representa a matriz industrial e exportadora mais importante da União Europeia⁽⁸⁾, quer pelo volume de comércio, quer pelo saldo superavitário da balança comercial.

O rácio de cobertura das importações pelas exportações extra-UE mostra a seguinte evolução:

Quadro XIV – Taxa de cobertura de máquinas e equipamentos de transporte

Anos	Rácio (%)
1990	126,9
1995	134,6
1998	123,9
2001	121,4
2002	126,6
2003	119,4
2004	123,4
2005	127,0

Com algumas oscilações e apesar dos sucessivos alargamentos no espaço integrado, a tendência é de estabilização e não de progressão, pelo que eventualmente se poderá concluir de perda de competitividade relativa. Na perspectiva do sector industrial, o seu maior benefício resulta da procura cruzada forte, no comércio intra-UE⁽⁹⁾.

Este sector pode ser examinado em termos comparativos internacionais. Assim tem-se:

(5) o comércio Intra-UE (25) representa 66% do total da exportação comunitária

(6) Só a partir de 2004 é que a OMC desagregou a rúbrica.

(7) O Japão é também importador líquido, tendo como fornecedores a UE e os EUA.

(8) A exportação do sector ascendeu, em 2005, a 1637 biliões de dólares, representando cerca de 41% do total das exportações da UE (25).

(9) O dinamismo do sector é de mera estabilização com ameaça de perda de competitividade, tendo como principal adversário o Japão que possui uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 288% (saldo comercial de 248 biliões de dólares, contra 127 biliões de dólares da UE, referentes a 2005).

Quadro XV – Posição do sector Máquinas e Equipamentos de Transporte

Países	% do total das Exportações	Valores de Exportações (Bilhões USD)
	Totais de Cada Economia	
UE (25)	41	1636
Japão	64	381
EUA	48	433
China	46	352
Coreia do Sul	61	174
Singapura	59	135
Taiwan	50	94
Brasil	26	31

Fonte: OMC, 2006

Como rubricas desagregadas do sector, ora objecto de análise, tem-se uma análise da posição relativa de cinco economias:

Quadro XVI – Pormenorização das exportações de equipamentos de transporte. Comparação Internacional

Economias	UE (25)		Japão		EUA		China		Coreia do Sul	
	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Equipamento de Escritório e para telecomunicações	9	362	16,4	98	13,9	126	29,6	226	29,2	83
Máq. de Processamento de dados	3,6	144	4,0	24	5,2	47	14,5	111	6,3	18
Equip. para Telecomunicações	3,9	157	5,7	34	3,3	30	12,4	95	13,4	38
Circuitos Eléctricos Integrados	1,6	61	6,7	40	5,4	49	2,7	20	9,5	27
Equipamentos de Transporte	16,9	678	26,2	156	16,7	151	3,9	30	19,7	56
Prod. da Indústria Automóvel	12,1	485	20,6	123	9,5	86	1,3	10	13,3	38
Outros Equipamentos	4,8	193	5,6	33	7,2	65	2,6	20	6,4	18
Outras Máquinas	14,9	596	21,3	127	17,3	157	12,6	96	11,9	34
Máq. Geradoras de Energia	1,6	67	1,5	9	3,2	29	0,8	6	0,7	2
Máq. Não Eléctricas	9,0	360	13,4	80	9,3	84	4,7	36	5,9	17
Máq. e Aparelhos Eléctricos	4,3	169	6,4	38	4,8	44	7,0	54	5,3	15

Fonte: Construído a partir da OMC, 2006

Obs.: Os montantes em valor expressam-se em bilhões de dólares (1 bilhão = mil milhões)

Examinem-se as diversas sub-rubricas do quadro anterior na perspectiva da economia exportadora da UE (25):

i) Equipamento de Escritório e de Telecomunicações:

O rácio de cobertura das importações pelas exportações extra-comunitárias apresenta-se do seguinte modo:

Quadro XVII – Taxa de cobertura do Sub-Sector Equipamento de Escritório e de Telecomunicações

Anos	Rácio (%)
1990	41,2
1995	53,1
1998	57,4
2000	57,1
2003	55,4
2004	55,7
2005	58,8

Trata-se de um sub-sector com um saldo comercial deficitário (em 2005, apresentou um défice de cerca de 50 bilhões de dólares), mas que tem vindo a melhorar a competitividade, como mostra o quadro contendo a evolução da taxa de cobertura ⁽¹⁰⁾. Para melhor percepção da situação, podem-se examinar as várias divisões deste sub-sector:

I – Máquinas Automáticas de Processamento de Dados

Trata-se de máquinas aptas a fornecer, por meio de operações logicamente ligadas umas às outras, e que se sucedem de acordo com um programa, dados directamente utilizáveis ou susceptíveis de servir eles mesmos de dados para outras operações de processamento de dados. Estas máquinas podem ser digitais, analógicas ou híbridas. Em geral executam, com uma unidade central de processamento, registos, compreendendo a memória principal, órgãos de comando e elementos aritméticos e lógicos (este sector abarca as respectivas partes e acessórios).

Os produtos da área informática têm tido um notável desenvolvimento, com projecção no comércio internacional. Em 2005 as exportações extra-UE (25) foram da ordem dos 36,6 bilhões de dólares, dentro de um total de 144 bilhões USD. No entanto, as importações extra-UE alcançaram o montante de 87 bilhões de dólares, pelo que a UE obteve um saldo comercial negativo acima dos 50 bilhões. Isto está na linha das principais economias desenvolvidas que apresentam défices neste tipo

(10) A taxa de cobertura do Japão é de 146%. A mesma taxa de cobertura para os EUA é de 54% (ano de 2005)

de equipamento (EUA com -53,6 bilhões de dólares; o Canadá com -8,4 bilhões; o Japão com -3,3 bilhões).

Os principais exportadores líquidos situam-se na Ásia e são:

Quadro XVIII – Peso dos Produtos Informáticos em Várias Economias

Países	% das Exportações face ao Total de Mercadorias
Filipinas	19,1
Singapura	16,7
Malásia	16,2
China	14,5
Tailândia	10,5
Taiwan	7,5
Coreia do Sul	6,2

Fonte: OMC, 2006

A evolução da cobertura das importações pelas exportações extra-comunitárias, apresenta-se do seguinte modo:

Quadro XIX – Taxa de Cobertura dos Produtos Informáticos

Trata-se de um ramo de actividade que encontra dificuldades, devido à pressão concorrencial a nível mundial (representou 3,6% das exportações totais, em 2005)

Ano	Rácio (%)
2000	39,3
2003	38,7
2004	38,5
2005	41,9

II – Equipamentos para Telecomunicações

Este sub-sector apresenta uma situação comercial deficitária, envolvendo, todavia, um notável comércio intra-UE de cerca de 100 bilhões de dólares (2005). Sofre de uma formidável concorrência asiática, num mercado aberto. Isto mesmo se observa, quando se calcula a taxa de cobertura das importações pelas exportações extra-comunitárias.

Quadro XX – Taxa de Cobertura dos Equipamentos para Telecomunicações

Ano	Rácio (%)
2000	84,5
2003	72,3
2004	66,8
2005	70,4

Efectivamente, as exportações de equipamento de origem asiática ultrapassam os 50% do total mundial ⁽¹¹⁾. Os grandes exportadores, por ordem decrescente, são os seguintes: China, Coreia do Sul, Japão, Singapura, Malásia e Taiwan. Os EUA ocupam a 4.ª posição, mas são importadores líquidos (da ordem dos 70 bilhões de dólares).

III – Circuitos Electrónicos Integrados

Os circuitos integrados são circuitos electrónicos funcionais, constituídos por um conjunto de transistores, díodos, resistências e condensadores, fabricados no mesmo processo, sobre uma substância comum semicondutora de silício que se designa vulgarmente por chip.

Os circuitos integrados podem ser monolíticos (os elementos do circuito são criados na superfície do material, formando um todo indissociável) ou híbridos (onde reúnem elementos passivos – resistências, interconexões – e elementos activos – díodos, transistores, etc. – obtidos pela tecnologia dos semicondutores).

Os circuitos integrados quando não montados, apresentam-se em microplaquetas (chips), normalmente rectangulares, com dimensões microscópicas, o que lhe confere rapidez e baixo consumo. Aplicam-se nos microprocessadores que se usam nos computadores pessoais (daí o grande interesse da miniaturização, que surgiu na década de 1970). O comércio Intra-UE apresentou-se em 2005, no montante de 36 bilhões de dólares. Todavia, o saldo comercial com países terceiros é negativo (cerca de 8 bilhões de dólares). No plano Intra-UE a indústria europeia obtém um largo aprovisionamento dentro do espaço económico. Em termos de fornecedores, os EUA constituem o 1.º parceiro ⁽¹²⁾, mas o conjunto maioritário de fornecedores situa-se na região asiática.

(11) O Japão tem uma taxa de cobertura de 187% (saldo de 15 bilhões de dólares em 2005)

(12) Os EUA têm uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 180%, face ao Japão que apresenta uma taxa de 188% (salos comerciais de 22 e 18 bilhões de dólares, respectivamente, reportados a 2005)

A Malásia é o 1.º fornecedor da Europa dentro do continente asiático (maior exportador mundial de chips), seguindo-se o Japão; Singapura; China; Coreia; Taiwan e Filipinas. Os grandes exportadores líquidos de circuitos integrados estão representados pelos EUA e Japão, seguidos de Singapura, Taiwan e Coreia do Sul.

O rácio de cobertura das importações pelas exportações extra comunitárias, mostra uma evolução satisfatória com melhoria da competitividade da UE (25). Pode ver-se pelo seguinte quadro:

Quadro XXI – Taxa de cobertura dos Circuitos Electrónicos

Ano	Rácio (%)
2000	57,5
2002	61,1
2003	66,4
2004	73,3
2005	75,3

ii) Equipamento de Transporte

Este ramo de actividade económica projecta-se nas relações comerciais da União Europeia com um saldo altamente positivo, ocupando a segunda posição na área industrial. Este subsector apresenta duas divisões, a saber:

I – Produtos da Industria Automóvel

A nível mundial a industria automóvel, componentes e acessórios incluídos, representam cerca de 9% do comércio internacional e 12,5% das exportações totais de manufacturas. A repartição dos fluxos mundiais, por região, conduz ao seguinte posicionamento ⁽¹³⁾:

- 1.º Lugar: UE (25) com exportações totais de cerca de 500 biliões de dólares;
- 2.º Lugar: O Japão, com exportações de 123 biliões de dólares;
- 3.º Lugar: Os EUA, com exportações de 86 biliões de dólares;
- 4.º Lugar: O Canadá, com exportações de 67 biliões de dólares, fluxos esses dirigidos para o seu vizinho.
- 5.º Lugar: A Coreia do Sul, com 38 biliões de dólares de exportações.

Em termos de quotas das exportações mundiais do sector automóvel, e percentualmente, tem-se:

- UE (25) – 53% do global;
- Japão – 14% do total;
- EUA – 10% do total;
- Canadá – 7% do total;
- Coreia do Sul – 4% do total

Obs: Nestas 5 regiões situam-se 88% das exportações mundiais

Pelo atrás exposto, conclui-se que a UE constitui o primeiro bloco exportador do sector automóvel no mundo. Esta afirmação é válida tanto para as exportações totais, como para as exportações Extra- UE (25), pois estas últimas representam 134 biliões de dólares, em 2005. O saldo comercial, nesse mesmo ano, foi de 79 biliões de dólares. A taxa de cobertura das importações pelas exportações extra-comunitárias, apresenta-se com a seguinte evolução ⁽¹⁴⁾:

Quadro XXII – Taxa de cobertura do Sector Automóvel

Anos	Rácio (%)
1990 (UE-12)	196,2
1995 (UE-15)	215,3
1998	183,1
2000	198,0
2003	243,4
2004 (UE-25)	240,7
2005	244,4

[13] Situação em 2005. O peso da industria automóvel, medido pela percentagem das exportações do sector em relação ao total das exportações de cada economia, foi o seguinte

Japão	- 20,7%	Turquia	- 12,8%
Canadá	- 18,6%	UE (25)	- 12,1%

Fonte: Construído a partir de dados globais – OMC, 2006

México	- 16,6%	Brasil	- 10,1%
Coreia do Sul	- 13,3%	EUA	- 9,5%

[14] A taxa de cobertura do Japão é de 933%. Os mercados clientes repartem-se pelos EUA, UE e Região Asiática, com 40%, 16% e 20%, respectivamente, do total dos automóveis exportados.

Tem-se, portanto, um ramo de actividade económica altamente competitivo a nível mundial, auferindo de uma base de prosperidade do próprio mercado Interno Europeu (mais de 70% do comércio Intra-UE), e tendo em conta as inovações e o reforço constante de qualidade da industria alemã.

II – Outros Equipamentos de Transporte

Esta rubrica do subsector tem vindo a perder dinamismo ao longo do tempo, dentro da economia da União Europeia, como se pode ver através da taxa de cobertura das importações pelas exportações extra-comunitárias. Tem-se, pois:

Quadro XXIII – Taxa de cobertura dos Outros Equipamentos de Transporte

Anos	Rácio (%)
1993	175,6
1995	165,5
2000	107,7
2001	112,2
2002	104,5
2003	100,6
2004	101,9
2005	113,3

A concorrência internacional, sobretudo oriunda do Japão e da Coreia do Sul, explica em parte a perda de dinamismo ⁽¹⁵⁾. A perda da competitividade dos "outros equipamentos de transporte", projecta-se na rubrica de equipamentos de transporte. No entanto, o saldo comercial é positivo.

iii) Outras Máquinas

Neste subsector existem 3 divisões:

- Máquinas Geradoras de Energia;
- Máquinas Não Eléctricas;
- Máquinas e Aparelhos Eléctricos.

A taxa de cobertura das importações pelas exportações extra-comunitárias apresenta cronologicamente a seguinte evolução:

Quadro XXIV – Taxa de cobertura da Rubrica Outras Máquinas

Anos	Rácio (%)
1990	215,5
1995	197,2
2000	145,2
2001	161,8
2002	166,2
2003	173,5
2004	178,6
2005	182,3

O quadro acima retrata o rácio de cobertura, sucessivamente com a UE (12), a UE (15) e a UE (25). Apesar de valores oscilantes e descendentes a partir de 1990, o subsector tem vindo a resistir, tendo nas máquinas não eléctricas ⁽¹⁶⁾ um saldo comercial positivo que é o mais elevado da rubrica máquinas e equipamentos de transporte (em 2005, situou-se na ordem dos 105 biliões de dólares)

5.º) Relativamente aos sectores do têxtil e do vestuário, os rácios de cobertura das importações pelas exportações extra-UE mostram a seguinte evolução:

Quadro XXV – Taxa de cobertura dos têxteis e do vestuário

Anos	Têxteis	Vestuário	Saldo Comercial ⁽¹⁾	
	Rácio (%)	Rácio (%)	Têxteis	Vestuário
1990	106,25	40,0	1,14	-16,9
1995	123,3	33,9	3,69	-25,7
1998	122,6	32,3	4,23	-22,9
2001	128,9	32,6	4,97	-33,0
2002	133,9	32,5	5,87	-34,4
2003	132,3	31,5	6,41	-41,4
2004	115,8	29,0	3,32	-46,78
2005	110,0	31,8	2,15	-48,4

(1) Em biliões de USD

[15] As taxas de cobertura das importações pelas exportações situam-se em 423% e 465% respectivamente do Japão e da Coreia do Sul, com saldos de 26 e 14 biliões de dólares (2005). O rácio dos EUA é de 164% (25 biliões de dólares).

[16] A taxa de cobertura foi de 264%. Como concorrente, tem o Japão com uma taxa de cobertura de 428% (saldo de 53 biliões de dólares, em 2005).

Obs.: A situação actual é de regressão competitiva, a acentuar a partir de 2006, face à expansão do têxtil e vestuário asiático que têm grandes vantagens comparativas, quer em preço, quer em qualidade.

A ultrapassagem do período transitório do Acordo Sobre Têxteis e Vestuário, da OMC, que se deu a partir de 2005, veio aumentar a concorrência mundial, com fluxos direccionais para a América do Norte e Europa a partir da Ásia. É bom sublinhar que o comércio internacional de têxteis e vestuário desempenham um importante papel em muitos países, tendo em vista a integração na economia mundial.

Hoje em dia, os mercados da UE, dos EUA e do Canadá representam mais de metade das importações mundiais de têxteis e vestuário.

Como conclusão:

Tendo-se passado em revista a principal actividade económica exportadora da União Europeia, procurou-se realçar os sectores competitivos e os que têm vindo a perder dinâmica face a países terceiros. Com séries estatísticas longas visualizaram-se perdas de quotas de mercado, adentro do comércio internacional.

Pode ainda concluir-se dos quadros estatísticos, atrás explicitados, que a especialização europeia tem-se desenvolvido intra-ramo, factor de êxito do comércio internacional das Comunidades e que a tornaram primeiro bloco de integração no mundo. Os efeitos da integração económica ligados à criação de comércio e desvio de comércio projectaram-se na substituição de produtos originários do resto do mundo por produtos laborados no interior da União Aduaneira e ainda no aparecimento de novos fluxos de trocas por abaixamento de custos, tudo se conjugando para o acréscimo da procura do mercado da União ⁽¹⁷⁾. Os fluxos comerciais da União Europeia são explicados pela intensidade das economias de escala e pela diferenciação de produtos, numa plataforma de países de idêntico desenvolvimento, que reforçam as trocas cruzadas em produtos análogos, cujo bom exemplo pode ser visto pelo comércio intracomunitário da indústria automóvel ⁽¹⁸⁾.

A atenuação do comércio intra-ramo, provavelmente está a dar-se na passagem da UE (15) para a UE (27), uma vez que os países da Europa Central e Oriental (PECO) possuem diferentes níveis de desenvolvimento, com especializações inter-ramo que advêm dos tempos da União Soviética. Todavia, ainda é cedo para tirar conclusões, para além da mudança que rapidamente se está a operar no seio dessas economias, alterações estas que têm de representar o prémio da liberdade e do desenvolvimento dos seus povos face aos acontecimentos do pós - 2.ª guerra Mundial.



(Prof. Doutor Eduardo Raposo de Medeiros)

(17) Esta questão está ligada à análise da substituição das fontes de aprovisionamento e substituição de produtos, quer através dos efeitos de produção, quer através dos efeitos do consumo.

(18) São os produtos manufacturados que representam o futuro essencial da integração económica europeia, num quadro concorrencial de reforço da competitividade.

O OPERADOR ECONÓMICO AUTORIZADO

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

O Operador Económico Autorizado

Vantagens e custos relativos ao comércio

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (1)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

Enquadramento

Atuação do operador no mundo das alfândegas:

- Colaboração de importação e armazenamento do produto;
- Fluxos comerciais e proteção da sociedade;
- Benefícios para o Estado e para a indústria.

CEU - Um novo modo de fazer comércio entre o comércio internacional e a indústria nacional.

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (2)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

Enquadramento

Atuação do operador no mundo das alfândegas:

Uma nova paragem:

- Regulação, segurança, segurança?
- Alfândegas - novos regulamentos internacionais;
- A alfândega e a alfândega?
- O modelo e a alfândega autónoma (p.g. CEP - CISA);
- Benefícios de Alfândega, Importação?

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (3)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

As reformas legislativas

- O Regulamento 648/2005 - introduz o Reg. 2013/2005;
- O Regulamento 2015/2005 - introduz o Reg. 2014/2005;
- O novo Código Aduaneiro Comunitário - (NCA) (C.A.M.)
- Alterações da legislação do C.A.M.

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (4)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

O Regulamento 648/2005

- Ação baseada em normas e critérios de risco;
- O Operador Económico Autorizado;
- Declaração: Exatidão prévia de chegada e de partida;
- E.C.E. - Operações aduaneiras com risco E.C.E.

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (5)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

O Regulamento 648/2005 - calendário

1 - ENTRADA EM VIGOR A 1 DE JANEIRO DE 2007

1.1 - Regime de importação e exportação;

1.2 - E.C.E. - Sistema de risco;

1.3 - Regime de importação e exportação;

2 - ENTRADA EM VIGOR A 1 DE JANEIRO DE 2008

2.1 - Regime de importação e exportação;

3 - ENTRADA EM VIGOR A 1 DE JULHO DE 2008

3.1 - Regime de importação e exportação;

3.2 - Regime de importação e exportação;

3.3 - Regime de importação e exportação;

3.4 - Regime de importação e exportação;

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (6)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

O Regulamento 1875/2006

OPERADOR ECONÓMICO AUTORIZADO

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (7)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

O que são Operadores Económicos Autorizados?

OPERADORES ECONÓMICOS:

"A pessoa que no âmbito da sua atividade profissional tenha atividades abrangidas pela legislação aduaneira"

OPERADORES ECONÓMICOS AUTORIZADOS:

"O operador económico a quem foi concedido o certificado OEA numa das três modalidades definidas pelo C.A. Comunitário"

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (8)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

Diferentes tipos de certificados

3 tipos de certificado:

- Certificado OEA - Importação e exportação;
- Certificado OEA - Importação e exportação;
- Certificado OEA - Importação e exportação;

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (9)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

Vantagens dos diferentes certificados

Vantagens e certificados OEA	OEA (Imp. Aduan.)	OEA (Imp. e Exp.)	OEA (Imp. e Exp. e Seg.)	Entrada em vigor
Exatidão prévia de chegada e de partida de mercadorias	✓	✓	✓	01/01/2007
Exatidão prévia de chegada e de partida de mercadorias	✓	✓	✓	01/01/2008
Exatidão prévia de chegada e de partida de mercadorias	✓	✓	✓	01/01/2008
Exatidão prévia de chegada e de partida de mercadorias	✓	✓	✓	01/01/2008
Exatidão prévia de chegada e de partida de mercadorias	✓	✓	✓	01/01/2008
Exatidão prévia de chegada e de partida de mercadorias	✓	✓	✓	01/01/2008
Exatidão prévia de chegada e de partida de mercadorias	✓	✓	✓	01/01/2008
Exatidão prévia de chegada e de partida de mercadorias	✓	✓	✓	01/01/2008

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (10)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

FAQ's

FAQ's = Frequent asked questions

PMF's = Perguntas mais frequentes

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (11)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 1 - Quem pode solicitar o certificado?

O certificado pode ser solicitado apenas pelas pessoas físicas ou jurídicas que tenham a sua atividade profissional enquadrada no âmbito da legislação aduaneira.

Alguns exemplos:

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (12)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 2 - Quem pode ser OEA?

Eligibilidade:

- Garantir a segurança e proteção no processo de fabrico dos produtos bem como no seu fornecimento aos clientes;

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (13)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 2 - Quem pode ser OEA (continuação)?

Exatidão:

- A pessoa por conta de quem se realiza a declaração de exportação e a que nesse momento detém a propriedade ou um direito sobre a mercadoria;
- Leva a efeito os trâmites legais de saída das mercadorias em conformidade com a legislação aduaneira, incluindo as medidas de política comercial;

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (14)

VI ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 2 - Quem pode ser OEA (continuação)?

Transporte:

- Organiza o transporte internacional em nome do exportador, importador ou transitário;
- Leva a efeito os trâmites legais de transporte das mercadorias em conformidade com a legislação aduaneira;

Penina Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (15)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 2 - Quem pode ser OEA (continuação)?

Deposário: Armazenista.
- É o responsável pelo depósito temporário das mercadorias nos termos do art. 51-1 do CAC e do art. 105-1 do DACAC.
- Garante que as mercadorias se mantêm sob controlo aduaneiro e cumpre as obrigações decorrentes da submissão a esse regime de depósito.

Transportador:
- É a entidade responsável e autorizada, no âmbito do transporte aduaneiro, a transportar as mercadorias sob o regime de depósito.

DEPOSITÁRIO

FABRICANTE - EXPORTADOR - TRANSFÉRICO - DEPOSITÁRIO

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (16)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 2 - Quem pode ser OEA (continuação)?

Despachante:
- É o responsável pela declaração aduaneira e pelo cumprimento dos formalidades perante a alfândega nos termos do art. 5º do CAC, aplicados em modo de representação directa ou indirecta.
- Promove a colocação da mercadoria sob um regime aduaneiro nos termos da legislação.

DESPACHANTE

FABRICANTE - EXPORTADOR - TRANSFÉRICO - DEPOSITÁRIO

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (17)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 2 - Quem pode ser OEA (continuação)?

Transportador:
- É a entidade responsável e autorizada, no âmbito do transporte aduaneiro, a transportar as mercadorias sob o regime de depósito.

TRANSPORTADOR

FABRICANTE - EXPORTADOR - TRANSFÉRICO - DEPOSITÁRIO

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (18)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

Quem pode ser OEA (final)?

FABRICANTE - EXPORTADOR - TRANSFÉRICO - DEPOSITÁRIO

IMPORTADOR - TRANSPORTADOR - DESPACHANTE

Todos estes operadores podem enquadrar-se no conceito de "Operador Económico Autorizado" e por esse meio solicitar a concessão desse estatuto.

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (19)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 3 - Que tipo de certificados pedir?

-> **pedido de certificado de origem** (compreende-se ao país) (questão nº 1 do formulário)

-> **formulário de vertente segurança?**
-> **Despachante de vertente simplificada?**
-> **Exportador de vertente simplificada e segurança?**

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (20)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 4 - Requisitos para ser OEA ?

Requisitos	OEA Simplificação	OEA Segurança	OEA Simpl. + Segur.
Existência de um processo	Sim	Sim	Sim
Existência de uma entidade	Sim	Sim	Sim
Existência de uma entidade	Sim	Sim	Sim
Segurança	Não	Sim	Sim

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (21)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 5 - Na concessão do estatuto são analisados os aspectos fiscais não aduaneiros?

É de presumir que sim. A avaliação da conformidade económica do candidato pode vir a passar pela avaliação da sua "condição" financeira.

Não existem até agora no entanto quaisquer exemplos. Basta neste domínio.

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (22)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 6 - Quais os custos de obtenção?

Os processos de autorização e certificação são gratuitos.

Quanto ao pagamento de honorários de conformidade por via de procedimentos ou de equiparação não são possíveis de serem.

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (23)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 7 - O certificado ISO em matéria de segurança garante a concessão automática de OEA?

Não! Os exemplos de certificados de segurança que a autoridade económica possui, entre outros, são os exemplos de pedidos de certificados.

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (24)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 8 - A actual autorização para procedimentos simplificados garante a concessão de OEA – simplificação aduaneira ?

A Alfândega não necessita de qualquer outra que já foi objeto de avaliação e concedida a concessão de autorização para procedimentos simplificados.

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (25)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 9 - Quando e onde se deve apresentar o pedido

1 de Janeiro de 2008
- Junta de administração a Alfândega.

Assim informação complementar (verbo 10000 2000 1000 de 02/01/2007)

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (26)

VII ENCONTRO NACIONAL DE DESPACHANTES OFICIAIS

PMF 10 - Falta muito para acabar?


OBRIGADO PELA VOSSA ATENÇÃO

Portia Delgado 02-11-2007 Mário de Matos Oliveira (27)



MARIO DE MATOS OLIVEIRA

O REPRESENTANTE ADUANEIRO



Recordandopara situar

Antes de 1974:

Quem podia declarar nas Alfândegas:

- Os donos das mercadorias
- Os agentes aduaneiros
- Os Caixeiros Despachantes / Despachantes Privativos
- Os Despachantes Oficiais


- Quadro (*Numerus Clausus*)

- Exame de Provas Públicas

- Fiança

Na prática os D.O. estavam sozinhos no mercado

1



O Pós 25 de Abril

Começo da crise:

- Crise da economia
- Nacionalizações
- Saneamentos
- Greves selvagens
- Ocupações de empresas
- Fuga de empresários

- Aumento do Quadro:


- Nomeações dos Ultramarinos
- Nomeação do mesmo número de ajudantes

1986 - Entrada de Portugal na CEE:

- Direitos zero...mas **continuam as formalidades e controlos aduaneiros**
- Acordo do Tribunal Europeu:
- Condenação do Estado Português

Novos parceiros no Mercado de Representação Aduaneira (Transitários não aproveitaram)

2



A grande **Machadada**:

- O Acto Único Europeu

↓

O Mercado Único


↓

Fim de todas as formalidades e controlos nas trocas intra-comunitárias

↙

Despedimentos / Falências/ Suicídios /Reformas Antecipadas

3




A lenta recuperação:

- Aumento das trocas c/ as economias emergentes:
- China, Índia, Brasil, etc.

Oferta de novos serviços:

- INTRASTAT
- CONSULTORIA
- LOGÍSTICA

4



A nova ameaça.....

→ o CAC (Código Aduaneiro Comunitário)

↓

Tentativa de liberalização total do acesso à representação aduaneira

"... Qualquer pessoa pode fazer-se representar perante as autoridades aduaneiras para cumprimento dos actos e formalidades previstas na legislação aduaneira"

.... Nova luta

Batalha jurídica:


- Jean Chabrierie
- Rocha Ribeiro

Resultado vitorioso

↓

A actual redacção do art. 5º do CAC

5



CÓDIGO ADUANEIRO COMUNITÁRIO

REGULAMENTO (CEE) nº 2913/92 DO CONSELHO

(Aplicável a partir de 1 de Janeiro de 1994)


Secção 1

Direito de representação

Artigo 5º

1. Nas condições previstas no nº 2 do artigo 64º e sob ressalva das disposições adoptadas no âmbito do nº 2, alínea b), do artigo 243º, qualquer pessoa pode fazer-se representar perante as autoridades aduaneiras para o cumprimento dos actos e formalidades previstos na legislação aduaneira.

6



2. A representação pode ser:

- directa; neste caso, o representante age em nome e por conta de outrem
- ou
- indirecta; neste caso, o representante age em nome próprio mas por conta de outrem.


Os Estados-membros podem restringir o direito de apresentar nos seus territórios declarações aduaneiras

- por representação directa
- ou
- por representação indirecta,

de modo a que o representante tenha de ser um despachante aduaneiro que exerça a sua actividade no seu território.

3. Com exclusão dos casos referidos no nº 2, alínea b), e no nº 3 do artigo 64º, o representante deve estar estabelecido na Comunidade.

7




4. O representante deve declarar agir por conta da pessoa representada, precisar se se trata de representação directa ou indirecta e possuir poderes de representação.

Qualquer pessoa que não declare agir em nome ou por conta de outra pessoa, ou que declare agir em nome ou por conta de outra pessoa sem possuir poderes de representação, será considerada como agindo em nome e por conta próprios.

5. As autoridades aduaneiras podem exigir a qualquer pessoa que declare agir em nome ou por conta de outra pessoa prova dos seus poderes de representação.

8



Após Janeiro de 1994, a profissão ficou protegida com base em dois grandes pilares:


- A reserva da representação directa aos despachantes oficiais
- A limitação do uso da caução global aos donos das mercadorias e aos despachantes oficiais.

Na prática significou que os nossos concorrentes apenas podiam actuar na representação indirecta, mas pagando a dívida aduaneira à cabeça ou utilizando uma caução do seu cliente.

Algum tempo depois a possibilidade de utilização da caução global é estendida a todos os declarantes o que determinou a entrada no mercado de mais umas dezenas de concorrentes.

Mas apesar de tudo, continuámos protegidos pelo art. 5º do CAC

9



Nova e decisiva ameaça

Revisão (obrigatória) do CAC

↓

MCC- Modernised Customs Code

↓

Proposta inicial da Comissão

↓

Abolição pura e simples do direito de reserva de uma das formas de representação aos profissionais da representação aduaneira


↓

Fim do artigo 5º

Conselho sobre a competitividade – Dezembro de 2006

Necessidade de abolir a restrição da representação aduaneira

10



Nova ameaça:

Abolição do direito de reserva de uma das formas de representação

↓

Resposta

Nova figura de nível e âmbito europeu

"O representante aduaneiro"


CDO

CLECAT

CONFIAD

→ **uma ideia nova**

11



Texto proposto pela Comissão:

Artigo 11

Representante aduaneiro


1. Qualquer pessoa pode indicar um representante nas suas relações com as autoridades aduaneiras para executar os actos e as formalidades previstas na legislação aduaneira, daqui em diante designado "representante aduaneiro".

Tal representação aduaneira pode ser ou directa, em que o representante aduaneiro actuará em nome e por conta de outrem, ou indirecta, em que o representante aduaneiro actuará em seu próprio nome mas por conta de outrem.

2. Um representante aduaneiro deve estar estabelecido no território aduaneiro da Comunidade.

A Comissão pode, de acordo com o procedimento referido no artigo 196 (2), adoptar medidas que estabeleçam as condições nas quais o registro referido no 1º sub parágrafo deste parágrafo pode ser dispensado.

12



Texto emendado pelo Parlamento Europeu

Artigo 11

Representante aduaneiro

1.


2. Um representante aduaneiro deve estar estabelecido no território aduaneiro da Comunidade.

A Comissão pode, de acordo com o procedimento referido no artigo 196 (2), segundo sub parágrafo, adoptar medidas que modifiquem os elementos não essenciais do acto em questão através de medidas que estabeleçam as condições sob as quais o requisito referido no primeiro sub parágrafo deste parágrafo pode ser dispensado

2 a. O estatuto de representante aduaneiro ficará sujeito aos seguintes critérios:

- estará aberto a todas as pessoas que o solicitem
- será gerido por um órgão governamental do Estado Membro
- será reconhecido em todos os Estados Membros desde que tenha sido registado no Estado Membro de requerimento
- ficará sujeito a padrões práticos de competência directamente relacionados com a actividade desenvolvida
- não haverá limite numérico de representantes aduaneiros na U.E.
- uma pessoa com o estatuto de representante aduaneiro e com o de operador económico autorizado poderá beneficiar de todas as simplificações

13




Proposta revista pela Comissão

1.

2. Um representante aduaneiro deve estar estabelecido no território aduaneiro da Comunidade.

A Comissão pode, de acordo com o procedimento referido no Artigo 196 (2) a), adoptar medidas que modifiquem os elementos não essenciais do acto em questão através de disposições que estabeleçam as condições sob as quais o requisito referido no primeiro sub parágrafo deste parágrafo pode ser dispensado.

14



Proposta de Compromisso da Presidência Alemã

depois transformada numa proposta do Conselho da União Europeia

Representação Aduaneira: proposta de compromisso da Presidência

1. Situação corrente

A legislação aduaneira actual permite a qualquer pessoa interessada, desempenhar os actos e as formalidades estabelecidas pela legislação aduaneira em seu próprio nome ou por conta de outrem. Também estabelece o direito de qualquer pessoa nomear um representante que aja em nome daquela, quer em nome dessa pessoa (representação directa) quer em seu próprio nome (representação indirecta).

2. A proposta da Comissão

O MCC, no seu artigo 11, revoga a restrição prevista na legislação em vigor (art. 5 (2) do CCC) sobre a representação aduaneira, nomeadamente a possibilidade de os EM restringirem o direito da apresentação de uma declaração aduaneira em nome de outra pessoa, através da representação directa ou indirecta, aos despachantes "profissionais". A legislação actual é mencionada como incompatível com o MI inclusive com um ambiente electrónico, onde qualquer comerciante deverá ter normalmente acesso electrónico directo com as administrações aduaneiras da U.E. No Conselho sobre a Competitividade, em Dezembro de 2006, houve uma aceitação geral relativamente à necessidade de abolir a restrição da representação aduaneira. Todavia, 10 EM têm uma reserva substancial contra a proposta da Comissão.

15

3. Alteração 14 do PE

O PE sugere na sua alteração 14 o estabelecimento de alguns critérios para uma "acreditação" dos representantes aduaneiros:

2 a) - O estatuto do representante aduaneiro deverá estar sujeito aos seguintes critérios:

- será aberto a todas as pessoas que se candidatem ao estatuto,
- será gerido por uma entidade governamental no EM,
- será reconhecido em todos os EM quando tenha sido registado no EM do registo,
- estará sujeito a normas de competência ou qualificações profissionais directamente ligadas à actividade desempenhada.

Não haverá limite numérico dos representantes aduaneiros na U E. Uma pessoa com o estatuto de representante aduaneiro e com o estatuto de operador económico autorizado deverá poder beneficiar de todas as simplificações.

2 b) - Sem prejuízo das disposições do par. 2 qualquer pessoa que desempenhe uma actividade comercial estará autorizada a dirigir-se às autoridades aduaneiras sem ser obrigada a estar representada por um representante aduaneiro."

5 EM expressaram explicitamente o seu apoio à Emenda 14 do PE, enquanto que a Comissão e alguns outros EM opuseram-se à ideia do PE.

16

➤ **A solução não deve contribuir para a "burocracia".**

Se está previsto um procedimento extra no MCC, isto deverá cobrir uma necessidade que não esteja coberta noutra parte do Código ou em qualquer texto legal relacionado com serviços aduaneiros. Se o Código já oferece tal ferramenta, ela deverá ser preferencialmente utilizada.

5. **A solução de compromisso proposta pela Comissão**

O Artigo 11 deve ficar com a sua forma actual, pois menciona o princípio da representação aduaneira sem qualquer restrição.

O Artigo 13 deverá tratar a questão da representação aduaneira num EM diferente daquele em que o despachante está estabelecido.

Tendo em consideração de que a boa capacidade financeira, a integridade profissional e a competência são os critérios comuns para beneficiar do estatuto do AEO, o Artigo 13 deve pressupor que se um representante aduaneiro que deseje prestar serviços num EM diferente daquele onde está estabelecido, ele pode fazê-lo, se cumprir os critérios para ser um AEO, conforme estabelecido no Artigo 15.

A vantagem de tal solução é que está estabelecida num procedimento de "acreditação" já existente, baseado em critérios comuns.

19

2. **A do Conselho** (como resultado da proposta da Presidência alemã)

Art. 11

Ficaria com a sua forma actual e significaria que um representante aduaneiro que actue apenas no EM da sua residência não precisa de uma acreditação a nível da U E e tem de preencher os requisitos nacionais, que têm de estar de acordo com a legislação geral da E E (Directiva dos Serviços)

Ar. 13

Um representante aduaneiro que preencha os critérios estabelecidos no Art. 15 para a concessão do estatuto de OEA tem o direito de prestar tais serviços noutros E.M. além daquele no qual está estabelecido.

22

Que cada um de vós saiba encontrar a sua própria resposta

Muito obrigado

25

4. Elementos para uma solução de compromisso

Relativamente à representação aduaneira tem de ser encontrada uma solução de compromisso que v até certo ponto, ao encontro das preocupações dos EM que se opõem à liberalização total da representação aduaneira e os que estão a favor dela.

A oposição expressa por alguns EM relativamente à liberalização total da representação aduaneira, resulta principalmente da sua preocupação de que um despachante de outro EM possa - na ausência de condições harmonizadas para a representação aduaneira na Comunidade — oferecer confiança e níveis de competência profissional que não são iguais aos que um despachante nacional tem.

Isto é, até certo ponto, uma preocupação legítima e a Presidência comunga do objectivo de manter um serviço de qualidade dos despachantes, porque não só constitui uma garantia de cumprimento da legislação aduaneira, mas também **facilita o acesso ao comércio internacional das empresas da U E, em especial das PME's.**

Todavia, a solução de compromisso não deve pôr em risco a liberdade de prestação de serviços aduaneiros às empresas.

17

Trata das preocupações básicas dos EM que se opõem à proposta da Comissão e/ou apoia a alteração do PE, sem infringir os princípios do MI.

Tem assim o mérito de ser não burocrático (= baseado em procedimentos existentes) e de ser compatível com a liberalização dos serviços relacionados com a alfândega.

Contrariamente isto significaria que um representante aduaneiro que age apenas no EM da sua residência não precisa de uma acreditação a nível da U E, e tem de preencher os requisitos nacionais, que têm de estar de acordo com a legislação geral da U E.

Tendo em conta os elementos referidos atrás, a Presidência sugere o seguinte compromisso no texto do Artigo 13 do MCC:

Artigo 13

Representação aduaneira e estatuto do OEA

Um representante aduaneiro que preencha os critérios estabelecidos no Artigo 15 para a concessão do estatuto de operador económico autorizado tem o direito de prestar tais serviços noutros EM além daquele no qual está estabelecido.

20

A CDO
O CLECAT ➤ Vão continuar a apoiar a proposta do parlamento europeu
A CONFIAD

Mas admitem

Que a proposta do Conselho possa vingar

seja como for ... lá para 2009

vamos ser **Representantes Aduaneiros**

Bom?! Mau?!

23

VEIGA PIRES

Por conseguinte, os seguintes elementos devem constituir as bases para uma "solução de compromisso":

➤ **A solução deve basear-se em critérios "comuns"**

As condições a serem preenchidas pelos representantes aduaneiros que agem em mais de um EM não podem ser inteiramente confiadas às administrações nacionais. Deve ser estabelecido um "núcleo comum" de condições equivalentes para os despachantes ("nível do campo de acção"), em conformidade com o Tratado (Artigo 49 sobre a liberdade de prestação de serviços) e com a legislação do MI, em particular a **directiva sobre os serviços**, que são aplicáveis em qualquer caso uma vez que a **representação aduaneira é um "serviço"**.

Idealmente, e na base de critérios "comuns", a profissão devia estabelecer através de regulamentação própria condições mais específicas para a qualidade e competência profissional a nível da U E, contribuindo assim para realçar o campo de acção.

➤ **A solução deverá consignar as preocupações expressas pelos despachantes e alguns EM que são favoráveis a um processo de acreditação.**

Os **critérios comuns de acreditação** dos despachantes que actuam noutro EM diferente daquele onde estão estabelecidos seriam:

a) **boa capacidade financeira**
b) **integridade profissional**
c) **competência**

18

RESUMINDO:

Neste momento temos fundamentalmente duas posições:

1. **A do Parlamento Europeu**

Art. 11

1.
2.

2a). Estatuto do Rep. Aduaneiro:

- Aberto a todos
- Gerido p/ órgão governamental
- Reconhecido em todos os E.M.
- Sujeito a padrões de competência (omite a situação financeira e a integridade profissional)
- Sem *numerus clausus*
- R.A. + AEO = todas as simplificações

21

MAU		BOM
uma cuspidela	↔	um beijo
	a saliva é a mesma	
um cabelo na sopa	↔	um bonito cabelo
	o cabelo é o mesmo	
	Uma questão de perspectiva	
Despachante	↔	Representante Aduaneiro
		Bom ou Mau??

24

DESENVOLVIMENTOS NO SECTOR ADUANEIRO NACIONAL E INTERNACIONAL



Dr. Fernando Carmo
Presidente do Conselho Directivo da CDO

Já sabem que está em 2ª. leitura no Parlamento Europeu, a proposta da Presidência alemã referente ao CAM, que no dia 12 de Dezembro, vai pôr termo a esta "discussão" entre o Conselho e o Parlamento, discussão entre aspas uma vez que o caminho que todos nos mostram é que vai haver um acordo político na base da proposta alemã, que também já ouviram.

Essa votação estará influenciada por um acordo político feito nos bastidores, como é hábito, sem referendo. O resto tudo aqui já foi dito e tratado noutros temas e noutras altura. Houve aqui alguma repetição que acho útil para que todos fiquemos imbuídos do mesmo espírito e também com uma especial referência para os colegas residentes nos Açores que têm menos contacto com estas coisas, fazem um esforço para irem aos outros Encontros e às reuniões que acontecem na CDO e que portanto, tiveram hoje a possibilidade de ver uma recapitulação de tudo o que se tem passado.

Para aqueles que estariam menos atentos, faltou apenas um detalhe, que talvez ajude a compreender aquilo que foi dito quer pelo Sr. Veiga Pires, quer pelo Dr. Avelino Ribeiro que, quando se fala da C.D.O., Confiad e Clecat, não se esqueçam que a C.D.O. é Presidente da Confiad e é Presidente do Clecat-Instituto Aduaneiro, e fizemos isso apenas a pensar em todos nós e na Classe, porque não são tarefas fáceis especialmente ao nível do Clecat, funcionar com países que nem sabem alguns deles o que é isso de Despachante, como por exemplo, os ingleses que nem admitem que isso seja uma profissão, vêem isso como mera actividade complementar do transporte.

Assumir esse papel foi apenas no sentido de que, como sabem, se estivermos sentados numa mesa e houver alguém que é o chairman daquele Instituto, esse ainda tem possibilidades de ir influenciando, ser capaz de puxar os cordões da discussão para o lado que é mais importante. Se estivermos apenas sentados, podemos dar o nosso palpite mas depois três ou quatro dizerem uma coisa diferente se calhar não tínhamos conseguido que algumas coisas que foram aqui referidas, se tivessem conseguido.

Exactamente, assumiu-se esse papel com todos os dolorosos problemas que isso trás. Tudo o que faço é com muito prazer e com

muita honra em representar a C.D.O. e a classe. Mas de facto, aceitar num determinado momento, a Presidência do Clecat cumulado-a com a Presidência da Confiad, que não foi dito, mas que levantou problemas seríssimos no seio da Confiad. Houve países que interpretaram mal esta situação e foi preciso fazer alguma actividade, algum jogo político ou diplomático para tentar explicar o porquê desta situação e hoje estão todos de acordo. Mas esta discussão, podíamos ter ganho dois anos à vontade se os países da Confiad tivessem percebido, desde o início, qual era o objectivo de que estávamos imbuídos.

Alguém disse uma vez numa reunião, e está aqui presente, que nós portugueses estamos dois ou três anos à frente de alguns países que são nossos parceiros nessas organizações internacionais, e é verdade, porque se tivessem percebido onde queríamos chegar, se calhar tínhamos conseguido convencer a Comissão Europeia antes dela apresentar a proposta, porque essa é que era a nossa intenção. A partir do momento em que a Comissão Europeia apresenta a proposta ao Parlamento e ao Conselho, já imbuída do espírito liberalista que tivemos de fazer contrariar, o trabalho é a triplicar. E só o fizeram agora porque entretanto as outras duas instituições europeias tiveram posições exactamente contrárias. E daí a Comissão ter perdido porque queria liberalizar esta actividade contra a nossa vontade e perdeu porque não conseguiu.

Depois porque tinha intenção de criar um mercado único de serviços aduaneiros contra a nossa posição e perdeu porque não conseguiu e por terceiro, perdeu porque ficou isolada. No meio das três instituições europeias ficou completamente isolada, quer do Conselho, quer do Parlamento. E agora rapidamente disseram que aceitavam dado ser um acordo político e a política cobre tudo. Disseram que se o Parlamento e o Conselho aceitarem esses pressupostos, eles também aceitam.

Dada esta explicação, dado o que já foi dito, tudo o que foi brilhantemente discutido hoje, aproveito para fazer aqui uma referência aos dois Colegas que tiveram um trabalho extraordinário no sentido de preparar exposições para lhes trazer aqui.

Como eu dizia, há 20 anos era muito fácil ser director da CDO. Hoje, com esta pressão que se vive e fundamentalmente porque a pressão que se vive tem que ver com a sobrevivência, a existência, é isso que está em causa, às vezes é dramático e muitas vezes tomamos posições e dizemos: e o que pensa a Classe disto? Paciência, pense o que pensar, parece que este é o melhor caminho. E daí, o que se tem conseguido e às vezes o que não se tem conseguido.

Dito isto, chegou o momento de os Colegas intervirem, colocarem as dúvidas que têm ou que eventualmente estejam no vosso espírito, aproveitem a oportunidade e façam como diz o Colega Veiga Pires: a pergunta estúpida é aquela que não se faz.

Portanto, estejam à vontade...

CONCLUSÕES

1. Foi preocupação da CDO, antecipar conhecimentos, leis e técnicas, de forma a que cada DO possa preparar-se com toda a antecedência, nos caminhos do futuro, aliás como é nosso hábito.
2. Dois temas mereceram a nossa especial preocupação – o AEO e o Estatuto do Representante Aduaneiro, ambos ainda não completamente definidos, dado que o CAM, ainda não aprovado, perspectiva algumas alterações ao sistema actual.
3. De tudo isto, o que é extraordinariamente importante, é necessário que os Colegas, de forma ponderada e prudente, interiorizem que estes conceitos, quando em vigor, imporão necessariamente, uma relevante alteração dos comportamentos:
Aumentará a concorrência e consequentemente as novas formas e essencialmente, a capacidade de responder aos nossos clientes, os Operadores Económicos. Aliás,
4. As tendências do Comércio Internacional, demonstram suficientemente que teremos de ter uma capacidade de adaptação acrescida, de forma a podermos responder em tempo e adequadamente, a todas as solicitações que serão cada vez maiores.
5. Teremos de ter presente que o nosso futuro profissional, dependerá essencialmente, da capacidade que tivermos, de demonstrar que somos, como somos, um valor acrescido na cadeia do Comércio Internacional.
6. A Câmara dos Despachantes Oficiais, sempre procurará antecipar-vos conhecimentos, esclarecer dúvidas e preparar-vos para o futuro.
7. Somos responsabilmente, os principais parceiros da DGAIEC, das Alfândegas e dos Operadores Económicos.
8. Julgamos que este Encontro, serviu exactamente para demonstrar o que atrás fica referido.
9. Saibamos estar atentos e responsáveis com os novos regimes e em união com a CDO,
10. encontrarmos a futura nova forma de estar profissionalmente.

Ponta Delgada, 2 de Novembro de 2007



p. 2 Novo Código Aduaneiro pode trazer mais eficiência ao transporte

O VII Encontro Nacional de Despachantes Oficiais é subordinado ao tema "Alfândegas e Segurança: Um Binómio para o Século XXI"...



■ ENCONTRO DE DESPACHANTES

Sector aduaneiro debatido em Ponta Delgada

As mais recentes actividades aduaneiras exigem um esforço de debate e especialização dos novos desafios que se colocam a todos os profissionais. Esta foi uma das preocupações manifestadas pelo vereador da Câmara Municipal, José Manuel Medeiros, na abertura do VII Encontro Anual de

Despachantes Oficiais.

O responsável autárquico reconheceu a importância deste encontro em Ponta Delgada, um tema que – afirmou – toca em especial os Açores, dado o volume, sobretudo das importações feitas pela Região. Para José Manuel Medeiros, quer no contexto nacional, quer no

contexto europeu, a informatização da exportação e importação, no âmbito do novo ambiente informático da União Europeia, "as novas regras legais de regulação da actividade e a coexistência profissional nesta área económica, constituem importantes temas de reflexão que devem ser encetados como desa-

fios permanentes". Segundo referiu, as mudanças, quer reais como em outras áreas de actividade, "geram alguma intranquilidade mas, também, sabemos que, em regra, as mudanças constituem momentos e oportunidades para se avançar rumo ao desenvolvimento", disse.

E foi sobre o desenvolvimen-

to da cidade que o responsável camarário quis falar na abertura deste encontro técnico em Ponta Delgada. O vereador José Manuel Medeiros sublinhou a especial vocação de Ponta Delgada para acolher a realização de encontros como este, de dimensão nacional e internacional: "A nossa cidade está cada vez melhor preparada para ser o palco privilegiado do turismo de congressos, que interessa sobretudo à Região Autónoma dos Açores, até como complemento à época balnear, que é por tradição uma altura do ano com menos procura", corroborou. A dimensão do município, o facto deste ser o mais populoso concelho dos Açores, bem como a realidade económica de Ponta Delgada foram aspectos realçados pelo autarca. José Manuel Medeiros informou que o concelho registava há dois anos cerca de 1650 empresas – mais de 30% do sector empresarial dos Açores – com quase 2300 estabelecimentos e um número superior a 18 mil trabalhadores, maioritariamente associados ao Comércio, Agricultura, Alojamento e Restauração, Actividades Imobiliárias e Indústrias Transformadoras. Acrescentou, ainda, que Ponta Delgada já concentra 60% das 100 maiores empresas dos Açores e consolida ainda mais a sua posição líder, em áreas como a hotelaria e a imobiliária, num esforço global da iniciativa privada que ronda actualmente os 500 milhões de euros.

Açoriano Oriental

© 1995 ANTOJO JORNAL PORTUGUÊS FUNDADO EM 1870 POR MANUEL ANTONIO DE VASCONCELOS • DIRECTOR PAULO SIMÕES • ANO 107 Nº 36420 • SÁBADO, 3 DE NOVEMBRO DE 2007 • 0,75 € IVA INCLuíDO

Ponta Delgada recebe 540 reclamações por ano

Desde 2002, o Gabinete de Apoio ao Município já deu entrada a 2710 queixas relativas a obras particulares e municipais, higiene e limpeza do concelho. Mesmo assim, o número de protestos tem vindo a baixar **PÁGINA 10**



Alfândegas mais seguras e eficientes a partir de 2008

O objectivo será possível com a entrada do novo código aduaneiro, modernizado, permitindo maior rapidez de movimentos de mercadorias e transportes. Ideia foi deixada no Encontro de Despachantes Oficiais **PÁGINA 10**



DESPORTO

Santa Clara pede à Liga mais atenção com as arbitragens

HOMENAGEM

Foi exactamente em 14 de Maio de 1982 que foi constituída a CONFIAD – Confédération Internationale des Agents en Douane.

Consequência de uma perspectiva visionária de um grupo de Associações representativas dos Despachantes Oficiais da Itália, Espanha, Grécia e Portugal, a que logo aderiram a Francesa, e a Cipriota, a CONFIAD desde o seu início, procurou consagrar a identidade e a afirmação internacional de uma Classe, a dos Despachantes Oficiais, pouco menos que desconhecida fora do contexto nacional, ao mesmo tempo que, paulatinamente tentava o seu reconhecimento, junto das grandes Instituições Europeias.

Com uma visão antecipada de futuro, como resulta da circunstância de na altura da sua constituição a Espanha, a Grécia e Portugal, não terem ainda aderido à hoje, União Europeia, foi desde logo entendido que a resolução das questões essenciais, só poderiam ser encaradas com uma forte representação da Classe e no local

onde os poderes estavam instalados – Bruxelas.

Assentes as bases da sua própria sustentação, o que ocorreu até 1985, logo partiu a CONFIAD para o temível desafio do Mercado Único anunciado.

Desta data para frente, foi desenvolvida toda uma luta, para reparar as suas consequências, aliás bem conhecidas.

E depois, surgem os preparativos para o alargamento da União Europeia.

Entretanto, viveram-se de forma intensa, as várias revisões do Código Aduaneiro Comunitário, onde sempre a CONFIAD teve um papel relevantíssimo, aglutinando posições e vontades, no sentido tido como mais conveniente para a Classe.

Obviamente que as Instituições são aquilo que forem aqueles que delas participam e as dirigem.

Por tudo isso, esta homenagem do Boletim da CDO, a todos quantos serviram a CONFIAD ao longo destes 25 anos, com prejuízo muitas vezes da sua vida pessoal, mas sempre com um enorme sentido de responsabilidade e disponibilidade.

Foi esse esforço que permitiu o reconhecimento de que actualmente desfruta, pelo que hoje, a CONFIAD, após as adequadas alterações estatutárias e para aumentar a sua capacidade de abrangência, passou a denominar-se CONFIAD – PANEUROPEAN NETWORK, integrando além das iniciais, as Associações representativas da Rússia, Turquia, Bulgária, Letónia, Polónia, Hungria, Malta e, recentemente, a Moldávia.

O sonho e a visão de há 25 anos, estão concretizados.

NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

O presente ano foi dominado a nível internacional, sem prejuízo de outros temas eventualmente sensíveis, pela discussão e definição de estratégias, respeitantes ao Novo Código Aduaneiro Comunitário.

A proposta da Presidência Alemã e a sua aceitação pela Comissão Europeia, irão condicionar a deliberação do Parlamento Europeu, em 2.ª leitura à hora do fecho desta edição do Boletim.

Nesta última, é previsível que não existam grandes alterações, à proposta da Presidência Alemã, designadamente no que se refere ao estatuto do Representante Aduaneiro, definido como consta do Documento Interinstitucional File 2005/O246 (COD), de 16.05.07.

A CDO, por este motivo, desdobrou-se em reuniões que, na sua grande maioria, tiveram como objectivo, a correcta definição do estatuto do Representante Aduaneiro, tal como é por si entendido e que parece vir a consolidar-se.

A seguir referem-se algumas dessas reuniões:

CLECAT

- Reunião com a TAXUD – Bruxelas 09.03.07
- Reunião Tax Form – Bruxelas 19.03.07
- Reunião do CITI E-Customs and Indirect Taxation Institute – Bruxelas 20.03.07
- Reunião do CITI – Bruxelas 13.04.07
- Reunião do CITI – Bruxelas 21.09.07
- Assembleia Geral do CLECAT – Bruxelas 28.11.07

De referir que na Assembleia Geral aqui mencionada, O Presidente do Conselho Directivo da CDO, Dr. Fernando Carmo, foi reeleito Presidente do CITI (Customs and Indirect Taxation Institute).



CONFIAD

- Assembleia Geral - Gent 26.01.07
- Nesta Assembleia Geral, o Presidente do Conselho Directivo da CDO, foi reeleito Presidente da CONFIAD.
- Reunião do Conselho Directivo – Bruxelas 14.04.07
 - Reunião do Conselho Directivo – Gent 25.05.07
 - Reunião do Conselho Directivo – Gent 20.07.07
 - Reunião da Assembleia Geral e do Conselho Directivo – 26.10.07

- Conferência evocativa dos XXV anos da CONFIAD 26-10-07



Por iniciativa da ANASPED – Federation Nazionale Spedizionieri Doganali (Itália), apoiada pelo Conselho de Direcção da CONFIAD, realizou-se em Bari (Itália) no passado dia 26 de Outubro, uma Conferência, destinada a celebrar o XXV Aniversário desta Confederação.



Presentes Altas Autoridades Administrativas e Consulares da maioria dos Países Membros da CONFIAD, do Senhor Michel Grave, Chefe de Unidade da Taxud, em representação da Comissão Europeia, de Ilustres Convidados e de Representantes de todos os Membros da CONFIAD. Foi ampla e justificadamente ,evidenciado e aplaudido, o percurso desta ao longo dos tempos e o seu actual e reconhecido posicionamento, a nível das Instituições Europeias, em defesa dos interesses dos Representantes Aduaneiros.



LISTAGEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

ABÍLIO PEREIRA FERREIRA	ANTÔNIO PEREIRA DA CUNHA	DOMINGOS MONTEIRO XAVIER
ACÁCIO AUGUSTO DOS SANTOS E SOUSA	ANTONIO PEREIRA LOPES	DUARTE VELADA ROSADO
ACÁCIO FRANCISCO JOSÉ PINTO BASTOS REBELO	ANTÔNIO DA ROCHA TEIXEIRA	EDMUNDO JOSÉ DIAS DOS SANTOS
ADELINO FERNANDO MARQUES PEREIRA	ANTÔNIO RODRIGUES MARQUES	EDUARDO FILIPE DE ANDRADE CONRADO
ADELINO INFANTE GOUVEIA	ANTÔNIO ROSA NUNES	EDUARDO JOSÉ DE SOUSA
ADERITO NUNES MONTEIRO	ANTONIO ROSA DOS SANTOS	EDUARDO MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
ADRIANO DE ALMEIDA VALENTE	ANTÔNIO SARAIVA VILAÇA	EDUARDO MANUEL CHAMINÉ POÇAS FERREIRA
ADRIANO GOMES PINHAL	ANTÔNIO DA SILVA MARTINS CARNEIRO	EDUARDO MARTINHO CONCEIÇÃO
AFONSO PINTO DE OLIVEIRA	ANTÔNIO DA SILVA PRATES	EDUARDO DA SILVA RANGEL
AGOSTINHO FRANCISCO DUARTE DE BRITO	ANTÔNIO SIMÕES GODINHO	ELEUTÉRIO DA CRUZ SERRANO
AIRES PEREIRA DA SILVA LAVOS	ANTONIO SIMOES DA SILVEIRA	ELISIO NOGUEIRA CARDOSO
ALBANO DE MAGALHÃES DA CUNHA GIL	ANTONIO DA VEIGA FREIRE	EMÍLIO LUÍS CARVALHO DE ALMEIDA
ALBERTINO FERREIRA DA SILVA	ANTONIO VITAL D'ALMEIDA ROSADO	EMÍLIO MANUEL DA SILVA CORRÊA
ALBERTO ALEXANDRE PAIS PIRES	ANTONIO VITOR DE MESQUITA FERREIRA	ERNESTO MANUEL OLIVEIRA DA SILVA RELVAS
ALBERTO AUGUSTO DA COSTA	ARLINDO ANTONIO MARQUES R. DE ALMEIDA	EUGÉNIO MORGADO BARRÃO DA SILVA
ALBERTO CARLOS MARGALHO COUTINHO	ARLINDO NUNES CASTELÃO	EURICO ARNALDO DE SOUSA E MENEZES
ALBERTO FARINHA RODRIGUES	ARMANDO ALBERTO SIMOES PEREIRA	FELISBERTO DUARTE FERREIRA DA SILVA
ALBERTO JOSÉ DE SERPA TELLO DE CASTRO	ARMANDO AUGUSTO TROVISCO AIRES	FERNANDA MARIA RIBEIRO CASTANHEIRA MENDES
ALBERTO JOSÉ VIEIRA	ARMANDO LUÍS BORGES MESQUITA	FERNANDA DA SILVA ARAÚJO
ALBERTO PINTO DE CARVALHO	ARMANDO RIBEIRO DE ANDRADE	FERNANDO ALBERTO DOS SANTOS LOYO
ALBERTO PIRES BAPTISTA	ARMANDO DA SILVA AMARAL	FERNANDO ALFREDO DOS SANTOS GONÇALVES
ALBINO FERREIRA DE GUEIRÓS	ARMENIO SIMOES DA SILVEIRA	FERNANDO DE ALMEIDA MOUTA
ALBINO MARTINS DOS REIS PRATA	ARMINDO DA CONCEIÇÃO ESPERANÇA	FERNANDO DE ALMEIDA NOGUEIRA
ALEXANDRE ARTUR CERTEL VIEIRA LOBO	ARMINDO CORREIA LEITE	FERNANDO ANTÔNIO AMARO DOS SANTOS
ALFREDO BARBOSA DA FONSECA	ARTUR JOSÉ DE OLIVEIRA FERREIRA DA VINHA	FERNANDO AUGUSTO CARDOSO MOREIRA
ALFREDO DA CONCEIÇÃO GARRIDO	ARTUR MARQUES RODRIGUES	FERNANDO BENTO DOS SANTOS MARGUES
ALFREDO MARTINS GONÇALVES DE AZEVEDO	ATÍLIO LOURENÇO MESQUITA GUERRA	FERNANDO CARLOS DE ALMEIDA PINHEIRO
ALFREDO DOS SANTOS MELLA	AUGUSTO ISMAEL BEIRÃO VIEIRA	FERNANDO CARLOS D. DA CERVEIRA PINTO
ALFREDO SOARES FERREIRA	AUGUSTO MARTINS VIEGAS	FERNANDO CARVALHO PEIXOTO
ÁLVARO ADELINO GOMES DE ANDRADE	AUGUSTO DA SILVA QUINTAS	FERNANDO CÉSAR BATALHA LOPES PEDROSA
ÁLVARO FERNANDES CASTELA	AVELINO PEIXOTO FEIO DE AZEVEDO	FERNANDO DIAS MOREIRA
ÁLVARO JOAQUIM DOS SANTOS PAULA DOS REIS	AVELINO RIBEIRO DOS SANTOS VEIGA	FERNANDO DIAS DOS SANTOS
ÁLVARO TEVES FRANCO DE LEMOS	BALTAZAR RODRIGUES PEDROSA E CASTRO	FERNANDO DUARTE FERREIRA BARATA
AMÂNDIO JOAQUIM DA SILVA PEIXOTO	BASÍLIO ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA	FERNANDO DA ENCARNACÃO CARRILHO
AMÉRICO CARRETERO GOMES DE AGUIAR	BELARMINO FERNANDES JOAQUIM	FERNANDO EUGENIO DE ABREU
ANDRÉ FILIPE PRATA DE LIMA DE SOUSA PINTO	BENJAMIM VALENTE	FERNANDO GONÇALVES DIAS
ANGELO ROSA PIRES	BERNARDINO GERALDES DOS SANTOS	FERNANDO JORGE FERNANDES DA CERVEIRA PINTO
ANIBAL JOSÉ ANDRADE FERNANDES DA SILVA	BERNARDO MARIA DE SOTTOMAYOR NEUPARTH	FERNANDO JORGE MARTINS FERREIRA DE BRITO
ANSELMO HENRIQUE DUARTE COUTO	CAMILO ARMANDO DE SOUSA OLIVEIRA	FERNANDO JOSÉ PINTO COELHO
ANTÔNIO ABEL CORUJEIRA	CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA	FERNANDO JOSÉ DA SILVA PINTO COELHO
ANTONIO ADELINO TEIXEIRA MOREIRA	CÂNDIDO JOSE MENDES MAURICIO	FERNANDO LOPES ROSA
ANTÔNIO BARBEDO VIEIRA TINOCO	CARLOS ALBERTO BALEIA MATIAS	FERNANDO LUIS SILVA TAVARES
ANTÔNIO BRAGA BARROS	CARLOS ALBERTO BAPTISTA MARTINHO	FERNANDO MANUEL DO CARMO
ANTÔNIO CARLOS COSTA LEAL	CARLOS ALBERTO CONSTANTE DOMINGUES	FERNANDO MANUEL CARVALHO ALMEIDA
ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES DO AMARAL	CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO COUTO	FERNANDO MANUEL FERREIRA CARDOSO
ANTÔNIO COELHO BARBOSA	CARLOS ALBERTO DIAS AMADO	FERNANDO MANUEL PEREIRA TAVARES
ANTONIO DIOGO CAVACO	CARLOS ALBERTO DIAS VAZ DE MEDEIROS	FERNANDO MANUEL RIBEIRO DE CASTRO
ANTÔNIO DULCÍDIO DA COSTA ALMEIDA	CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES	FERNANDO MANUEL RIBEIRO DA COSTA
ANTONIO FELICIANO MEDEIROS CALDEIRA	CARLOS ALBERTO LOPES CORREIA	FERNANDO MANUEL DA SILVA PEREIRA CANASTRO
ANTONIO FERNANDES	CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA DUQUE	FERNANDO MANUEL DE SOUSA DOS S. CLAUDINO
ANTÔNIO FERNANDES DE ABREU	CARLOS ALBERTO PEREIRA FERNANDES	FERNANDO MARIO FERREIRA BICHO
ANTÔNIO FERNANDO CRISTINA CRUZ E FERRO	CARLOS ALBERTO PIRES LEMOS	FERNANDO MORAIS DE ALMEIDA AGUIAR
ANTONIO FERNANDO DE FREITAS E SILVA PINTO	CARLOS ALBERTO ROCHA ALVES	FERNANDO DE OLIVEIRA DOMINGUES
ANTÔNIO FERNANDO PINTO DE ANDRADE	CARLOS ALBERTO ROSA DOS SANTOS	FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
ANTÔNIO GIL TADEU	CARLOS ALVES COELHO FARIA	FERNANDO DO REGO DE AMORIM
ANTÔNIO JOÃO FLORINDO CADETE	CARLOS ANTÔNIO CHAMBERS DE SOUSA PINTO	FERNANDO REIS DINIZ
ANTÔNIO JOAQUIM DE CAMPOS CARVALHO	CARLOS CIPRIANO DA COSTA	FERNANDO DE SOUSA LOPES
ANTÔNIO JOAQUIM DA CUNHA LOPES	CARLOS JORGE ILHA GUEDES DA SILVA	FERNANDO VENTURA LAGE
ANTONIO JOAQUIM MENDONÇA FERREIRA	CARLOS JORGE DOS SANTOS RODRIGUES	FRANCISCO ANTÔNIO VAZ RATO VIDINHA
ANTÔNIO JOAQUIM NEVES MATIAS	CARLOS LUIS PEREIRA	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA
ANTÔNIO JOAQUIM SOARES FERREIRA	CARLOS MANUEL DO AMARAL VIEIRA	FRANCISCO MANUEL TEIXEIRA QUINTAS
ANTÔNIO JORGE MONTEIRO MARTINS ALVES	CARLOS MANUEL CORREIA MARQUES	FRANCISCO DE PAULA DE ALMEIDA T. DE SENA
ANTONIO JOSÉ CAMPOS CORUJEIRA	CARLOS MANUEL DAMAS PELADO	FRANCISCO VARANDAS FERNANDES
ANTÔNIO JOSÉ DELGADO CHAVEIRO	CARLOS MANUEL GÓIS DOS SANTOS	GABRIEL CESAR DAS NEVES COELHO
ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA SEMEANO	CARLOS MANUEL DE JESUS FERNANDES	GUILHERME DE JESUS ESTRIGA ARRANHADO
ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS PATRÍCIO	CARLOS MANUEL PEREIRA DOS REIS	GUILHERME JOSÉ AZEVEDO MESQUITA
ANTONIO JOSE SIMOES DE ALMEIDA	CARLOS MANUEL PONTE JÚLIO	HAMILTON MANUEL DE OLIVEIRA MARGUES MAIO
ANTÔNIO LUÍS MOREIRA DIAS	CARLOS MANUEL ROLO BEATO	HÉLDER MANUEL AMORIM DOS SANTOS PEREIRA
ANTÔNIO LUÍS SANCHES LUÍS	CARLOS PEREIRA DA SILVA	HÉLIO MAURI CARVALHO PEREIRA
ANTÔNIO MADEIRA CASTELO BRANCO	CARLOS ROBERTO DE VILHENA O. A. BOTELHO	HENRIQUE CARLOS CANELAS DE OLIVEIRA
ANTÔNIO MANUEL DE BARROS RODRIGUES	CASTOR JOAQUIM CALDEIRA SANTANA	HENRIQUE JOSE DO CARMO TEIXEIRA GRÁCIO
ANTÔNIO MANUEL BRAGAÇA RJO	CELESTINO PEDRO RAMOS	HERCULANO JOSÉ POMBINHO
ANTONIO MANUEL RODRIGUES FERNANDES	CESÁRIO GUILHERME FERREIRA	HERMÍNIO JOSÉ MONTEIRO CAETANO
ANTÔNIO MANUEL DOS SANTOS LADEIRAS	CLAUDEMIRO DE MAGALHÃES GUEDES DA SILVA	HERNANI JOSE SANTANA DA CONCEIÇÃO
ANTÔNIO MARIA MAGRO ROSA	CUSTÓDIO PEREIRA FERREIRA	HILÁRIO RODRIGUES PACHECO
ANTÔNIO MENDES DUARTE	DANIEL DA COSTA RODRIGUES	HUMBERTO HILÁRIO PINTO
ANTONIO MIGUEL CONDEÇA BAIÃO	DANIEL DOS SANTOS BRANCO VASCO	HUMBERTO RESENDES DE MELO
ANTÔNIO MIGUEL NOGUEIRA CARDOSO	DANIEL DA SILVA BASTOS	ILDA MARIA DE JESUS MONTEIRO
ANTÔNIO MIGUEL DOS SANTOS R.FERNANDES	DAVID MANUEL DE ABREU	IVO CANDEIAS ANICETO
ANTÔNIO MOREIRA DA COSTA RAMOS	DAVID MANUEL BASÍLIO DE PINHO	JACINTO CABRAL TRAVASSOS
ANTONIO MORGADO MACEDO	DELFIN MANUEL DA COSTA OLIVEIRA	JAIME CASTANHEIRA MENDES CORREIA
ANTÔNIO NEVES PINTO	DIOGO ALBERTO CASAIS F.MAGALHÃES	JAIME PEREIRA GREGÓRIO
ANTÔNIO OLIVEIRA RIBEIRO	DOMINGOS ANTÔNIO NEVES PINTO	JAIME SIMÃO CARNEIRO
ANTÔNIO DE OLIVEIRA RODRIGUES CIRNE	DOMINGOS JOSÉ DE SOUSA VALENTE	JERONIMO GONÇALVES PEREIRA ANTUNES

JOAO ALVES FEVEREIRO	JOSÉ INÁCIO RAMADA LEITE COSTA LOPES	MANUEL OLIVEIRA MARTINS
JOAO ANTONIO DA SILVA ALMEIDA	JOSÉ DE JESUS DOS SANTOS ROSA	MANUEL PEDRO VIEIRA FONTES
JOAO ANTONIO DE SOUSA	JOSE JOAO BRAS MATIAS	MANUEL RAUL GOUVEIA TEIXEIRA
JOÃO AUGUSTO LOPES PALA	JOSE JOAO RODRIGUES CENTENO	MANUEL DOS SANTOS PEREIRA
JOAO BALTAZAR SILVA CARMONA	JOSÉ JÚLIO ROMA DE ANDRADE	MANUEL VICENTE COELHO DE ALMEIDA
JOAO BARATA FERNANDES	JOSE JUSTINO VEIGA DA SILVA	MARCO PAULO DA PURIFICAÇÃO TEIXEIRA
JOAO CARLOS FREIRE DE OLIVEIRA	JOSÉ LAMEIRAS DE SOUSA	MARIA CRISTINA VITORINO DE CASTRO
JOÃO CARLOS PESSOA ALVES GARCIA	JOSE LUIS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES LEMOS	MARIA JULIA AMARO FERNANDES DE CARVALHO
JOAO CARLOS RIBEIRO DE SOUSA MAGALHÃES	JOSÉ LUIS MARTINS DE FREITAS	MARIA MADALENA DOS S. NOGUEIRA CARACOL
JOAO CARLOS DA SILVA MELO DE SOUSA	JOSE LUIS OLIVEIRA QUELHAS	MARIO ALCINO MENDES DE OLIVEIRA
JOÃO DA CRUZ TEIXEIRA GONÇALVES	JOSE LUIS PINHO FERREIRA	MÁRIO ALEXANDRE ALVES JORGE
JOÃO EMÍLIO PIMPÃO CARQUEIJA	JOSE MACHADO MIRANDA	MÁRIO ANTÔNIO ROSA DE MATOS OLIVEIRA
JOAO GUILHERME PEREIRA RODRIGUES	JOSE MACHADO DA SILVA	MARIO AUGUSTO DE AGUIAR BARRELA
JOAO HERCULANO RIBEIRO DE ARAGAO	JOSE MANUEL DE ALMEIDA MARQUES	MARIO AUGUSTO NETO BARROCA
JOÃO JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA	JOSÉ MANUEL BAPTISTA TECEDEIRO	MARIO CELESTINO DE FREITAS DUARTE D'ALMEIDA
JOAO JORGE SILVA DE LA FERIA	JOSE MANUEL DINIZ MARIA	MARIO FERNANDO BAPTISTA DA COSTA
JOAO JOSE FERREIRA DE MOURA BOTAS	JOSÉ MANUEL GUIMARÃES DA COSTA	MARIO FERNANDO DA SILVA SIMOES
JOAO JOSE LORDELO TEIXEIRA	JOSÉ MANUEL HENRIQUES FORTUNATO	MARIO GABRIEL DOS SANTOS BARBOSA CARDOSO
JOÃO JOSÉ ROSA GUERRA	JOSE MANUEL DE LEMOS MARQUES SOBREIRO	MARIO DO NASCIMENTO GOMES
JOAO LUCIO DA COSTA LOPES	JOSE MANUEL DA LUZ MARANHAS	MARIO NUNES MENDES
JOAO LUIS FERNANDES FERREIRA	JOSE MANUEL MENDES DE CARVALHO	MARIO DE SOUSA FERREIRA DE BRITO
JOÃO LUIS DE FREITAS RODRIGUES	JOSE MANUEL PEIXOTO PAIS	MARIO DE SOUSA GONÇALVES
JOAO LUIS MANTA PEREIRA	JOSE MANUEL DOS SANTOS DE MORAIS ANTAS	MARIO VASCO CANHAO PAIXAO
JOAO LUIS DA SILVA LEMOS VALENTIM	JOSÉ MANUEL DA SILVA CRISTÓVÃO	MILITAO ANTONIO MONTEIRO CANDEIAS
JOÃO LUIS DE SOUSA ABREU	JOSE MANUEL DA SILVA GONÇALVES SOBRAL	NELSON AUGUSTO LOPES BATALHA
JOAO MANUEL DE LIMA CASQUEIRO HADERER	JOSÉ MANUEL VIEIRA RIBEIRO	NELSON OSCAR DE SOUSA PINTO
JOAO MANUEL DE OLIVEIRA COUTO	JOSÉ MANUEL XAVIER RIJO	NELSON RAUL DOS SANTOS FERREIRA
JOÃO MANUEL PARREIRA MOURA MARQUES	JOSE MARIA ALVES MARTINS DOS SANTOS	NORBERTO DIAS DOS SANTOS
JOAO MANUEL PIRES	JOSE MARIA GODINHO ESPIRITO SANTO	NUNO GABRIEL FERREIRA DE MESQUITA PIRES
JOÃO MANUEL RIBEIRO SOBERANO	JOSE MARIA DA SILVA SOARES RIBEIRO	NUNO MANUEL MORENO DE EÇA BRAAMCAMP
JOÃO MANUEL RIBEIRO TEXUGO DE SOUSA	JOSÉ MARIANO LAPA BATISTA	NUNO DE MESQUITA GABRIEL DOS SANTOS PIRES
JOAO MANUEL RODRIGUES CANELAS	JOSE MIGUEL DA SILVA COSTA	ORBÍLIO AUGUSTO GONÇALVES LOPES
JOAO MARGARIDO CRUZ PINTO DOS REIS	JOSE DO NASCIMENTO CANDEIAS CUSTODIO	ORLANDO ESPIRITO SANTO ALVARES
JOAO MARIA DO CARMO GOMES PELOTAS	JOSE OSCAR DE MACEDO ALVES	ORLANDO JORGE FERREIRA CARNEIRO ZAGALO
JOAO MARIA MARTINS BAIONETO	JOSE DE PAIVA LIMA	ÓSCAR CARNEIRO JALES
JOAO MENDONÇA CORREIA	JOSE RAMOS MARTINS	OSCAR FERNANDO VALENTE VELUDO
JOAO PAULO SALGADO FERNANDES LOPES	JOSE RAUL DE SOUSA PINTO	PAULA MARIA RAMADA LEITE DA C. LOPES VICENTE
JOÃO PEDRO NEVES DA CUNHA FERREIRA	JOSE RIBEIRO ALVES	PAULO JORGE DE GUSMÃO TEIXEIRA
JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA PARALVA	JOSE DA ROCHA MONTEIRO	PAULO JORGE MAIO DE ANDRADE
JOÃO PEDRO DA ROCHA BARROS	JOSE RODRIGUES SOARES	PAULO JORGE MENDES PIRES
JOÃO PEDRO SANTOS DE ALMEIDA	JOSÉ SANTOS FERREIRA	PAULO JOSE BORGES DE LIMA
JOÃO ZULMIRO FERREIRA DE OLIVEIRA	JOSÉ DA SILVA NUNES	PAULO RICARDO FIGUEIRA FERREIRA
JOAQUIM ANTÔNIO FERREIRA DE MATOS	JOSÉ SILVINO MAGALHÃES DE SOUSA	PAULO RUI FELIX VARGAS DA COSTA
JOAQUIM ANTONIO LOPES BRAGA	JOSE VIDEIRA MARQUES	PAULO SÉRGIO DOS SANTOS GOUVEIA
JOAQUIM ANTÔNIO NUNES REBORDÃO	JOSÉ VIEIRA FERNANDES PALHA	PEDRO MANUEL BALTAZAR FONTOURA
JOAQUIM DE BRITO MENDES	JÚLIO ADELINO ALVES NOGUEIRA	QUINTINO COSTA VELHO
JOAQUIM CARDOSO CORREIA	JULIO ANTONIO ASCENÇÃO CACHAPA	REINALDO LUCAS DE CARVALHO
JOAQUIM FERNANDES DE ABREU	JULIO DINIS ESTEVES PEREIRA	RICARDO JOAQUIM DE VASCONCELOS P. GUIMARAES
JOAQUIM GALEGO BRANCO ALAS	JÚLIO VARELA MONTEIRO CONCEIÇÃO	RUI ACACIO MARQUES RODRIGUES DE ALMEIDA
JOAQUIM JOSE PARREIRA FRAGOSO	LUCÍLIA MARIA CRISTÓVÃO NUNES DE JESUS	RUI ALBERTO DA SILVA SIMOES
JOAQUIM DE LIMA MOREIRA VAZ	LUDGERO AGOSTINHO LUIS	RUI ALBERTO VENTURA MANGERIÇÃO
JOAQUIM MARIA DA COSTA	LUÍS ALBERTO BARROS DA SILVA	RUI ALEXANDRE LEITAO DA ANUNCIAÇÃO
JOAQUIM MARQUES	LUIS AMANDIO DUARTE DA SILVA BOUCEIRO	RUI FILIPE CASTELA RAMOS PEREIRA
JOAQUIM ROSA GONÇALVES	LUIS ARTUR PEREIRA DE ALMEIDA	RUI HELDER DA COSTA SANTOS
JOAQUIM TEIXEIRA DE CARVALHO BRITES	LUÍS AUGUSTO ALMEIDA NOGUEIRA	RUI JOAQUIM AZEVEDO PEREIRA
JOEL PENEDO MARQUES DUARTE	LUIS AUGUSTO DUARTE	RUI JOSÉ AZEVEDO DE OLIVEIRA
JORGE AFONSO CARDOSO F. PINTO DE OLIVEIRA	LUIS DE DEUS	RUI MANUEL MARTINS RIBEIRO
JORGE ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA	LUIS FERNANDO DA VEIGA PIRES	RUI MENDES FERREIRA
JORGE BARNABÉ ALEMAO REBELO	LUIS FILIPE ENGENHEIRO DOS SANTOS	RUI PAULO DOS SANTOS CASIMIRO
JORGE LEAL REBELO VIEIRA	LUIS FILIPE DOS SANTOS LANÇA DA SILVA GOMES	RUI PEREIRA PATO
JORGE MANUEL DE ARAUJO TEIXEIRA	LUIS FILIPE DE VILHENA DE ANDRADE BOTELHO	RUI SOARES FERNANDES
JORGE MANUEL FRANCO RODRIGUES BARATA	LUIS DE JESUS RODRIGUES	SECUNDINO CRISTÓVÃO B. ALVES DE QUEIRÓS
JORGE MANUEL SARAIVA BRANDAO	LUÍS JORGE XAVIER RIJO	SIMÃO PEDRO FERREIRA CABRAL NEVES
JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA DE BRITO	LUIS MANUEL JESUS DA COSTA	SÔNIA CRISTINA RIBEIRO ALVES FEVEREIRO LATAS
JORGE MARTINS DIONISIO	LUÍS MANUEL DA SILVA MESSIAS	TEODORO JOSÉ MIGUEL LEOTE
JORGE MOREIRA RAPOSO	LUIS ORNELAS GLÓRIA	VALDEMAR LUIS DA COSTA
JORGE PRIMO PINTO SOROMENHO	LUIS DA PURIFICAÇÃO MERINO	VASCO DE ALMEIDA
JOSÉ AGOSTINHO RODRIGUES JORGE	LUIS SILVA DA CUNHA GONZAGA	VASCO CANTARILHO DA CONCEIÇÃO VERDES
JOSE ALBERTO CAMPOS COSTA	LUIS VALDOMAR DA SILVA SANTOS PEDROSA	VICTOR HUGO LEMOS DA COSTA ANTUNES
JOSE ALFREDO SILVA AGULHEIRO	MANUEL AIRES BRILHANTE SOBRAL	VILMARO RIBEIRO DE QUEIROS
JOSÉ ANTÔNIO FERNANDES FERREIRA	MANUEL ALVES SIMOES	VITOR HUGO CÂNDIDO DUARTE
JOSÉ ANTÔNIO GUEDES VAZ DE SÁ CARNEIRO	MANUEL ANTERO PEREIRA DOS SANTOS	VITOR MANUEL ALVES RAMOS DOS SANTOS
JOSÉ ANTÔNIO MARQUES ANTUNES	MANUEL ANTONIO LADEIRAS	VITOR MANUEL OSORIO GEADA
JOSE ANTONIO DOS SANTOS RUIMINHO	MANUEL ANTUNES DO AMARAL	VITOR MANUEL DOS SANTOS MARQUES
JOSE ANTONIO DA SILVA QUINTAS	MANUEL AUGUSTO ADRIANO MAYER RAPOSO	ZACARIAS MALHEIRO DA SILVEIRA
JOSÉ ANTÔNIO SOARES ARRUDA	MANUEL AUGUSTO ROCHA	ZELIO MANUEL MOTA DE CARVALHO
JOSE ARNALDO SOUSA TUNHAS MAYAN COSTA	MANUEL AUGUSTO DE SOUSA PEREIRA	
JOSÉ AUGUSTO ALVES BARROSO MANTA PEREIRA	MANUEL DUARTE MEIRELES BELEZA DE ANDRADE	
JOSE AUGUSTO CABO VERDE MENDES	MANUEL FELISBERTO DA ENCARNAÇÃO	NOVOS DESPACHANTES
JOSE AUGUSTO LOURO ESPERANÇA	MANUEL FERNANDES TAVARES	- ANTONIO MIGUEL DOS SANTOS R. FERNANDES
JOSE AUGUSTO RODRIGUES GOMES	MANUEL FERNANDO BRAGANÇA RIJO	- FELISBERTO DUARTE FERREIRA DA SILVA
JOSE AUGUSTO DA SILVA PATO	MANUEL FERNANDO CARVALHO PEIXOTO	- FERNANDA DA SILVA ARAÚJO
JOSE BARROS DA ROCHA	MANUEL FERNANDO LOPES	- ÓSCAR CARNEIRO JALES
JOSE CARLOS CARILHO PINTO	MANUEL FERNANDO PEREIRA CRESPO	
JOSE CARLOS DA SILVA FILIPE	MANUEL FERREIRA DE MORAIS ANTAS	
JOSE EDUARDO LEAL MOITA	MANUEL JOAO REISINHO BELEZA DE ANDRADE	FALECIMENTOS
JOSE FERNANDO FERREIRA MARTINS	MANUEL JOAQUIM DE AMORIM NUNES	- ANTONIO CÉSAR ALVES MORAIS PEREIRA
JOSÉ FERNANDO DE JESUS TEIXEIRA DOMINGUES	MANUEL JORGE AZEVEDO SOUSA	- DOMINGOS CAETANO RAMOS PEREIRA
JOSE FERNANDO PINTO DE ALMEIDA OLIVEIRA	MANUEL JORGE DOMINGUES TEIXEIRA	- ERNESTO FERNANDO R. GONÇALVES
JOSE FERREIRA DE MORAIS ANTAS	MANUEL JOSE SOUSA SOUTO DEL RIO	- JOÃO CAIRES CORREIA
JOSÉ FILIPE ROBALO	MANUEL LIMA MONTEIRO	- JORGE MANUEL PIÇARRA SÃO MARCOS
JOSE DA FONTE E CASTRO	MANUEL LUIS DA SILVA CUNHA E COSTA	- JORGE MÁRIO DA SILVA LAROZE ROCHA
JOSÉ GATO DOS SANTOS	MANUEL MARQUES DE SOUSA	- JOSÉ LUIS FLOR DE PINHO MARQUES
JOSÉ DA GRACA CARILHO MATOS	MANUEL MARTINS LEAL DA COSTA	- JOSÉ MARIA LOPES ZACARIAS
JOSE HENRIQUES FERNANDES LOPES	MANUEL MONTEIRO DA SILVA	- JOSÉ RAUL SOUSA PINTO
JOSE HENRIQUES DOS SANTOS	MANUEL MOREIRA PINTO	- MÁRIO NEVES DA SILVA
JOSE INACIO DA COSTA LOPES JUNIOR	MANUEL OLIMPIO EVANGELISTA PASSOS RAMOS	- TEODORO HORTA DE MESQUITA

REFLECTINDO...

Tem de entender-se como normal e justificado que, ao elaborar este texto, esteja ainda sob a influência do nosso último Encontro, realizado com geral aplauso, na ilha de S. Miguel, nos Açores.

Primeiro que tudo, não posso deixar de constatar que este foi o VII Encontro, todos de realização anual e os últimos de forma consecutiva, o que não pode deixar de significar que se trata de uma resposta às solicitações da Classe que não só os pretende, como a eles adere significativamente.

Todavia, e sobre esta questão incide a minha reflexão, não tenho como absolutamente adquirido que todos os Colegas tenham dos Encontros, a mesma concepção e os mesmos objectivos.

Serão os Encontros uma forma de confraternização social, onde se juntam saberes, se confidenciam preocupações, se mitigam saudades e se alargam relações? Seguramente, mas não só.

Constituirão os Encontros, o meio de actualização de conhecimentos técnicos e o veículo privilegiado de desfazer as dúvidas com que somos confrontados no nosso dia a dia profissional? Indiscutivelmente, mas também não apenas.

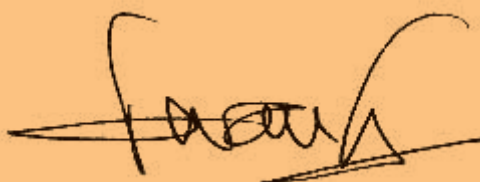
Os Encontros, através dos meios acima referidos, têm essencialmente de constituir as ferramentas, através das quais obtemos as nossas perspectivas de futuro.

Neles adquirimos conhecimentos não só sobre as técnicas, mas também e fundamentalmente, sobre as políticas e tendências globais que irão influenciar o nosso futuro.

Influência que também passa por nós e pela forma como o pretendermos construir.

E o Futuro é já hoje!

Um abraço do



O BES é o Banco do Ano, ou, nas palavras da revista “The Banker”, Bank of the Year



A revista The Banker, do Grupo Financial Times, elegeu o BES como o Banco do Ano de 2007, em Portugal. Este prémio é o reconhecimento internacional de uma estratégia de crescimento e criação de valor assente no serviço ao Cliente e no desenvolvimento sustentável. É um prémio de e para os nossos Clientes, Colaboradores e Accionistas.





www.cdo.pt



International Federation of Customs
Brokers Associations



CONFIAD
Confederação Internacional
de Despachantes Oficiais



Associação Internacional
de Agentes de Aduanas